



UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI - UNIVATES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTU SENSU*
MESTRADO EM AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

**FATORES HISTÓRICOS E SOCIOCULTURAIS DINAMIZADORES DA
MIGRAÇÃO SENEGALESA NA CIDADE DE LAJEADO/RS**

Candida Arend

Lajeado, março de 2019

Candida Arend

**FATORES HISTÓRICOS E SOCIOCULTURAIS DINAMIZADORES DA
MIGRAÇÃO SENEGALESA NA CIDADE DE LAJEADO/RS**

Dissertação de Mestrado apresentada no Curso de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ambiente e Desenvolvimento.

Orientadora: Dra. Margarita Rosa Gaviria Mejía

Lajeado, março de 2019.

Candida Arend

**FATORES HISTÓRICOS E SOCIOCULTURAIS DINAMIZADORES DA
MIGRAÇÃO SENEGALESA NA CIDADE DE LAJEADO/RS**

A Banca examinadora abaixo aprova a Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, da Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES, como parte da exigência para a obtenção do grau de Mestre em Ambiente e Desenvolvimento, na área de concentração Espaço, Ambiente e Sociedade:

Prof. Dra. Margarita Rosa Gaviria Mejía – orientadora
Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES

Prof. Dr. _____

Nome: Prof. Dr. Paulo Muller

Prof. Dr. _____

Nome: Prof. Dr. Tiago Weizenmann

Prof. Dr. _____

Nome: Prof. Dr. Luís Fernando Laroque

Lajeado, 29 de março de 2019.

Dedico essa dissertação a todos os migrantes senegaleses residentes em Lajeado/RS, que tão generosamente e amigavelmente permitiram que eu convivesse e aprendesse sobre um modo de vida de solidariedade e fé. “*Salaam Aleikum*”!

AGRADECIMENTOS

O trabalho de campo implica em dispor do seu tempo e do seu sentimento. Exige dedicação, abdição e abnegação, envolve, não apenas a empatia, as observações e as interações entre investigador e investigado, mas também a generosidade e compreensão dos envolvidos e dos espaços em que investigado e investigador se movem.

Sequer sabia sobre a necessidade de observar e investigar, o que me exigiu um desdobrar permanente de esforços, mas o trabalho de campo me permitiu olhar a realidade do migrante senegalês de outra forma.

Não tinha consciência disso quando escolhi o tema, muito menos possuía conhecimento que o caminho me reservava percursos desconhecidos e alguns contratempos. A opção pelos senegaleses tornou possível conhecer uma nova história, um novo povo, um modo de vida e entender diferentes processos de recomposição das identidades e das culturas de outro país.

No entanto, esse trabalho somente foi possível porque tive ao meu lado mais do que uma orientadora, tive ao meu lado uma amiga, desprovida de vaidades e de interesses, ou melhor, o seu mais puro e sincero interesse era me conduzir por um caminho desconhecido, me mostrar um novo modo de ver e sentir o outro, de me aproximar e interagir sem interferir ou tecer concepções. Profe. Margarita, registro aqui o meu sincero e carinhoso agradecimento, você tem um olhar para o outro que é lindo e especial, levarei seus ensinamentos e sua amizade para toda a vida!

Meu amor e agradecimento ao meu filho lindo, Thomás! Tão pequeno e inteligente! Espero ter me tornado uma pessoa melhor depois dessa pesquisa e que tenha adquirido a capacidade de transmitir a ele que, apesar das diferenças de cor, religião, cultura ou país de origem, somos todos iguais e merecemos respeito e uma vida digna em qualquer lugar do globo.

Ao meu marido Rodrigo, companheiro de uma vida, que me apoia em todas as aventuras e que generosamente me cede todos os espaços e tempos que necessito para realizar meus sonhos! Obrigada sempre, te amo!

Mãe, Toti e Laura, vocês são demais! Obrigada pela alegria de viver e aprender todos os dias com vocês! Amo infinitamente, na alegria e na tristeza!

RESUMO

Embora os deslocamentos entre territórios não sejam novidade na história da humanidade, o tema das migrações contemporâneas ganha outros contornos nesse início de século XXI, sobretudo pela ampliação e diversificação dos fluxos migratórios. Ainda que a migração seja constitutiva do próprio sentido de Brasil-nação desde a colonização, a chegada de migrantes provenientes de países africanos, principalmente do Senegal, de maioria muçulmana, jovens e negros, muda o cenário de diferentes locais do Rio Grande do Sul, onde o idioma *wolof* passa a ser escutado entre outras tantas sonoridades urbanas. O favorecimento de políticas de migração e conjunturas internacionais, associadas a condições estruturais e econômicas do Senegal, desencadeia, na atualidade, projetos familiares de migração onde um de seus membros migra, como forma de investimento financeiro para o grupo. Para os senegaleses, o campo religioso representa um horizonte de apoio, de resistência e solidariedade no enfrentamento de limites, situações difíceis da vida e da realidade laboral do migrante. Nesse contexto, esta dissertação tem por objetivo investigar e analisar a situação do contingente migratório senegalês na cidade de Lajeado/RS e as conexões transnacionais constitutivas desse fluxo migratório, tomando como eixo de análise os elementos históricos, legais e as práticas econômicas e culturais que perpassam os projetos migratórios dos transmigrantes senegaleses desenvolvidos nos diversos espaços em que atuam nessa cidade. Para atingir este objetivo, se desenvolve um trabalho de campo na cidade de Lajeado/RS, ao mesmo tempo que se faz uma revisão bibliográfica da produção acadêmica sobre o tema. Espera-se que os resultados deste trabalho contribuam às pesquisas e reflexões acadêmicas que vem sendo elaboradas em outras instituições do Rio Grande do Sul (UPF, UCS, UFSM) sobre a migração senegalesa na região sul, no Brasil e na Argentina. Esta pesquisa vai ao encontro dos objetivos de uma pesquisa interinstitucional: Identidades Étnicas em Espaços Territoriais da Bacia Hidrográfica do Taquari-Antas: história, movimentações e desdobramentos socioambientais.

Palavras-chaves: Migrações. Senegaleses. Transnacionalismo.

ABSTRACT

Although the displacements between territories are not new in the history of humanity, the theme of contemporary migrations takes shape in this beginning of the XXI century, especially by the expansion and diversification of migratory flows. Although migration has constituted the very meaning of Brazil-nation since colonialism, the arrival of migrants from African countries, mainly from Senegal, with a Muslim majority, young and black, changes the scenery of different places in Rio Grande do Sul, where the Wolof language begins to be heard among so many urban sonorities. Favoring migration policies and international conjunctures, coupled with Senegal's structural and economic conditions, triggers family migration projects of one of its members as a form of financial investment for the group. For the Senegalese, the religious field represents a horizon of support, resistance and solidarity in facing the limits, difficult situations of life and the labor reality of the migrant. In this context, this dissertation aims to investigate and analyze the situation of the Senegalese migrant contingent in the city of Lajeado / RS and the transnational connections that constitute this migratory flow, taking as its axis of analysis the historical, legal and economic and cultural practices that permeate the migratory projects of the Senegalese transmigrants developed in the various spaces where they operate in this Municipality. To achieve this goal, an ethnographic research is developed in the city of Lajeado / RS, at the same time as a bibliographical review of the academic production on the subject. It is hoped that the results of this work will contribute to the research and academic reflections that have been elaborated in other institutions of Rio Grande do Sul (UPF, UCS, UFSM) on Senegalese migration in the South, Brazil and Argentina. This research meets the objectives of an interinstitutional research *Ethnic Identities in Territorial Spaces of the Taquari-Antas Basin: history, movements and socio-environmental developments*.

Keywords: Migrations. Senegalese. Transnationalism.

LISTA DE SIGLAS

ACNUR: Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

APR: Aliança pela República

CIE: Carteira de Identidade de Estrangeiro

CNIg: Conselho Nacional de Migração

CONARE: Comitê Nacional para Refugiados

CPF: Cadastro de Pessoa Física

CTPS: Carteira de Trabalho e Previdência Social

OBMigra: Observatório da Migrações Internacionais

OIM: Organização Internacional de Migrações

ONU: Organização das Nações Unidas

UA: União Africana

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1 – Jogo de Futebol entre Colômbia e Senegal (Copa do Mundo 2018)

Foto 2 – Bandeira do Senegal (Copa do Mundo 2018)

Foto 3 – Cabines de telefonia da loja de Miro (*call center*)

Foto 4 – Senegaleses Baye Fall na Praça Matriz de Nova Araçá/RS

Foto 5 – Senegaleses *Baye Fall*

Foto 6 – Senegaleses Mourides sentados e *Baye Fall* em pé e em círculo

Foto 7 – Senegaleses Mourides recitando as orações no palco do salão

Foto 8 – Ato de comensalidade, festa em comemoração as Khassidas

Foto 9 – Prática religiosa dos senegaleses com transmissão ao mundo via internet

Foto 10 – Senegaleses no *Grand Magal* de Touba, Lajeado/2017

Foto 11 – Única imagem real de Cheikh Ahmadou Bamba

Foto 12 – Visita de um *Marabus* a cidade de Porto Alegre/RS

Foto 13 – Interior do estabelecimento comercial de Miro

Foto 14 – Mamdor no batizado da filha

Foto 15 – Mamdor troca de vestimenta no batizado da filha

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. REFERENCIAL TEÓRICO	15
1.1 Migração Internacional: mobilidade humana	15
1.2 Transnacionalismo	19
1.3 Cidadania e Direitos dos Migrantes.....	21
1.4 A Identidade no Processo Migratório	25
2. SENEGAL: PAÍS DE MOBILIDADE HISTÓRICA.....	31
2.1 Um breve histórico do Senegal.....	31
2.2 Notícias de movimentos migratórios dos senegaleses.....	35
2.3 A migração senegalesa para o Sul do Brasil	39
3. REDES SOCIAIS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: SUPORTE DO TRANSNACIONALISMO NO CASO DOS SENEGALESES	46
3.1 Redes sociais, suporte para migração senegalesa.....	47
3.2 O uso das tecnologias de informação e comunicação na migração senegalesa.....	53
4. TRANSNACIONALISMO NAS ESFERAS RELIGIOSA, ECONÔMICA E FAMILIAR NO PROCESSO MIGRATÓRIO DOS SENEGALESES.....	64
4.1 A confraria Mouride e a influência na migração senegalesa	64
4.2 O migrante senegalês e a sua ocupação no mercado de trabalho na cidade de Lajeado/RS	70
4.3 Família e relação de gênero na migração senegalesa em Lajeado/RS	79
5. CONCLUSÕES.....	88
6. REFERÊNCIAS	91

INTRODUÇÃO

No início do século XXI, o tema das migrações torna-se mais eloquente em razão da ampliação e diversificação dos fluxos migratórios. No Brasil, a migração ao longo da história tem levado à construção do Estado-Nação; no período colonial com a migração forçada de escravos para trabalhar nos campos e minas, no século XIX e XX com o fomento por parte do governo brasileiro da migração europeia, entre outros, e em anos recentes com a vinda de mão de obra “livre” para a ocupação de postos na produção nacional.

Os diversos fluxos migratórios para o Brasil provocam a interação social entre pessoas de culturas diferentes, levando a uma configuração social calcada na pluralidade cultural (SEYFERTH, 2011). Essa pluralidade cultural se espelha no perfil social da cidade de Lajeado/RS, e no próprio estado do Rio Grande do Sul, onde se desenvolveu este estudo. Tal fenômeno é marcado por dois processos migratórios, um no final do século XIX e início do XX, que ocorre com a chegada de imigrantes italianos, alemães e açorianos, e o outro na segunda década do século XXI, definido pela vinda de migrantes de países africanos, como o Senegal, assunto sobre o qual focamos a atenção.

Favorecidos pelas políticas de migração e por conjunturas internacionais que permitem a circulação de pessoas através de fronteiras chegam, a partir de 2010, migrantes provenientes de países africanos, como o Senegal, de maioria muçulmana, jovens e negros, de cujas vozes emerge o *wolof*, língua com uma sonoridade contrastante em relação ao idioma português, que demarca as fronteiras entre pessoas com uma origem comum. Sua presença transforma o cenário em diferentes locais do Rio Grande do Sul, desenvolvem o comércio de rua despertando manifestações de repúdio de comerciantes e funcionários públicos. Ao mesmo tempo em que desenvolvem um trabalho nos frigoríficos que movimenta milhões de reais, contribuem com o crescimento da cidade, sem reconhecimento público de seu protagonismo.

Acerca dos motivos que impulsionam este fenômeno migratório, a tendência é focar nas causas econômicas. Contudo, a literatura contemporânea sobre o assunto (PATARRA, 2006; SEYFERTH, 2011) assinala que são múltiplos os fatores que provocam a mobilização de pessoas para além das fronteiras de seus países de origem. A mobilidade da população é uma constante na história africana, estando ligada principalmente à resiliência diante das instabilidades e dos choques externos. As migrações internacionais geralmente são

voluntárias, não são apenas resultados de pressões demográficas ou da pobreza, mas sim da consolidação de redes migratórias estruturadas no passado (HUGON, 2009).

No que diz respeito aos senegaleses, a migração corresponde a projetos de vida familiar, não associados diretamente à pobreza, pois quem migra tem recursos financeiros para se mobilizar (TALLI, 2002). Os deslocamentos são financiados com recursos dos membros da família, visando garantir a subsistência de todos seus membros (HEREDIA; GONÇALVES, 2017). Confirma-se a teoria de Seyferth (2011) apoiada em Sayad, segundo a qual a migração é um fato coletivo e individual, as experiências singulares de mobilidade relacionam-se com aspectos da dimensão coletiva. Os projetos migratórios conhecidos através dos relatos dos migrantes senegaleses revelaram que estes também são motivados pelas condições estruturais do Senegal como secas, contaminação das águas, déficit orçamentário, entre outros (THIAM, 2014; CROWLEY, 2014; NDIONE, 2015).

Da ótica dos senegaleses, migrar é um investimento em conhecimento e em capital financeiro e, atualmente, direcionam-se para espaços internacionais que vivenciem processos de expansão econômica e tecnológica como o Brasil, no período do auge migratório, em 2012, enquanto as rotas migratórias para Europa e os Estados Unidos se esgotam pelo controle nas fronteiras (TEDESCO, 2015; HERÉDIA, 2015).

Migrar é um fato social total como argumenta Sayad (1998), apoiado em Mauss. Ao mesmo tempo em que o processo migratório envolve diversas dimensões da vida humana, abrange diferentes momentos: emigrar e imigrar. Nessa mesma linha de pensamento que aponta na heterogeneidade de fatores compreendidos no fenômeno migratório, apresenta-se a perspectiva que considera as diferenças de gênero influenciando nas configurações migratórias. Em suma, são múltiplos os fatores que influenciam os novos fluxos de migrantes, assim como as experiências migratórias diferem conforme o gênero.

Com base nas considerações anteriores, delimitamos o **tema** da dissertação centrando nas motivações que levam aos senegaleses a migrar para o sul do Brasil, e as interferências que os acometem durante os projetos migratórios desenvolvidos no âmbito da cidade de Lajeado/RS, onde se estabelecem a partir de 2012. De modo geral, a pesquisa centra-se em três **questões**: quais os elementos históricos, sociais e legais que influenciam no processo migratório dos senegaleses? Em que medida a religião muçulmana e as redes de apoio no Brasil contribuem e incentivam a migração senegalesa? Quais as possibilidades e limitações vivenciadas pelos migrantes no processo de inserção aos espaços de trabalho e no desenvolvimento das práticas culturais e religiosas na cidade de Lajeado/RS?

O **objetivo geral** desta dissertação é analisar a situação do contingente migratório

senegalês na cidade de Lajeado/RS e as conexões transnacionais constitutivas desse fluxo migratório, tomando como eixo de análise os elementos históricos, legais e as práticas econômicas e culturais que perpassam os projetos migratórios dos transmigrantes senegaleses desenvolvidos nos diversos espaços em que atuam em Lajeado/RS.

Para **atingir esse objetivo geral**, a dissertação visa a:

1) analisar quais são os elementos históricos subjacentes às migrações internacionais no Senegal. Isto é, quais são as condições históricas e sociopolíticas do Senegal que influenciam sob o movimento migratório dos jovens senegaleses para o Brasil. Dados obtidos através de pesquisa bibliográfica na qual foram selecionados textos acadêmicos publicados e revistas que abordam a história do Senegal como país de migrações.

2) Indagar qual é o papel da religião e das redes de apoio nos processos migratórios dos senegaleses. Para dar resposta a estas indagações nos apoiamos em pesquisas realizadas sobre o assunto em outros contextos migratórios, bem como na narrativa de nossos interlocutores através das entrevistas semiestruturadas.

3) Observar as condições e as relações de trabalho dos migrantes senegaleses e o significado das práticas culturais e religiosas vivenciadas na cidade de Lajeado/RS. Nesse contexto, visamos conhecer as condições de vida desses migrantes, as possibilidades ou limitações no acesso aos espaços de trabalho e a espaços onde possam desenvolver suas práticas culturais. Para atingir este objetivo nos apoiamos nos registro das narrativas das experiências migratórias, utilizamos as técnicas aplicadas em estudos antropológicos e sociológicos como entrevistas dirigidas, observações, diários de campo e análises de documentos.

Como **instrumentos de pesquisa** utilizamos bibliografias e documentos, ou seja, livros e publicações acadêmicas sobre o tema, artigos científicos e materiais encontrados em meio eletrônicos/digitais (CHEMIN, 2015). Para enriquecer a pesquisa, paralelamente à pesquisa bibliográfica, desenvolvemos um trabalho de campo com a comunidade senegalesa que está vivendo na cidade de Lajeado/RS, utilizando entrevistas não estruturadas, observações e registros audiovisuais.

Em termos gerais a pesquisa apresenta como procedimento o método exploratório e descritivo, a fim de compreender esse fluxo migratório investigado.

A **relevância** do presente estudo reside em que, apesar da presença de imigrantes senegaleses em Lajeado/RS se remeter a 2012, nenhuma pesquisa de cunho acadêmico tem sido realizada para compreender as peculiaridades desse fluxo migratório, suas trajetórias e suas condições de vida na referida cidade, uma vez que, até então, as pesquisas centraram-se

nos fluxos migratórios contemporâneos dos haitianos.

Consideramos necessário dar visibilidade aos migrantes senegaleses inseridos na cidade de Lajeado, pois para a sociedade Lajeadense os imigrantes de pele negra que chegaram a partir de 2012 para a cidade são haitianos. A maioria desconhece que nesse contingente migratório há também senegaleses. São visíveis apenas em situações em que representam para a administração local um problema social por desenvolver o comércio de rua, prática “ilegal” conforme os regulamentos da cidade. Evocando a referência de Bourdieu (1989, p. 11), neste contexto, estes imigrantes situam-se no lugar do “bastardo”, “na fronteira entre o ser e o não ser social”. Suscitam um incômodo que obriga a repensar a questão dos fundamentos legítimos da cidadania.

Ao mesmo tempo, esta dissertação vai contribuir às pesquisas e reflexões acadêmicas que vem sendo elaboradas em outras instituições do Rio Grande do Sul (UPF, UCS, UFSM) sobre a migração senegalesa na região sul, no Brasil e na Argentina. Esta pesquisa vai ao encontro dos objetivos de projeto de pesquisa institucional vinculado ao PPGAD: “Identidades étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica do Taquari-Antas/RS: história, movimentações e desdobramentos socioambientais”, no qual desenvolve um projeto sobre migrações contemporâneas intitulado: “Transnacionalismo, migrações e cidadania no século XXI a partir do Sul”.

O universo empírico que serve de **eixo de referência** são os espaços de Lajeado ocupados pelos migrantes senegaleses. Por um lado, os espaços de produção econômica, construídos em decorrência da inserção primária na cidade. Analisando as condições de trabalho, as posições que ocupam e o significado dos espaços de produção para os migrantes, em vista de que “...o trabalho é uma das mediações na conquista e no exercício da cidadania” (HERÉDIA e TEDESCO, 2015, p. 154). Por outro, observamos os espaços sociais construídos fora do ambiente de trabalho, aqueles que se constroem em torno das relações sociais de parentesco, amizade e compadrio entre a população imigrante. Isto é, os mecanismos de proteção mútua e de segurança construídos pelos migrantes senegaleses, e os vínculos que têm com familiares e amigos em e fora do Brasil.

Os problemas da pesquisa são discernidos em quatro capítulos. O **primeiro capítulo** centra-se na fundamentação teórica da pesquisa e da análise dos resultados. Começa discorrendo sobre *migração internacional* e *transnacionalismo*, como categorias de análise para pensar as migrações contemporâneas. Tratamos também neste capítulo acerca do conceito de cidadania como instrumento teórico que introduz as reflexões do direito à cidadania do migrante senegalês em uma pequena cidade. Bem como, abordamos os conceitos

de identidade e cultura por serem ferramentas que permitem aprofundar nos elementos simbólicos e identitários acionados pelos migrantes como formas de harmonizar as resistências que enfrentam nos projetos migratórios.

No **segundo capítulo**, fazemos uma contextualização histórica e social do Senegal, apontando os elementos históricos e culturais que definem o Senegal como um país de migração, e a análise do movimento migratório senegalês para o sul do Brasil e aos instrumentos legais que os cobrem.

Uma vez feita a contextualização histórica e social da migração senegalesa, no **terceiro capítulo** abordamos o uso das redes sociais e das tecnologias de informação e comunicação como suporte das relações transnacionais em que se apoia a migração senegalesa. Salientamos as percepções levantadas a partir do trabalho de campo sobre a forma como os senegaleses se apropriam desses recursos tecnológicos e como estas possibilitam partilhar as experiências diaspóricas.

Por fim, no **quarto capítulo** apresentamos a religião islâmica, mais especificamente a confraria Mouride. Esta confraria religiosa exerce forte influência na vida do migrante senegalês, na esfera social, cultural e laboral. As percepções da religião islâmica condicionando o modo de vida dos senegaleses a tratamos tomando como foco, por um lado as atividades laborais desenvolvidas pelos senegaleses na cidade de Lajeado/RS e, por outro, as relações familiares e as diferenças de gênero na migração senegalesa.

REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 MIGRAÇÃO INTERNACIONAL: MOBILIDADE HUMANA

Salazar e Schiller (2014), apoiados nas contribuições teóricas de diversos autores, destacam como o paradigma das “novas mobilidades” era desenvolvido para pensar todo tipo de movimento de pessoas. Postura metodológica que se distancia do paradigma pós-moderno que aborda a mobilidade como uma categoria inclusiva, o qual se expressa na abordagem de pesquisas sobre migrações nos anos 1980, como exemplo nas pesquisas de mobilidade populacional nos países em desenvolvimento. Estudos recentes reconhecem que “as mobilidades criam um sistema integrado, que pode ser observado em uma variedade de escalas: familiar, comunidade, nacional e a constelação de países ligados pelos fluxos migratórios”. O início do século XXI é o período de amadurecimento da avaliação da categoria analítica de mobilidade e seu relacionamento com a teoria social e a transformação global. Desta avaliação se derivam uma série de questões (SALAZAR; SCHILLER, 2014, p. 2).

Ao longo da história, pensar na condição humana pode se pensar que há estudos da permanência, mais do que de mobilidade, já que de uma ótica ampla, a norma é a mobilidade e não a permanência. Por anos, a migração ou os movimentos sazonais de pessoas tem sido um aspecto significativo da experiência humana do espaço e do tempo. Os conhecimentos da geografia e da demografia focavam-se em entender o movimento humano de um lugar para outro em vez de movimento através das fronteiras. De tal perspectiva, os processos transnacionais são novos e transgressivos, ocorrendo em resposta a mudanças acirradas nas tecnologias de comunicação e no capitalismo global (SALAZAR; SCHILLER, 2014).

O campo de estudo recente sobre mobilidade é resultado da crítica à tendência acadêmica de ignorar as histórias passadas ou presentes do movimento humano e a interconexão. Os estudos de mobilidade permitem salientar a infinidade de situações nas quais se percebe como as pessoas e suas práticas culturais não são confinadas a um território fixo, mas fazem parte de múltiplas redes espaciais e ligações temporais (SALAZAR; SCHILLER, 2014).

A perspectiva teórica utilizada por Salazar e Schiller (2014) para pensar a mobilidade,

rompe com os dualismos construídos entre fixidez e movimento. Da perspectiva destes autores, a vida social é vista como processos onde tanto a fixidade quanto o movimento são relativos e inter-relacionados. O sedentarismo e nomadismo não são condições *apriori* da natureza humana, a mobilidade ou o imobilismo são o produto do contexto social e cultural no qual decorre a vida dos seres humanos, e por isso as migrações são um fenômeno social (NOLASCO, 2016).

A migração internacional é parte integrante da história humana, um processo com profundas raízes milenares. Sempre houve deslocamentos de pessoas, individuais ou coletivos de pessoas por motivos de trabalho, expulsões, guerras, revoluções ou perseguições sistemáticas de todo tipo (LOESCHER, 1993; VILLA, 1999 apud SILVA, 2013).

Nesse contexto, se pensarmos historicamente sobre a condição humana, pode-se compreender que deveríamos ter estudado a permanência humana em vez de estudos relacionados à migração ou mobilidade. Afinal, a mobilidade é a norma da nossa espécie, sendo que a permanência deveria ser considerada como algo questionável. (SALAZAR; SCHILLER, 2014).

Um dos processos de mobilidade humana mais eloquente no século XXI refere-se justamente as migrações internacionais, entendidas como os deslocamentos de pessoas para países diferentes aos de origem, com lapsos temporais diferenciados: de curta duração, de longa permanência ou definitiva. Sendo que, há diversos motivos por trás da decisão de migrar, podendo ser voluntária ou imposta em razão de desastres naturais, guerras ou genocídios (ROCHA-TRINDADE, 2014).

De acordo com a autora, atualmente não há como utilizar apenas os argumentos clássicos para pensar os fluxos migratórios, tais como as dificuldades de sobrevivência, a escassez de emprego no país de origem ou a imigração de povoamento, pois são múltiplos os motivos que levam a migrar.

O entendimento de muitos teóricos é no sentido de que a busca por melhores condições materiais é o fato principal para despertar o processo migratório, o fator econômico figura como o preponderante sobre os demais aspectos. Nesse sentido, os fatos de atração do migrante estão relacionados às áreas com maior demanda por forças de trabalho (OLIVEIRA, 2014/2015).

Contudo, da ótica de Patarra (2006), a migração internacional envolve fluxos de pessoas entre países, regiões e continentes, diretamente relacionadas a fenômenos distintos, sejam eles sociais, econômicos, culturais, jurídicos e institucionais. Fluxos com implicações diversas e que abrangem os movimentos de pessoas que cruzam as fronteiras dos Estados-

nação.

O Estado-nação tornou-se obsoleto a partir do momento em que os meios de comunicação e a tecnologia aboliram o conceito espaço-tempo, minimizou-se o tempo de deslocamento, criando a simultaneidade entre fato e sua divulgação. Situação que possibilita tornar a globalização um fenômeno observável a olho nu, seja pelos meios de comunicação, seja pela transnacionalização dos meios de produção ou pelo fluxo de capital (TOLENTINO, 2007).

Com a migração gesta-se um diálogo intercultural. A troca não é apenas entre diferentes saberes, mas entre diferentes culturas, ou seja, entre universos de sentido diferentes e, em grande medida, imensuráveis. Em relação à sociedade globalizada, Salazar e Schiller (2014) afirmam que as migrações ligam as pessoas de forma transnacional, contribuindo para uma sociedade globalizada, desigualmente relacional. Nesta modelagem da sociedade, vários circuitos de interconexão fazem parte da estruturação ordinária da sociabilidade humana, que transcendem as fronteiras nacionais.

A antiga ordem mundial baseada em Estados-Nação soberano torna-se obsoleta, dando origem a um processo de globalização baseada nos fluxos de pessoas, bens, serviços e capitais, ditados pelas forças de mercado e preferências individuais. Sassen (2004), atribui o declínio do Estado-Nação a uma transferência de poder do Estado para organizações internacionais e grandes multinacionais que, ao estimular o desenvolvimento econômico, incentiva o aumento de fluxos migratórios.

O processo de globalização provocou o desenvolvimento da tecnologia de comunicação, de transporte e de bens e serviços. Sobre esse processo, Santos (2015) observa que é um modelo econômico no qual o dinheiro e a informação legitimam a ação e as relações sociais e por ser a ideologia desse sistema, fomenta a competitividade entre pessoas e lugares em razão da produção e do consumo. Castles, (2010), compreende que a globalização é um processo facilitador de fluxos de bens, serviços e capitais que, conseqüentemente, fomenta o aumento de fluxos migratórios.

Nesse prisma, os processos migratórios internacionais da atualidade foram favorecidos por movimentos de busca por trabalho em outros países. No entanto, em alguns casos, o migrante encontra empregos que não são de interesse dos nacionais, trabalhos temporários ou atividades laborais que fazem parte da economia informal, o que seria considerado característica da acumulação flexível do capital (HARVEY, 2012).

Todavia, o aumento da migração internacional estimula a diversidade cultural nos países de destino, colocando em causa o conceito de Estado Nação, tradicionalmente mono

cultural, e o sentido de identidade nacional correspondente.

Para Castles (2010, p. 14), a migração é “parte intrínseca do desenvolvimento humano, mediante a qual as pessoas respondem às oportunidades procedentes de fatores ambientais, econômicos e políticos nas possíveis áreas de chegada”. Considerando inconcebíveis velhos conceitos sobre migração diante de um mundo de fluidez e abertura, em que há mudanças em todos os segmentos, permitindo que as pessoas pensem além das fronteiras e as cruzem.

A sociedade pós-moderna para Harvey (2012), é marcada por uma sociedade global sem fronteiras. O sentido do espaço global mudou e com este fato veio uma mudança correlativa no sentido do tempo. A partir de então, a pulverização do espaço facilitou a proliferação de relações sociais capitalistas, flexibilizando os processos de trabalho, dos mercados, dos produtos e dos padrões de consumo.

Para Giddens (1991), a globalização representa a difusão das instituições ocidentais no mundo e a destruição de outras culturas ao introduzir novas formas de interdependência mundial. Além de acarretar um alongamento das relações tempo e espaço do homem, conectando-o economicamente a várias regiões do globo. Trouxe com ela uma grande facilidade de comunicação, de maneira que possibilita ao mundo que se mantenha constantemente conectado.

Nesse sentido, o processo migratório se desencadeia no marco da globalização, sustentado na circulação de pessoas, mercadorias e organizações. Conjuntura que estimula os fluxos migratórios de curta duração ou daqueles que alternam a residência entre o país de origem e o de destino (OLIVEIRA, 2014/2015). Os estudos sobre mobilidade emergiram de um momento pós-moderno em que os fluxos globais de capital, pessoas e objetos foram cada vez mais notáveis e celebrados (SALAZAR; SCHILLER, 2015). Processo favorecido pela redução de custos com o transporte. Esta conjuntura criou certa proximidade geográfica entre os Estados, bem como os veículos de mídia e a distribuição de produtos manufaturados para praticamente todo o globo, despertou o desejo e o imaginário do migrante.

Por fim, percebe-se que o acréscimo dos fluxos migratórios internacionais está relacionado com a mundialização das trocas e os processos migratórios são alimentados pela existência de ligações materiais e ideológicas de colonização, de processos de alargamento dos mercados e por outros fatores, entre os quais a língua comum, relações comerciais e redes de comunicação entre diferentes países (RAMOS, 2012).

1.2 TRANACIONALISMO

As migrações contemporâneas apoiam-se no transnacionalismo, categoria utilizada para definir a migração contemporânea, caracterizada pelo processo em que as pessoas estão conectadas física ou simbolicamente a mais de uma nação. Fenômeno facilitado pelo avanço e transformações da tecnologia da comunicação e transporte. Transmigrante é o imigrante que mantém relacionamentos múltiplos – familiares, econômicos, sociais, organizacionais, religiosos e políticos – e ultrapassam fronteiras. Realiza ações, toma decisões, desenvolve subjetividades e identidades embutidas em redes de relacionamentos que o conectam com duas ou mais nações (BASCH et. al. 1994).

Nesse sentido, a migração não é apenas uma movimentação geográfica, ela também representa uma movimentação social. Da perspectiva de Sayad (1998), a migração não é apenas o deslocamento de pessoas no espaço físico, envolve também o deslocamento para um espaço com sentidos sociais, políticos, econômicos e culturais. No marco do qual, o espaço das relações sociais desempenha um papel fundamental para a consecução e realização do processo migratório. Oliveira (2014/2015), frisa a importância das redes sociais tecidas em torno do migrante como um dos suportes do processo migratório e do seu processo de reterritorialização nas sociedades de acolhida.

Outro fenômeno associado à globalização é a desigualdade entre países e regiões, no âmbito da qual, as limitações estruturais de países estimulam as pessoas a optar por buscar oportunidades para além das fronteiras. Já países em melhor posição estrutural atraem pessoas de fora. É o que acontece no Brasil a partir de 2012, país de destino de fluxos migratórios de países africanos. Entre teóricos das migrações contemporâneas (ZAMBERLAM et al, 2013) prevalece o argumento de que estas caracterizam-se por serem fluídas e pendulares. Nem sempre quem emigra é o mais pobre, mas sim aquele que possui melhores recursos financeiros e preparo adequado.

Sayad (1998) aborda as migrações como processos que envolvem a mobilidade de pessoas em diversos sentidos, propondo a ruptura com as concepções binárias de emigrar e imigrar. O paradoxo da migração apresenta um duplo caráter que não pode ser ignorado: o imigrante e o emigrante constituem o mesmo sujeito, vivendo a densa experiência da migração. Sayad ressalta o consenso da comunidade científica de que imigração é um fato social completo, enquanto inclui diversas dimensões: política, econômica, social e cultural. A

migração é um fato coletivo examinando, por um lado, do ponto de vista, diacrônico, numa perspectiva histórica, por outro, do ponto de vista sincrônico, de acordo com a estrutura das sociedades. O autor argumenta que o imigrante, antes de nascer para a imigração é primeiro um emigrante.

Os termos imigrante e emigrante perdem o seu significado, uma vez que o próprio sentido de origem e destino se encontra entrelaçado. Sendo “absorvidos pela designação englobante de *migração*, simplificando, em síntese, a mesma realidade de situação e de sujeito” (ROCHA-TRINDADE, 2014, p. 43).

Portanto, a emigração e a imigração não devem ser dissociadas. Rocha-Trindade (2014, p. 41) define o ato de emigrar como a saída ou ausência temporária de alguém do seu país de origem. Movimentos emigratórios provocados por questões espaciais, temporais, variáveis políticas e ainda por questões de natureza cultural. “Emigrar significa, portanto, deixar a pátria ou a terra própria para se refugiar, trabalhar temporariamente ou estabelecer residência em país estranho”

A configuração de espaços transnacionais em decorrência da multiplicação das experiências migratórias transforma o universo das migrações em um verdadeiro laboratório de produção de diferenças (ELHAJJI, 2018).

Na cidade de Lajeado, percebe-se que os migrantes senegaleses, diante da pouca interação com as pessoas da cidade causada principalmente pela xenofobia e racismo dos nativos, reagem reforçando as identidades de origem nacional através do desenvolvimento de práticas religiosas na língua materna, promovem rituais sociais, celebrações, reúnem-se em associações e preparam comidas típicas do país de origem (MEJÍA; CAZAROTTO; ROGERIO, 2018).

Os processos migratórios revelam que a interação com a sociedade receptora é necessária, no entanto, nem sempre é possível, uma vez que o migrante não tem condições de se desfazer da sua bagagem cultural para assimilar a cultura daquele que o recebe. Em determinadas situações vislumbra-se a presença da interculturalidade como extensão da interação dos processos migratórios. “Aquele que vem de fora se obriga a respeitar as regras da cultura que o insere e, ao mesmo tempo, enfrenta no jogo identitário imposto sua condição de inserção”. (HERÉDIA, 2015, p.09).

A experiência migratória dos senegaleses os impulsiona a habitarem e conviverem em um país de cultura, idioma e costumes diferentes dos seus que, neste caso, é o Brasil. Atentar para a questão da presença senegalesa, na atualidade, em território brasileiro, é aprender sobre a cultura e os costumes de uma entre as muitas nacionalidades africanas que

compõe, não apenas seu continente, mas as formações sociais e culturais de localidades por todo o mundo (COSTA, 2017).

1.3 CIDADANIA E DIREITOS DO MIGRANTE

As abordagens teóricas das migrações contemporâneas focam-se na questão dos direitos dos imigrantes nos países por onde estes transitam e nos países de origem. Direitos fundamentais para o exercício da cidadania tanto no marco dos processos de inserção às sociedades de acolhida quanto nos vínculos com os países de origem. Em vista de que, quem emigra e quem imigra é o mesmo sujeito de direitos, definidos em relação a mais de uma nação (SAYAD, 1998). Daí a relevância da reflexão sobre a cidadania em contextos migratórios.

Cidadania, como toda categoria de análise, é polissêmica. Andrade (1993) assinala que ao longo da história a natureza do discurso da cidadania é contraditória, o qual impossibilita uma “apropriação absolutamente unilateral”. A ambiguidade no tratamento revela: como única constante a dialética: contestação/legitimação; libertação/dominação; conquista/concessão.

Mesmo que a formulação da cidadania seja antiga, o conceito ressurgiu na atualidade. Fenômeno que obedece ao fato da cidadania integrar “as exigências de justiça e de participação, ideias centrais da filosofia política nas últimas décadas” (BELLOSO, 2005, p.17). Realidade que a autora situa hipoteticamente em um contexto cada vez mais amplo, já que o predomínio não é mais dos Estados nacionais, mas nos órgãos e instituições supranacionais, imersos no processo de globalização ou de mundialização. A concepção de igualdade não é definida pela homogeneidade da população perante o Estado, mas pela admissão e respeito às diferenças nesse contexto.

Belloso (2005) argumenta que a conotação do termo da cidadania remete a problemas que perpassam a sociedade contemporânea. Refere-se à desigualdade política, as formas de convivência social em um mundo heterogêneo, ao escopo das instituições públicas, a integração ou marginalização dos diferentes, as ameaças à natureza, as diferenças culturais e a posições etnocêntricas e violentas.

Dando sequência aos argumentos anteriores, Abreu (2008) pondera que a cidadania aprendida a partir de suas condições de existência não pode ser reduzida a uma forma superestrutural de reconhecimento jurídico, moral, simbólico e político da participação do

indivíduo na sociedade por meio de práticas reguladas por direitos e deveres instituídos. Esse modo de pensar a cidadania parte do suposto que a esta categoria expressa uma entidade naturalmente sobreposta às condições de existência da sociedade, e o seu desenvolvimento se processa de forma autônoma diante da totalidade social.

Celso Lafer (1998) apoiado nas teorias de Hanna Arendt (1973), diz que os direitos humanos pressupõem a cidadania, não apenas como um fato e um meio, mas sim como um princípio, pois a privação da cidadania afeta essencialmente a condição humana, uma vez que o ser humano privado de suas qualidades acessórias, perde a sua qualidade substancial, que é de ser tratado pelos outros como um semelhante.

Para Arendt, (apud, LAFER, 1988) relacionar Estado e sociedade, no contexto dos direitos sociais, é reconhecer que a cidadania que o primeiro direito humano *é o de ter direito a ter direitos*. Isso significa pertencer, pelo vínculo da cidadania, a algum tipo de comunidade juridicamente organizada e viver numa estrutura onde se é julgado por ações e opiniões, por obra do princípio da legalidade. Para Arendt, a humanidade precisa colocar a cidadania como um direito universal intocável. Um desses direitos é a dignidade humana, que se assenta no pressuposto de que cada ser humano possui um valor intrínseco e desfruta de uma posição especial no universo. É o valor intrínseco de cada pessoa e a capacidade individual de ter acesso à razão, de fazer escolhas morais e determinar seu próprio destino (BARROSO, 2014).

Conforme descreve Benhabib (2012, p. 22 apud. SILVA, 2013), o “direito a ter direitos” continua sendo um desejo “aporético”. Esta teoria apoia-se nos paradoxos e as incertezas dos sistemas de Estados em relação a suas fronteiras, e do exercício pleno da cidadania por parte de migrantes solicitantes de refúgios. Conjuntura que acontece num mundo contemporâneo onde persistem situações sociais, políticas e econômicas que tornam os seres humanos supérfluos ou sem direito à cidadania.

Seguindo Arendt (2012), quem carece de direitos, é definido como refugiado. É um novo sujeito, uma espécie de “refugo da terra” ou “indesejável” enquanto resultado da consolidação de uma nova ordem composta exclusivamente por Estados nacionais. E perder esta proteção do Estado e o sentido de pertencimento equivale a ser expulso da humanidade.

Rocha-Trindade (2014; p. 65/57) situa os direitos dos migrantes no plano individual quando se afirma que o fluxo migratório resulta da sobreposição de opções e vontades individuais e as condições de vida de cada sujeito devem ser asseguradas no país de acolhimento, através de um corpo de direitos e deveres que a lei lhe confere.

Não ter acesso à esfera do público significa estar em situação de desigualdade. Aquele que se vê destituído da cidadania, ao ver-se limitado à esfera do privado fica privado

de direitos. Os direitos só existem em função da pluralidade dos homens, ou seja, da garantia tácita de que os membros de uma comunidade dão-se uns aos outros (LAFER, 1988).

Sayad (1998) refere-se à contradição presente na concessão de direitos aos migrantes. Impõem-se de maneira igual a todos os migrantes, à sociedade que os recebe, bem como à sociedade da qual provém. Essa contradição fundamental parece ser constitutiva da própria condição do migrante. Condição que impõe a todos a manutenção da ilusão coletiva de um estado que só é admitido como provisório (de direito), com a condição de que esse “provisório” possa durar indefinidamente, ora como definitivo (de fato), com a condição de que esse “definitivo” jamais seja enunciado como tal.

O imigrante está, ele não é. Ele só pode ser por oposição, como indicação de não pertencer a determinada comunidade política: de ser ilegal. E mesmo ser, na sociedade de imigração, é provisório. O migrante é expulsável, carrega em si sempre a potencialidade de ser excluído. Com a ilusão de provisoriedade, mantém-se intacta a concepção estatal de política. Se pensado fora de sua funcionalidade, o migrante desafia essa concepção, porque revela a ameaça a uma ordem naturalizada, porém arbitrária, segundo a qual apenas os nacionais têm direitos políticos, apenas os nacionais são cidadãos (VELASCO, 2014).

Ao deixar seu país de origem, o emigrante abandona o convívio em seu corpo político, mas não se insere no novo corpo político da sociedade de imigração. Consequentemente, o imigrante não é apenas um não nacional. Por ser sempre um emigrante, ele encarna uma dupla ausência da ordem nacional (política): tanto da sociedade de imigração como da sociedade de emigração. Ele não está nem dentro nem fora (VELASCO, 2014).

O imigrante (e o emigrante) não podem ter, numa face a jurídica e na outra a de fato, uma identidade civil. Assim é dissociado de toda ordem nacional, tanto a da imigração quanto a da emigração. A dissociação da nação do imigrante é durante toda a imigração. Já a dissociação do Estado-nação pela emigração é progressiva na medida em que se prolonga como por carência devido à ausência acarretada pela emigração. Essa dupla dissociação o torna uma espécie de homem abstrato, que escapa a todas as determinações concretas, empíricas, históricas, territoriais, sociais, políticas e culturais especificadas, pois está liberto de todos os laços que o identificam (SAYAD, 1988).

O homem abstrato não existe, e o imigrante, como qualquer indivíduo, é um ser político. Faz-se necessário pensar de que forma a ele é permitido ser político num mundo em que o político se mantém vinculado a concepções estatais de pertencimento. O princípio de vinculação entre nacionalidade e cidadania vem sendo questionado nas últimas décadas, nas quais um mundo de maior mobilidade e cruzamento das fronteiras nacionais se mostrou

incontrolável (VELASCO, 2014).

Assim, o migrante consciente de que os Direitos Humanos correspondem a todos, reivindicam uma cidadania universal, independente das soberanias estatais e da nacionalidade. As mobilizações culturais, sociais e políticas dos migrantes podem ser consideradas uma ação cidadã de fato, uma vez que tais ações acabam transformando efetivamente as noções de democracia e cidadania vinculadas ao Estado-nação, insurgindo-se num estado democrático dos direitos universais (ELHAJJI, 2018).

As contribuições de Rocha-Trindade (2014) permitem associar as categorias emigração e imigração a perdas ou ganhos em termos de direitos. A legislação que regula os limites do território-nação no qual se insere o imigrante, em geral, limita os seus direitos e benefícios pela própria condição de estrangeiro. Por outro lado, suas obrigações estipuladas por essas mesmas leis, serão as mesmas dos nacionais do seu destino.

No território almejado como destino daqueles que saem de seu país, a situação é diferente – embora complementar. Ali são reconhecidos como imigrantes. Como emigrante é um nacional ausente, perde direitos no país de origem e em alguns casos diminuem os deveres e obrigações inerentes à condição de cidadão. Em contrapartida, “como imigrante, é um estranho vindo de fora, encontrando uma sociedade que provavelmente desconhece e onde terá de inserir-se, sujeitando-se às leis que a administram” (ROCHA-TRINDADE, 2014, p.41).

No cenário migratório, “regime” é uma categoria que evoca o papel dos estados individuais e das mudanças na regulação internacional e na vigilância administrativa que afetam indivíduos migrantes. O termo também denota uma noção de governamentalidade e hegemonia, no âmbito das quais se travam “lutas constantes para entender, consultar, incorporar, celebrar e transformar categorias de semelhança, diferença, pertença e estranheza” (SALAZAR; SCHILLER, 2014, p. 7).

Os mencionados autores argumentam que há várias interseções de regimes diferentes que normalizam os movimentos de alguns viajantes, enquanto criminalizam e dificultam os empreendimentos de outros. O conceito de regime aborda as diferentes formas em que a fixação humana e a mobilidade foram abordadas em teorias sociais.

Os Estados participam da formação e legitimação de regimes globais de mobilidade, impondo barreiras à emigração e imigração de alguns indivíduos, facilitando o movimento de outros e usando identidades nacionais e ideologias nacionalistas para justificar a exclusão ou inclusão desses que atravessam fronteiras.

Os estudos de mobilidade analisados por Salazar e Schiller (2014) revelam que é

fundamental ultrapassar a equação pronta da mobilidade versos liberdade, examinando não apenas o movimento como conexão, mas também como um aspecto de novos confinamentos e modos de exploração. A esse respeito os autores assinalam que os refugiados e os requerentes de asilo são obrigados a fugir e, quando concedida alguma forma de status legal, podem ficar restritos a se estabelecer em cidades ou áreas específicas. Já os ilegais que vivem ou trabalham sem documentos, podem ter que estar trocando de local de residência, a mobilidade é compelida pela necessidade de evitar a vigilância.

Enquanto aumentam as pessoas em movimento, os estados buscam exercer a autoridade, tanto sobre as mobilidades, quanto sobre o seu significado. Num mundo em fluxo constante, o controle do movimento das pessoas e o potencial de mobilidade tornaram-se uma preocupação central para projetos governamentalidade (SALAZAR; SCHILLER, 2014).

O migrante é um sujeito em busca de sua emancipação, digno de direitos próprios e de uma cultura sua é exercer ao máximo a capacidade de relacionar a interculturalidade (BAUMAN, 2005).

Touraine (2011) compreende que a interculturalidade precisa ser pensada em situações menos institucionais, como é o caso das comunidades formadas por minorias em consequência de migrações, expulsões e até exílios. Assegurar os direitos das minorias pressupõe que direitos sociais, políticos e culturais sejam garantidos em escala global, a partir de suas localidades e especificidades, pela ótica da diferença sem hierarquia. Já que “o pluralismo das culturas é uma necessidade num mundo em movimento acelerado” (TOURAINÉ, 2011, p. 170).

De acordo com Touraine (2011), os direitos culturais não pressupõem apenas uma extensão dos direitos políticos (aqueles derivados dos sistemas republicanos de voto e democracia representativa), mas, principalmente, uma forma de proteção de populações determinadas. A necessidade contemporânea do sujeito, de se afirmar no mundo e de ser alguém, de fato um sujeito, perpassa a passagem dos direitos políticos para os direitos sociais e, por fim, no momento atual, aos direitos culturais. Trata-se, portanto, “(...) não mais do direito de ser como os outros, mas de ser outro” (TOURAINÉ, 2011, p. 171).

1.4 A IDENTIDADE NO PROCESSO MIGRATÓRIO

Percebe-se que os conceitos de transnacionalismo e identidade nos processos migratórios se aproximam, uma vez que muitos dos participantes em redes transnacionais de

trocas compartilham entre si a herança cultural do país de origem, expressos em elementos de identidade comum que remetem a uma mesma origem e aos traços culturais, linguísticos e religiosos que lhe são associados (ÉVORA, 2006).

Essas redes transnacionais intensificam a troca de símbolos nacionais considerados importantes para o reconhecimento e fortalecimento da identidade do migrante. Também essas redes contribuem para assegurar a comunicação, trocas de recursos e de informações, através das fronteiras, envolvendo simultaneamente várias pessoas e com repercussões nas diferentes comunidades migrantes (ÉVORA, 2006).

O imigrante transnacional não costuma romper as relações sociais com o seu país de origem. Pode-se dizer que o imigrante transnacional, chamado de transmigrante por Salazar e Schiller (2014), é aquele indivíduo que se mantém vinculado ao seu país de origem e ao país de destino. Assim, falar em identidade é também compreendê-la como elemento de pertencimento presente nas relações constitutivas da rede e fluxos de migrações e mobilidades (MARTÍN-BARBERO, 2006).

Há que se considerar a migração contemporânea sob uma perspectiva transnacional, onde múltiplas relações - econômicas, familiares e sociais - os colocam em permanente contato com o local e o global, ocasionando uma dupla pertença. Tal situação mantém a presença do migrante no local de destino, mas com ligações à sua terra de origem, adotando múltiplas estratégias de vida, afiliações e identidades (SAYAD, 1998). Assim, o transnacionalismo possibilita um crescimento das duplas e múltiplas nacionalidades e culturas (RAMOS, 2012).

O campo transnacional não serve apenas como destino da migração, mas também para a reprodução da identidade e a construção de novas estruturas relacionais com impacto nas formas de se ver e ser visto, aspectos que marcam a identidade (ÉVORA, 2006).

Pensando a identidade como uma característica que é construída, afirmada ou negada, Castells (1999) compreende que a identidade dentro de uma sociedade é como um conjunto de atributos culturais inter-relacionados que prevalecem diante de outras fontes de significado. Podendo ser identificadas ou rejeitadas pelos sujeitos em suas movimentações de auto-representação e ação social.

Para Cucho (2002), a identidade resulta de uma construção social e nenhum indivíduo ou grupo de indivíduos está recluso a uma única identidade, e é justamente o caráter flutuante, flexível e multidimensional da identidade que dificulta a sua definição. No entanto, em que pese isso conferir sua complexidade, também lhe da sua flexibilidade.

Ainda, o mesmo autor compreende que a identidade é ao mesmo tempo “inclusão e

exclusão”, uma vez que identifica indivíduos de um mesmo grupo e distingue esses mesmos indivíduos de outro grupo. Alicerçada numa diferenciação cultural entre “nós e eles” (CUCHE, 2002). Nesse sentido, a identidade é marcada pela diferença (WOODWARD, 2004).

Em outros termos, a afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e de excluir. A identidade e a diferença se traduzem, assim, em dizer “o que somos” significa também dizer “o que não somos”. Nessa perspectiva a identidade e a diferença simplesmente existem e estão em estreita dependência (SILVA, 2004). Ressalta-se ainda, que o “sujeito só pode emergir na articulação fluída das diferenças” (VIEIRA, 2009, pg. 53).

Assim, o migrante é o oposto da “normalidade”, pois é na condição de estrangeiro que o outro que se considera “normal” percebe a diferença. O migrante como diferente, tem a capacidade de despertar no observador – seja positivamente ou negativamente – o estranhamento e sua própria diferença, anulando e ao mesmo tempo revelando ao sujeito observador a fantasia da sua ideia de absolutismo (ELHAJJI, 2018).

No interior das trocas sociais, a identidade se constrói e reconstrói constantemente. No processo de identificação, um dos pontos relevantes é marcar fronteiras, sejam elas sociais ou simbólicas, entre nós e os outros. Tal fronteira se estabelece pela vontade de se diferenciar e pelo uso de certos traços culturais como marcadores de sua identidade específica (RISSO, 2014).

A identidade é marcada por símbolos e existe uma associação entre a identidade da pessoa e as coisas que são usadas por ela. Esses símbolos estabelecem as diferenças entre outras identidades (WOODWARD, 2004). Segundo Silva (2004, p.75/76), “a identidade é a referência, é o ponto original relativamente ao qual se define a diferença”.

Woodward (2004), explica que:

É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornaram possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar. A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas (...) (WOODWARD, 2004, p. 17)

É através dos símbolos que se representam os sentimentos, conceitos e ideias de um determinado grupo de indivíduos, possibilitando que outros interpretem e compreendam os seus significados da mesma forma que o grupo faz (HALL, 1999). Conforme Geertz (1989, p. 20), “o comportamento humano é visto como ação simbólica”, expressa em condutas aceitas pelos membros do grupo social. E o que separa dois grupos culturais, o que cria a fronteira

entre eles é a “vontade de se diferenciar e o uso de certos traços culturais como marcadores de sua identidade específica” (CUCHE, 2002, p. 200).

No processo de conhecimento do migrante do local de destino acontece a troca de símbolos culturais que impacta, desafiando a sua identidade. Assim, para além das condições objetivas de vida, o migrante confronta-se com um contexto culturalmente diverso onde terá que interagir, interpretando comportamentos e práticas, bem como revelando sua própria cultura (PIMENTEL, 2006).

Para Cuche (2002), a cultura se expressa através de uma determinada forma de pensar e agir. Os indivíduos orientam-se e agem no espaço social em que habitam por meio de um sistema de valores, representações e comportamentos fundamentados numa cultura com a qual se identificam. Kathryn Woodward (2004), assinala que os elementos classificatórios de uma cultura ensejam fronteiras simbólicas que permite estabelecer o que seria uma prática culturalmente aceita ou não, definindo o que está incluído e o que está excluído.

Os seres humanos, instituidores de sentido e interpretação, são capazes de criar códigos que dão sentido as suas ações. Esses códigos e interpretações são o que define a cultura. Nesse sentido, todas as ações sociais são culturais, uma vez que expressam ou transmitem um significado (HALL, 1999).

Geertz (1989), considera que sem os homens não haveria cultura, mas ao mesmo tempo, sem cultura não haveria homens. Sobre o papel da cultura na humanidade, o referido autor compreende que o processo do homem tornar-se humano só é possível via cultura.

Conforme destaca Silva (2004):

A identidade e a diferença tem que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas no mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais (SILVA, 2004, pg. 76).

Nessa ordem de ideias, a identidade é formada por processos sociais, identificáveis através de elementos simbólicos e de práticas localizadas no tempo-espaço. Uma vez que as identidades se encontram definidas e cristalizadas, os processos de conservação são determinados pela estrutura social. No entanto, tal situação não se sustenta na atualidade, a identidade cultural desponta o território restrito e limitado do Estado-nação e é redefinida e ressignificada enquanto produto de processos de interconexão global (SILVA, 2004).

Assim, o migrante ao sair da sua própria terra se transforma numa pessoa de identidade plural (SEYFERT, 2011). Numa dinâmica relacional, o migrante precisa ser interpretado como aquele que no confronto com o outro vive sempre na fronteira, ou seja,

representa não apenas o encontro com visões de mundo diferentes, mas também a existência de diferentes espaço-temporalidades (ROCHA, 2010).

No processo de construção da identidade o migrante sofre transformações significativas, manifestas no seu modo de pensar e de agir, nas suas prioridades axiológicas, na posição e no reconhecimento social, no intenso confronto com a alteridade. Ao relacionar-se com povos de cultura e língua diferentes, o migrante vivencia uma mudança, que se reflete na maneira de viver e agir no cotidiano. A nova realidade apresenta desafios que nem sempre podem ser enfrentados a partir do instrumental cultural e axiológico vinculado à cultura de origem. O migrante interage e assume em algumas situações de forma inconsciente, ideologias correspondentes ao novo contexto sociocultural. No entanto, esta experiência não anula totalmente a ligação ou o pertencimento a lugar de origem (ÉVORA, 2006).

Para Hall (1999), as pessoas são, irrevogavelmente, o produto de várias histórias e culturas interconectadas, pertencem a dois mundos ao mesmo tempo, foram transportadas e transferidas de um mundo a outro. Sua conclusão é de que as culturas híbridas constituem um tipo absolutamente novo de identidade, produzido e intensificado com a globalização.

Na perspectiva da cultura contemporânea, o hibridismo seria a conjugação de diferentes nacionalidades, etnias e raças, colocando em conjectura aqueles processos que tendem a conceber as identidades como fundamentalmente divididas. A hibridização, nesse caso, confunde a suposta incolumidade e pureza dos grupos que se reúnem sobre as diferentes identidades nacionais, raças ou etnias. A identidade formada a partir do processo do hibridismo guarda apenas traços da identidade original, mas deixa de ser integralmente originária (SILVA, 2004).

O hibridismo está relacionado diretamente com os movimentos demográficos, como as diásporas, os deslocamentos forçados ou opcionais, as viagens constantes ou ocasionais, são esses movimentos que permitem o contato entre diferentes identidades e que tendem a desestabilizar e deslocar as identidades originais e a sua fixação. Os movimentos migratórios em geral, favorecem processos que afetam tanto as identidades subordinadas quanto as hegemônicas (SILVA, 2004)

Essa migração que navega em um mundo globalizado, pode produzir diferentes resultados em termos de identidades a partir da homogeneidade cultural promovida pelo mercado global. Nesse sentido, pode ocorrer um distanciamento da identidade cultural local e comunitária ou, contrariamente, pode haver um fortalecimento e a reafirmação da identidade de origem, por último, tal situação pode levar ao surgimento de novos arranjos identitários.

“Essa dispersão das pessoas ao redor do globo produz identidades que são moldadas e localizadas em diferentes lugares e por diferentes lugares” (WOODWARD, 2004, pg. 22).

Nessa era da globalização e da tecnologia, onde é possível viajar entre dois pontos sem sair do lugar, onde se viabiliza o trânsito cultural e identitário, tornando-se possível a universalização da cultura e das identidades, percebe-se, simultaneamente e contrapondo esse impacto global, um novo interesse pelo local/nacional (BAUMAN, 2013).

A formação de comunidades migrantes, com fontes econômicas diferenciadas, festas e cultos religiosos próprios, produzidos em espaços diversos ao de sua origem, é a manifestação dos deslocamentos identitários na experiência diaspórica. Atenta-se, também, para o fato do quão forte uma identidade é capaz de prevalecer em território estrangeiro. Percebe-se, assim, que é a experiência compartilhada que forma identidades culturais fortemente atreladas ao nacionalismo (CASTELLS, 1999).

Precisamos pensar a identidade em diáspora por ser justamente o fenômeno da migração um dos principais pilares das identidades culturais. De acordo com Hall (2003), as identidades culturais nacionais são formadas por fatores e contribuições provenientes de diferentes povos, o que impõe a ideia de que não há um povo fechado em si mesmo, que as trocas e relações estão presentes em todas as relações (HALL, 2003).

Para o mesmo autor, a identidade nacional é uma construção a partir da representação, uma vez que é possível saber a nacionalidade de um indivíduo porque há atributos relacionais e representáveis da suposta essência dessa nacionalidade, que conferem a esse sujeito uma noção de ancestralidade e atemporalidade. Elementos culturais que transcendem esse sujeito e que o vinculam a uma cultura nacional (HALL, 1999).

A esse respeito, Bauman (2005) compreende que:

Tornamo-nos conscientes de o “pertencimento” e a “identidade” não têm solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões tomam, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a “identidade” (BAUMAN, 2005, pg. 17).

Compreende Haesbaert (2006), que o migrante ao recriar a identidade no local em que se encontra, nesse território convivem novas e antigas formas de identificação, gerando a pluralidade cultural. Portanto, é de extrema relevância o papel do migrante, enquanto portador e agente de cultura, atuando como veículo de mudança social e cultural nas sociedades envolvidas, sendo ambas, de uma forma ou de outra, enriquecidas pelos contributos que são transmitidos nos dois sentidos (RAMOS, 2012).

2 SENEGAL: PAÍS DE MOBILIDADE HISTÓRICA

Após a propositura da presente pesquisa, surge o interesse em aprofundar o conhecimento sobre o país de origem dos senegaleses. Foi então que esta jornada ao Senegal se inicia, uma vez que não faria sentido estudar a experiência migratória dos senegaleses em Lajeado/RS sem conhecer os elementos históricos que contribuem na configuração do Senegal como país de migrações. Para compreender elementos que dão sustento a mobilidade dos senegaleses para Lajeado/RS, indaga-se sobre as questões políticas, econômicas e as condições de vida no Senegal que estimulam essa mobilidade. Nesse sentido, o ponto de partida do estudo dos senegaleses em Lajeado/RS começa pela contextualização histórica e social do país de origem desses migrantes.

2.1 UM BREVE HISTÓRICO DO SENEGAL

A migração tem sido característica do próprio sentido Brasil-nação desde o período da colonização, com deslocamentos forçados e comércio de escravos africanos, do século XIX e início do XX com as migrações italianas, alemãs e outras etnias europeias, inseridas em políticas de embranquecimento em substituição aos escravos africanos (BRIGNOL, 2015).

Conforme Kaly (2001), as migrações forçadas – escravocratas – estabeleceram uma ponte entre os continentes americano e africano que, além de ter encurtado as distâncias transatlânticas desses dois pontos do planeta, também tornou suas histórias imbricadas e complementares. No entanto, mesmo havendo essa aproximação transatlântica entre esses dois continentes e da diáspora africana ser parte integrante da história brasileira e do sentido constitutivo de país, mantem-se, por parte dos brasileiros, um distanciamento e desconhecimento referente aos países africanos. O povo brasileiro desconhece a história, a cultura, as diversidades étnicas, os recursos naturais e financeiros dos países que compõem esse grande continente africano (BRIGNOL, 2015).

No entanto, a chegada de novos fluxos migratórios para o sul do Brasil vindos do continente africano a partir do século XXI, na sua grande maioria jovens, negros e muçulmanos, falando o *wolof*, volta-se a atenção para um pequeno país africano, o Senegal.

Assim, antes de pensarmos elementos que constituem a experiência migratória dos

senegaleses para a cidade de Lajeado/RS, é preciso realizar um movimento de aproximação à história e ao contexto político, econômico, social e cultural do próprio Senegal. Esse país que é oficialmente chamado de República do Senegal e que tem como capital a cidade de Dakar, que se encontra localizado na região conhecida como África Ocidental, também chamada de África Subsaariana ou África Negra (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2007). Uma região de diversidades políticas, culturais, socioeconômicas e geopolíticas, com grande variedade de grupos étnicos, tais como os jolof, que representam a maioria da população, seguidos por outros grupos como fulani, serer, jola e mandingos. Além dessas comunidades nativas, ainda residem no país grupos de europeus, na sua maioria de franceses (DIALLO, 2011).

O francês é a língua oficial do Senegal – influência perpetrada pelo colonialismo francês – mas que só é utilizada de forma corrente por uma minoria de senegaleses educados nas escolas de origem francesa. A maioria da população fala sua própria língua étnica, especialmente em Dakar, onde o *wolof* é a língua franca (VISENTINI, 2010).

A religião dominante no Senegal é o islamismo e chegou a esta região por volta do século XI através de rotas comerciais e de movimentos migratórios. A grande maioria dos senegaleses são adeptos do islamismo, manifestada através da Confraria Mouride que foi fundada por Cheikh Amadou Bamba. Uma minoria da população é praticante de crenças regionais e outra do cristianismo (OGOT, 2010).

O Senegal tornou-se uma nação independente na década de 60, período conhecido como “Ano Africano”. Tal denominação ocorre em razão do grande número de países que se independizaram dos estados europeus colonizadores no início dessa década (VISENTINI, 2010).

No decorrer da pesquisa percebe-se que há poucos registros sobre o período pré-colonial da África, escassas são as informações acerca da formação das sociedades africanas. O pesquisador Diallo (2011) em sua dissertação de mestrado, explica que a África Ocidental no período pré-colonial foi sucedida por três grandes impérios: Gana, Mali e o império Songai. Estes impérios se caracterizavam pela descentralização de suas organizações políticas e pelas divisões sociais em grupos familiares, tribos e castas, sendo que cada grupo possuía amplo reconhecimento dentro da estrutura social, a fim de evitar um poder ditatorial por parte do império. O Senegal, por sua vez, se dividia em reinos vassalos do Império Mali. O espaço entre os rios Senegal e Gâmbia pertencia a uma única unidade política, conhecida como Jolof – que até hoje designa o atual Senegal (DIALLO, 2011).

Esses povos africanos, organizados em reinos independentes, iniciaram seus primeiros contatos com o restante do mundo através dos muçulmanos árabes, que já

praticavam o comércio negreiro – realizando a troca de escravos africanos por mercadorias vindas do Mediterrâneo e da Arábia (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2007).

A partir do século XV, competiu aos portugueses a expansão marítima, dando início ao período mercantilista ou também conhecido como Grandes Navegações Europeias. A primeira fase do expansionismo europeu no Continente Africano se deu em razão das necessidades de encontrar rotas alternativas para o Oriente, bem como novos mercados produtores e consumidores (DIALLO, 2011).

Foi graças à competência naval e as experiências atlânticas dos lusitanos a descoberta das costas Ocidentais da África, que o Senegal se tornou posteriormente um local de passagem de estados europeus interessados em explorar os minérios do solo africano (como o ouro) e intensificar o comércio marítimo (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2007). Esse século, portanto, marca o início de um processo que causou grandes impactos nas estruturas econômicas, culturais e sócio-políticas do continente africano (DIALLO, 2011).

A ocupação colonial ocorre quando o interesse dos países europeus pela compra e venda de produtos do continente africano é substituída por um desejo de ocupação territorial e de dominação, com vistas à exploração dos recursos naturais e humanos (DIALLO, 2011). Nesse sentido, a África adquiriu grande importância geopolítica, ao se tornar um eixo de penetração da dominação econômica e política de uma Europa em plena expansão, assim como permitiu o escoamento de produtos vindos do interior (OGOT, 2010).

Os portugueses conseguiram entrar no continente africano e firmar acordos com os chefes dos reinos locais, em troca de produtos comerciais. Com essa bandeira de realizar comércio, os europeus se instalaram nas costas marítimas do continente, dentro de impérios, e mais tarde, de posse de superioridade militar, logística e estratégia predeterminada, conseguiram dominar os africanos e explorar economicamente o território (DIALLO, 2011).

A partir do século XVII, o monopólio português é abalado com a chegada de holandeses, ingleses e franceses. Essas novas potências europeias passaram a disputar a região onde se localiza o Senegal, estabelecendo-se ao longo da costa do Atlântico e montando seus respectivos postos comerciais. Durante mais de duzentos anos, os africanos forneciam aos europeus, situados no litoral, o que eles queriam comprar, situação que incluía o tráfico de escravos (MACKENZIE, 1994). Tal situação era predominantemente de exploração, o que determinou a reorganização geoeconômica criando novas realidades sociais e políticas (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2007).

Em termos de dominação, os franceses foram os mais ativos na consecução da política de ocupação militar da África Ocidental (BOAHEN, 2010). A França assume

gradualmente ascendência na região do rio Senegal sobre as demais colônias europeias e ergueu Saint-Louis, Gorée, Dakar e Rufisque em comunas francesas regidas pelo estatuto dos quatro. Essas comunas eram consideradas parte integrante da França, ou seja, um pedaço francês além-mar (WESSELING, 2008).

A intensificação do controle no território africano, originada pela disputa entre os Estados europeus e os Estados africanos, que controlavam as exportações de novos produtos, tais como óleo de palma, amendoim, algodão, ouro e marfim, propiciou as condições para a convocação da Conferência Internacional de Berlim (1884/1885), aonde se estabeleceram as regras para a liberdade de comércio e a igualdade de condições para os capitais concorrentes (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2007).

[...]Tendo o Congresso de Berlim estabelecido as regras para a partilha da África e reconhecido a supremacia das potências europeias, cabia realizar ajustes das fronteiras litorâneas e a incorporação do interior do continente. Diplomacia e armas modernas seriam utilizadas. A primeira, para as relações entre europeus; as segundas, para as relações com os africanos. [...] Resultou disso o estabelecimento de fronteiras em linhas retas que reuniam, em uma unidade administrativa, povos diferentes e até inimigos e dividiam conjuntos étnicos-linguísticos com uma longa história de unidade (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2007, pg. 68).

Portanto, a divisão estabelecida nesta Conferência pelos europeus não leva em consideração as peculiaridades sócio-políticas locais, mas sim os interesses dos Estados colonizadores. Os europeus dividiram o território africano, apagando assim os espaços unificados das organizações geopolíticas pré-coloniais, remodelando o mapa geopolítico da África (DIALLO, 2011).

A independência do Senegal começa a se desenhar somente a partir de 1946, quando a França, fragilizada após a II Guerra Mundial, dá maior autonomia à colônia. (VISENTINI, 2010) A necessidade de riquezas das metrópoles ao final desta Guerra entrou em contradição com os ideais da nova ordem política que chegou ao poder em 1945. A solução para essa situação crítica se deu por um longo processo de emancipação das colônias dominadas pela França e por outros países europeus (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2007).

Em 1958, o Senegal tem seu primeiro governo soberano e é elevada de colônia à categoria de República Autônoma. No ano seguinte, o país se une ao Sudão Francês (atual Mali) e forma a Federação do Mali. Em agosto de 1960, o Senegal rompe o pacto e declara sua independência (HERNANDEZ, 2008).

Após a sua independência, o Senegal tornou-se referência no continente africano na questão da democracia, devido à preservação democrática do sistema multipartidário. O escritor e poeta Léopold Sédar Senghor foi o primeiro presidente do Senegal e foi um político moderado e intelectualmente muito prestigiado, conhecido como um dos maiores expoentes

da poesia africana.¹ No entanto, mais de meio século depois da independência, as economias africanas continuam polarizadas nas economias europeias, que representam mais de dois terços de suas zonas de intercâmbio comercial e da origem dos capitais. As economias são quase totalmente dependentes de bens de equipamento e bens intermediários, assim como é grande a dependência de capitais, tecnologias e competências expatriadas (HUGON, 2009).

A partir de 1994, o Senegal adotou um importante programa de reforma econômica, com o apoio da comunidade de doadores internacionais. Tais mudanças favoreceram o crescimento do país que também vem trabalhando pela integração econômica regional, no entanto, o país ainda depende de doações internacionais. Desde 2012, o Senegal integra os principais órgãos da comunidade internacional, fazendo parte da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, da União Africana (UA) e da Comunidade dos Estados do Sahel-Saara. (DIALLO, 2011)

Após essa breve aproximação à história do Senegal, percebe-se que a região sofreu fortes modificações geográficas, sociais e culturais em razão da ocupação estrangeira e que a questão migratória está profundamente relacionada à cultura dos senegaleses, seja pela ocupação de territórios desde a formação das civilizações, seja por questões relacionadas às migrações forçadas (comércio de escravos com árabes e, posteriormente, com países de outros continentes), ou por questões relacionadas ao colonialismo francês e seus resquícios econômicos e sociais (DIADIOU; DIOP; MBOUP; SAKHO; 2015). Conclui-se ainda que o fato de sua independência recente não permitiu ao país o tempo suficiente para resolver problemas de ordem econômica e social. Fato que contribui para que os senegaleses busquem recursos financeiros em outros países. (HERÉDIA, 2015)

2.2 NOTÍCIAS DE MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS DOS SENEGALESES

Conforme já mencionado, um dos principais processos migratórios de africanos diz respeito às migrações forçadas, quando as etnias africanas se tornaram negros-escravos e instrumentos de trabalho. A exploração da África subsaariana nos séculos XV ao XIX

¹ Léopold Sédar Senghor governou o país durante 20 (vinte) anos, reeleito sucessivas vezes, até 1981. Renunciou ao cargo de presidente por causa da idade avançada e transmitiu seu mandato ao primeiro ministro Abdou Diouf, declarado presidente do Senegal nas eleições de 1983. O presidente Diouf reelegeu-se em 1988 e em 1993, e permaneceu na presidência do Senegal até o ano de 2000. O atual presidente do Senegal é Macky Sall, que surpreendeu nas eleições presidenciais de 2012 ao passar para o segundo turno das eleições junto com o seu antecessor o Presidente Abdoulaye Wade. Macky Sall venceu as eleições pelo seu próprio partido: a Aliança pela República (APR), fundado por ele em 2008. (DIALLO, 2011)

condenou à escravização e a desorganização sociocultural dos direitos africanos (CONFORTO, 2015).

O tráfico de escravos se tornou uma das principais atividades das potências europeias que dominavam a costa da África Ocidental (OGOT, 2010). As migrações africanas em direção ao continente americano iniciam no século XVI e seguem até o final do século XIX, com o fim do período escravocrata (KALY, 2001). O envio de escravos africanos para a América foi um dos maiores movimentos populacionais da história, maior migração por via marítima antes das grandes migrações europeias de italianos, alemães e outras etnias (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2007).

A escravização dos africanos se reflete diretamente no Brasil, pois o país ainda não havia completado meio século de ocupação portuguesa e o tráfico de africanos já havia sido inserido nesse território. No início do século XIX, a configuração demográfica da população brasileira revelava maior porcentagem da população negra do que branca (KALY, 2001).

É muito difícil precisar os locais do território africano de onde foram traficados os escravos para o Brasil. Os colonizadores não escolhiam tribos nem lugar, apenas aprisionavam o maior número possível de negros para entregá-los aos negreiros. No entanto, pela maior proximidade entre as costas, acredita-se que para o Brasil veio um amplo contingente de negros apreendidos na África Ocidental (CASTRO, 1981).

Encerrada a fase escravocrata no Brasil, Kaly (2001, p. 111) salienta que “até o final do século XX, o Brasil foi um dos países do continente americano que mais recebeu estrangeiros europeus para políticas de branqueamento, ocupando os espaços de mão de obra livres. Nesse mesmo período, as fronteiras brasileiras foram restritivas aos migrantes africanos, por estarem alocados entre as raças inferiores”.

Com base nessa política de branqueamento da população brasileira, a vinda de africanos para o Brasil seguiu dificultada até a década de 1950. Somente após esse período a diplomacia brasileira se abre para convênios e cooperações com embaixadas como a do Senegal e de Gana (KALY, 2001).

Em que pese à relação do Brasil com o continente africano ser fortemente marcada pelo período escravocrata, essa relação não se limita a esse período histórico. A contribuição cultural africana para a formação da sociedade brasileira é significativa e as relações comerciais do Brasil com a África desde 2003 estabeleceram fortes vínculos sociais, culturais e econômicos entre um país e um continente. Hoje, o Brasil possui mais de 30 embaixadas no continente africano, marcando fortemente sua presença em questões de diplomacia e comércio (VISENTINI, 2010).

Outro processo migratório relevante no contexto africano se remonta à Segunda Guerra Mundial, com o recrutamento de soldados senegaleses para lutar no exército francês e para substituir a mão de obra francesa mobilizada para a guerra (DIADIOU; DIOP; MBOUP; SAKHO; 2015). Esses deslocamentos laborais foram incentivados pela necessidade de mão de obra, principalmente em razão da destruição deixada pela guerra na Europa. Os países europeus atraíram pessoas das colônias sem preocupações com interculturalidade e interreligiosidade, pois, tratava-se apenas de migrantes temporários. Por sua vez, os trabalhadores incentivados a migrarem para a Europa, considerados temporários, e alguns senegaleses que tinham aderido ao exército francês durante a guerra, na verdade situaram residência, família, filhos e reivindicaram espaços de cidadania, visibilidade cultural e religiosa (MARINUCCI, 2016).

Outro motivo que contribuiu para o aumento das migrações africanas foi à independência da maioria dos países colonizados no período de 1960 a 1970, a criação de novos Estados independentes e o reconhecimento internacional de fronteiras, Situação que altera as relações de poder com o sistema internacional, levando um número significativo de senegaleses a migrar para a Europa a fim de tentar uma vida melhor (SILVA, 2013).

A esse respeito Hall (1999) argumenta que:

Após a Segunda Guerra Mundial, as potências europeias descolonizadoras pensaram que podiam simplesmente cair fora de suas esferas coloniais de influência, deixando as consequências do imperialismo atrás delas. Mas a independência global agora atua em ambos os sentidos. (...) Impulsionados pela pobreza, pela seca, pela fome, pelo subdesenvolvimento econômico e por colheitas fracas, pela guerra civil e pelos distúrbios políticos, pelo conflito regional e pelas mudanças arbitrárias de regimes políticos, pela dívida externa acumulada de seus governos para com os bancos ocidentais, as pessoas mais pobres do globo, em grande número, acabam por acreditar na “mensagem” do consumismo global e se mudam para os locais aonde vêm os “bens” e onde as chances de sobrevivência são maiores. Na era das comunicações globais, o Ocidente está situado à distância de uma passagem aérea (HALL, 1999, p. 81).

Ainda, uma parcela das migrações senegalesas se concentrava entre os países do próprio continente africano. No entanto, essas rotas existentes dentro do continente foram alteradas em razão da crise econômica que afetou vários países da África. Tal crise comprometeu parte das condições de vida das famílias senegalesas, fossem elas da zona rural ou urbana (DIADIOU; DIOP; MBOUP; SAKHO; 2015).

Outro fator migratório diz respeito as mudanças climáticas (tais como salinização dos rios e o avanço do deserto) – o que provocou o êxodo rural, fazendo com que habitantes do campo migrassem para a Capital do país em busca de sustento para suas famílias e empregos formais. No entanto, o mercado formal não absorve essa demanda, conduzindo a população

ao trabalho informal – principalmente como vendedores ambulantes (DO CARMO; MOOJEN; NDIAYE, 2015).

Nesse sentido, conforme Maffia (2010 apud MOCELLIN, 2015), as migrações africanas estão associadas à criação dos Estados Nacionais no começo da década de 60 e a seu impacto político-jurídico e cultural sobre as populações. As migrações internas e externas estão associadas aos desequilíbrios entre distintas regiões de um país, às desigualdades de desenvolvimento e às oportunidades de emprego e de condições de vida.

O Senegal também é um país de destino dos refugiados e migrantes de países que sofrem situações de violência, guerras civis, vítimas de casamentos forçados, de opções sexuais e de perseguição em razão de raça e etnia. De acordo com a OIM – Organização Internacional de Migrações - há cerca de 30 mil migrantes refugiados e outros três milhões de estrangeiros vivendo no Senegal (DO CARMO; MOOJEN; NDIAYE, 2015).

O Senegal é um país de aproximadamente 14 milhões de habitantes, sendo que três milhões de senegaleses vivenciam hoje a experiência migratória. No país, o Censo Demográfico inclui um item sobre migração desde 1996, e de acordo com esse estudo estatístico estima-se que existem senegaleses vivendo em cerca de 64 países. Tal porcentagem mostra que o Senegal é um país de emigrantes, que buscam melhores condições de vida em razão do desemprego e mudanças climáticas, aliadas a ausência de políticas sociais e econômicas (DO CARMO; MOOJEN; NDIAYE, 2015).

De acordo com as pesquisas realizadas no Senegal por Do Carmo; Moojen; Ndiaye (2015), o fenômeno migratório - interno e externo – vivenciado pelo país também é objeto de estudo dos pesquisadores do Senegal, sendo recorrentes as pesquisas referentes à migração de senegaleses para Europa e outros países, causando interesse especial na atualidade às migrações ocorridas para a América Latina – Argentina e Brasil.

Os referidos pesquisadores complementam dizendo que quando a migração se volta novamente para a Europa, com destinos como Itália e França, os países da tradicional rota migratória assumem posturas mais rigorosas para o controle de entrada e permanência de migrantes em solo europeu. Essa situação de maior controle de migração em países europeus resultou em rotas alternativas como destino. (DO CARMO; MOOJEN; NDIAYE, 2015). Quer dizer, com a crise econômica e social que a Europa passou a enfrenar desde 2008, a América do Sul começou a aparecer como nova alternativa para os senegaleses, iniciando-se pela Argentina e depois para o Brasil (RANGEL, 2015).

No início do século XXI, a divisão do trabalho internacional foi reorganizada, colocando o Brasil em níveis de desenvolvimento diferenciados de outros países da América

Latina. O novo *status* do Brasil ao fazer parte do grupo daqueles que decidiam a economia internacional, colocou o Brasil numa posição privilegiada e competitiva. Inserindo-se, dessa forma, às rotas de destino de migrantes internacionais pelas perspectivas promissoras de crescimento econômico (HERÉDIA; PANDOLFI, 2015).

Portanto, as dinâmicas migratórias no Senegal, nacionais e internacionais, fazem parte da vida dos senegaleses. Tedesco e Mello (2015, p.16) afirmam que a mobilidade geográfica dos senegaleses representa um modo de vida. Por sua vez, Rossa (2018, p.27) compreende que os senegaleses possuem uma “identidade migrante”, que facilita o desprendimento e as reterritorializações que eles acabam vivendo ao longo de suas jornadas.

2.3 A MIGRAÇÃO SENEGALESA PARA O SUL DO BRASIL

Quanto aos fluxos migratórios de senegaleses para o sul do Brasil, estes resultam da confluência de vários fatores: o crescimento socioeconômico brasileiro, a formação de redes sociais de migrantes, a recente crise financeira mundial nos países desenvolvidos, o fechamento de fronteiras ao norte da Europa e a inserção do Brasil na globalização de mercado (ZAMBERLAM et al, 2013). Outro fato que acelera esses fluxos é a fragilidade das condições socioeconômicas que enfrenta o Senegal. País que apresenta índices de qualidade de vida bastante baixos, motivando os senegaleses a migrarem para o Brasil, principalmente pela possibilidade de encontrar empregos e melhorar as condições de vida individual e da família (HERÉDIA, 2015).

Conforme aponta Brignol (2010), ainda que a opção pela experiência migratória seja, quase sempre definida, pela necessidade econômica e pela intenção de mudança de vida, precisamos reelaborar a noção dos deslocamentos dos sujeitos pelo globo, ao ponto de não pensar nesses deslocamentos apenas causados por necessidades extremas (embora também o sejam fortemente, em muitos casos), mas, sim, como rotas intencionais, destinos de vida, opções de viver, estudar, morar e experimentar.

Os motivos variam de acordo com os recursos que dispões em cada país. Podem variar a partir de fatores externos (como guerras, conflitos civis, perseguições). Mas na história mundial há heranças do período colonial presentes nos países do Sul – principalmente aqueles situados no continente africano. Perante os quais as pessoas optam por migrar em direção a destinos considerados mais promissores. Nesse sentido, no mundo globalizado há um movimento constante de circulação de conhecimento, tecnologia e práticas simbólicas em

grandes proporções (COSTA, 2017).

No âmbito das considerações referentes aos novos fluxos migratórios para o Brasil, que as redes de convivência e a troca intercultural são as principais responsáveis pelo fomento da migração senegalesa para o Brasil (COSTA, 2017). Na pesquisa de campo realizada na cidade de Lajeado/RS, percebe-se que em diversas dimensões do movimento migratório manifesta-se a influência da família, dos amigos e da conexão com redes e associações de senegaleses que já experimentaram a migração.

Assim como foi apontado antes, a migração é um fenômeno irreversível, como o confirma a inserção da temática na agenda política brasileira ao sancionar, em 2017, a Lei das Migrações. No entanto, antes desse importante avanço da Lei brasileira que regimenta o processo migratório, o Brasil sujeitou-se a lidar com a questão migratória no improviso.

Até a promulgação da Lei de Migrações, a migração no Brasil era regulada por normas implementadas no período do Regime Militar, nas quais o imigrante era visto como uma ameaça à estabilidade e a ordem social do país, predominando o enfoque da segurança nacional (OLIVEIRA, 2017).

Na década de 80, a questão migratória teve certa relevância na agenda política e social brasileira, momento em que ocorreram mudanças no tratamento governamental aos imigrantes e refugiados, sendo aprovada nesse período a legislação do Estatuto do Estrangeiro - Lei 6.815, de 19 de agosto de 1980 (OLIVEIRA, 2017).

O Estatuto do Estrangeiro de 1980 era uma legislação herdada da ditadura, que contrariava tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é parte, além de ser incompatível com a Constituição de 1988, a qual é regida pela prevalência dos direitos humanos. Conforme Minchola e Redin (2015), o Estatuto do Estrangeiro era uma lei pautada no discurso da soberania e da segurança nacional, versada na exclusão e seletividade, incapaz de abarcar imigrações tradicionalmente conhecidas como econômicas.

A referida Lei possuía um caráter restritivo e expressava uma política migratória que autorizava o fluxo de estrangeiros de acordo com interesses utilitários, seguindo a lógica de atender às demandas por força de trabalho estrangeiro (BAGGIO; NASCIMENTO, 2018).

Contudo, é importante reconhecer que o Brasil havia iniciado um período de liberação e redemocratização política. Conforme Zaveucha (2005, apud SILVA, 2013) seria um longo e gradual processo político, trazendo mudanças substanciais a respeito da política para migrantes que ocorreriam somente a partir da década de 90.

Em 1997, o Brasil promulgou a Lei 9.474 que regulamentava a proteção dos refugiados no País. Tal Lei representou um marco histórico na legislação de proteção aos

direitos humanos e o compromisso do Brasil com o tema e a causa dos refugiados. É uma lei que teve ampla relevância no cenário internacional (TRINDADE, 2000).

Conforme Barreto (2010, p. 19):

Após editada a Lei nº 9474, de 1997, com 49 artigos, ficou definido o mecanismo para implementação do Estatuto dos Refugiados. A lei brasileira, redigida em parceria com o Acnur e com a sociedade civil, é considerada hoje pela própria ONU como uma das leis mais modernas, mais abrangentes e mais generosas do mundo. Contempla todos os dispositivos de proteção internacional de refugiados e cria um órgão nacional – o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) – para ditar a política pública do refúgio e decidir quanto às solicitações de refúgio apresentadas no Brasil.

Importante salientar a contribuição da Constituição Brasileira de 1988 sobre o assunto, uma vez que a Carta Magna ampliou o conteúdo do termo “cidadania”, não podendo ser visto apenas em sua projeção política e jurídica clássica (BARACHO, 1999).

A Constituição de 1988 e a Lei 9.474/1997 funcionaram então como fundamentos para a criação e a prática das políticas públicas focadas à assistência e à integração dos refugiados no território brasileiro. Estabeleceram os procedimentos para obtenção e cassação do refúgio, os direitos e deveres dos refugiados, a institucionalização de um órgão específico ligado diretamente ao Ministério da Justiça (o CONARE) para tomada de decisões sobre refugiados, incluindo a sociedade civil neste processo, assim como na execução das soluções duradouras para o refúgio (SILVA, 2013).

O CONARE é responsável por receber as solicitações de refúgio, estabelecer critérios para reconhecimento de refugiados, bem como estabelecer políticas de assistência a estes. O comitê é um órgão interministerial, sendo ligado ao Ministério da Justiça e se relacionando aos ministérios da saúde, da educação, de relações exteriores, do trabalho e emprego, além do Departamento de Polícia Federal.

No entanto, a migração senegalesa que se tornou mais expressiva a partir de 2012 e que é considerada de fator econômico, não possuía respaldo no Estatuto do Estrangeiro para salvaguardar sua entrada e permanência no País, necessitando de respostas e alternativas jurídicas do Estado frente à inadequação do Estatuto vigente a época (MINCHOLA; REDIN, 2015).

Diante da ineficiência do Estatuto do Estrangeiro, os senegaleses que chegavam ao Brasil se apropriavam da Lei 9.474/1997, solicitando o refúgio junto ao órgão competente. Além do amparo internacional no regime de Refúgio – “o Direito Internacional dos Refugiados permite o acesso ao País e representa o principal caminho de ingresso pelos novos fluxos de imigrantes” (MINCHOLA; REDIN, 2015, pg. 202). A solicitação de refúgio supera outras dificuldades impostas pelo Estatuto do Estrangeiro, tais como: o estrangeiro pode

entrar no País mesmo que não tenha visto e solicitar o refúgio junto a Polícia Federal; com este documento o Estado Nacional não pode enviar o migrante para qualquer lugar onde possa estar em risco sua liberdade ou vida, seguindo o princípio do “*non-refoulement*”, ou seja, o migrante não poderá ser enviado para o seu país de origem (MINCHOLA; REDIN, 2015).

Assim, superando tais adversidades legais, os senegaleses solicitantes de refúgio no Brasil precisavam apresentar-se às autoridades migratórias dentro do território nacional, para explicar as razões que os levaram a deixar seu país de origem e solicitar refúgio, conforme o Estatuto do Refugiado (art. 7º e 9º). A solicitação de proteção do governo pode ser feita a qualquer momento, ainda que o solicitante já esteja em território brasileiro há algum tempo (art. 8º) (ESTATUTO DOS REFUGIADOS, 1997).

O pedido de refúgio era encaminhado ao CONARE, que decidia a situação do solicitante. Durante o período de espera o migrante não pode ser deportado para fronteiras de territórios em que sua vida ou liberdade estejam ameaçadas, exceto, se for considerado perigoso para a segurança do país, conforme art. 7º, da Lei 9.474/1997 (SILVA, 2013).

Reconhecida a condição de refugiado, o migrante pode solicitar a Carteira de Identidade Permanente junto a Polícia Federal (art. 28 da mesma Lei). No caso de decisão negativa, o solicitante terá prazo para apresentar recurso ao Ministro da Justiça, conforme dispõe o art. 29 da legislação em tela.

A Polícia Federal é responsável por produzir o protocolo provisório de refúgio, esse documento dava ao migrante a garantia de estadia no país até a decisão definitiva do seu pedido pelo CONARE. Os protocolos de refugio são válidos por 01 (um) ano, sendo renováveis pelo mesmo prazo quantas vezes for necessário. Somente na posse desse protocolo de refúgio é que o migrante senegalês podia requerer determinados documentos, tais como o CPF (Cadastro de Pessoa Física) e a CTPS (Carteira Nacional de Trabalho e Previdência Social), com os quais exerciam as atividades necessárias para o seu sustento, além de poder circular livremente pelo país e exercer qualquer direito fundamental que não seja exclusivo de brasileiros (MINCHOLA; REDIN, 2015).

Para Minchola e Redin (2015), mesmo sendo grande o número de legislações que abordavam o tema da imigração, os senegaleses que se encontram em situação de refúgio no Brasil ainda enfrentavam dificuldades, seja para conseguirem adentrar no país, seja para conseguirem permanecer e viver dignamente, sem restrições ao mercado de trabalho e discriminações de cunho social. Esse novo fluxo de imigrantes que solicitavam refúgio, no caso os senegaleses, são nativos de um país desfavorável economicamente, com baixas perspectivas de emprego e estão chegando ao Brasil em busca de melhores condições de

vida material e de acesso aos seus direitos fundamentais. No entanto, a autoridade competente no Brasil para a questão dos refugiados, o CONARE (vinculado ao Ministério da Justiça) entende que estes casos não estavam contidos na condição de refugiado.

Referem os mesmos autores, que a migração senegalesa no Brasil encontrava amparo na Resolução Administrativa n. 27 de 1998 do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), vinculado ao Ministério do Trabalho. Este Ministério disciplina no seu art. 1º que serão submetidas a esse Conselho as situações especiais e os casos omissos, a partir de análise individual. Portanto, tratava-se de uma resolução geral, capaz de abarcar a realidade dos novos fluxos migratórios para o Brasil.

Mas, de acordo com o que foi mencionado anteriormente, no ano de 2017 foi aprovado e sancionado pelo Presidente do País a nova Lei de Migração que regulamenta e sana os problemas relacionados às imigrações. Essa Lei define os direitos e os deveres do migrante e do visitante no Brasil, regulando a entrada e a permanência de estrangeiros.

A nova Lei passa a reconhecer direitos subjetivos ao migrante, representando um avanço nessa matéria, explicitando o repúdio à xenofobia, a não criminalização dos processos migratórios e a acolhida humanitária, inserindo o migrante num contexto de proteção dos direitos humanos (BAGGIO; NASCIMENTO, 2018).

Nesse sentido, a presente Lei traz inúmeras mudanças, sendo que a primeira inicia pelo próprio título da lei. A palavra estrangeiro, que em sua origem significa estranho - inspirando repulsa e hostilidade - é substituída por “migração”. A proposta da nova Lei de Migração trata o imigrante como um sujeito de direitos, e não como estrangeiro. A nova legislação migratória adequa-se à Constituição Federal, que determina tratamento igualitário a brasileiros e as pessoas vindas de fora.

A adoção de um novo marco jurídico regulatório das migrações atende a um pleito antigo e a uma necessidade urgente de revogação do Estatuto do Estrangeiro de 1980. Na era da intensa mobilidade humana internacional, surgem oportunidades para o Brasil se beneficiar da diversidade e do multiculturalismo, bem como dos deveres de proteção para impedir a construção jurídica de vulnerabilidades e a exploração de migrantes, em prejuízo a toda sociedade.

O eixo central da nova lei é a proteção de direitos humanos na temática das migrações, aplicando-se ao migrante que vive no Brasil e, inclusive, ao brasileiro que vive no exterior. O reconhecimento da universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos como princípio de regência da política migratória brasileira (artigo 3º, I) é decorrência da proteção da dignidade humana, vetor axiológico da Constituição (artigo 1º, III)

e dos tratados de direitos humanos celebrados pelo Brasil (RAMOS, 2017).

A lei avança ao prever uma série de princípios e diretrizes que conformam a atuação dos órgãos públicos à luz da gramática dos direitos humanos. Ao migrante é garantida, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, assegurando-lhe também os direitos as liberdades civis, sociais, culturais e econômicos (artigo 4º, caput e inciso I).

Estabelece-se, com o novo marco legal, a regra geral de vedação da discriminação e proibição do arbítrio na entrada, permanência e saída compulsória do migrante, com várias menções ao direito de ser informado e de obter assistência jurídica integral (RAMOS, 2017).

Importante inovação é o regramento do impedimento de ingresso. Foi assegurado que ninguém será impedido de ingressar no País por motivo de raça, religião, nacionalidade, pertinência a grupo social ou opinião política, possibilitando-se a responsabilização dos responsáveis pela prática de atos arbitrários na zona primária de fronteira.

No âmbito dos direitos dos migrantes que estão no país, foram eliminadas proibições constantes do Estatuto do Estrangeiro — tal qual a restrição ao direito de associação para fins lícitos e expressão política — que se chocavam com a Constituição. Na nova lei, assegurou-se o acesso igualitário e livre dos migrantes a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social (artigo 3º, XI).

A retirada do estrangeiro do país também foi regulamentada, com destaque para novas regras sobre os institutos da repatriação, deportação e expulsão, além da previsão para atuação da Defensoria Pública da União nos procedimentos, o que inibe atos arbitrários ou discriminatórios.

A lei traz também previsões sobre asilo e proteção do apátrida, bem como normas referentes à opção de nacionalidade e naturalização. Definindo os tipos de naturalização cabíveis em cada caso e condições para que a nacionalidade seja concedida, perdida ou readquirida. Manteve a disciplina de matérias estranhas ao tema do migrante, como a cooperação jurídica internacional em suas espécies, extradição e transferência de sentenciados.

No entanto, deve-se lamentar a grande maioria dos vetos impostos no momento da sanção presidencial, em especial o referente à anistia a imigrantes que ingressaram no Brasil sem documentos até 06 de julho de 2016 e a livre circulação de povos indígenas entre fronteiras nas terras tradicionalmente ocupadas por eles (BAGGIO; NASCIMENTO, 2018).

Também restou vetado a extensão da autorização de residência a pessoas sem vínculo

familiar direto; a dispensa do serviço militar de brasileiros por opção ou naturalizados que cumpriram obrigações militares em outro país; o direito dos migrantes de exercer cargo, emprego ou função pública; concessão de visto ou de autorização de residência para fins de reunião familiar a outras hipóteses de parentescos (RAMOS, 2017).

Entre os dispositivos vetados, também está aquele que tratava de “grupos vulneráveis”, como os solicitantes de refúgio; requerentes de visto humanitário; vítimas de tráfico de pessoas; vítimas de trabalho escravo; migrantes em cumprimento de pena ou que respondem criminalmente em liberdade; menores desacompanhados (MENDES; SALÇA, 2017).

A Lei 13.445/2017 altera o Código Penal para criminalizar a promoção de migração ilegal, praticada pelos chamados “coiotes”. A partir de agora, quem obtém vantagem econômica com a entrada ilegal de estrangeiros em território nacional ou vice-versa — cobrar para colocar brasileiros em outro país — pode ser condenado à prisão, entre 2 e 5 anos, mais multa. A pena é ampliada (um sexto a um terço) se a pessoa envolvida for vítima de violência ou submetida a condição desumana ou degradante.

Infelizmente tais situações demonstram e reforçam que ainda permanece no Brasil resquícios de uma ideologia de segurança nacional, as quais criminalizam e excluem aquele migrante que não é considerado o ideal (art. 28, II – quando condiciona o visto a não existência de condenação por crime doloso em outro país; art. 38, §6º - quando emprega simplificação no trâmite do visto àquele que vem trabalhar como mão de obra em área específica) (BAGGIO; NASCIMENTO, 2018).

Assim, não podemos perder de vista que a migração é, antes de tudo, uma garantia internacional de direitos humanos, não se limitando à segurança nacional. Por isso, o migrante ou refugiado, ao invés de ser percebido como um estranho ou forasteiro deve ser acolhido como pessoa titular de direitos essenciais.

Com esse novo marco jurídico, acredita-se que o Brasil dá importante passo para tratar as migrações como verdadeiros ganhos (materiais e imateriais) para nossa sociedade. O passado e o presente do Brasil estão relacionados com as migrações: nada mais justo e favorável aos interesses nacionais que tratar o migrante com dignidade, estimulando-o a contribuir, tal qual ocorreu ao longo de nossa história, ao desenvolvimento de uma sociedade plural, desenvolvida e justa (MENDES; SALÇA, 2017).

3 REDES SOCIAIS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: SUPORTE DO TRANSNACIONALISMO NO CASO DOS SENEGALES

O processo migratório se desencadeia no marco da globalização, sustentado na circulação de pessoas, mercadorias e organizações. Conjuntura que estimula os fluxos migratórios de curta duração ou daqueles que alternam a residência entre o país de origem e o de destino (OLIVEIRA, 2014/2015). Os estudos sobre mobilidade emergiram de um momento pós-moderno em que os fluxos globais de capital, pessoas e objetos foram cada vez mais notáveis e celebrados (SALAZAR; SCHILLER, 2014). Processo favorecido pela redução de custos com o transporte. Esta conjuntura criou certa proximidade geográfica entre os Estados, bem como os veículos de mídia e a distribuição de produtos manufaturados para praticamente todo o globo, despertou o desejo e o imaginário do migrante.

O Estado Nação tornou-se obsoleto a partir do momento em que os meios de comunicação e a tecnologia aboliram o conceito espaço-tempo, minimizou-se o tempo de deslocamento, criando a simultaneidade entre fato e sua divulgação. Situação que possibilita tornar a globalização um fenômeno observável a olho nu, seja pelos meios de comunicação, seja pela transnacionalização dos meios de produção e pelo fluxo de capital (TOLENTINO, 2007).

As imagens e ideias de outros lugares, muitas vezes falsamente representadas através da mídia popular, circulam em um espaço global e são filtradas pelas aspirações pessoais dos migrantes. A migração, portanto, sempre pressupõe algum conhecimento ou, pelo menos, rumores de "o outro lado". Os imaginários de tais movimentos se desenrolam de maneiras irregulares e até contraditórias (SALAZAR; SCHILLER, 2014).

Como argumenta Hall (1999, p. 67), a “globalização” se refere àqueles processos, atuantes numa escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado.

Uma das características principais da globalização é a aceleração dos processos, de forma que se sente que o mundo é menor e as distâncias mais curtas, que os eventos em um determinado lugar têm impacto imediato sobre pessoas e lugares situados a uma grande distância. (HALL, 1999).

Para Haesbaer (2006), o acesso facilitado às tecnologias de comunicação e ao

transporte, são fatores que contribuíram diretamente nas experiências de multiterritorialização, assim como revolucionaram a dinâmica socioespacial e geográfica contemporânea.

Nos estudos sobre mobilidade, verifica-se que a efetividade da migração ocorre em razão do conjunto de pessoas ligadas por relações de amizade, de conhecimento, de parentesco e de trabalho. A migração poderia ser pensada, nesse caso, como uma estrutura comunitária que se traslada, pois as redes migram. (TILLY, 1990 apud SOARES, 2002).

Para o sociólogo Castells (2013), as redes configuram a lógica da sociedade informacional, de uma organização social contemporânea que se caracteriza pela geração, processamento e transmissão de informação como fonte fundamental de apoio. As redes são moldadas pela capacidade dos processos de comunicação globalizada.

3.1 REDES SOCIAIS, SUPORTE PARA MIGRAÇÃO SENEGALESA

Na introdução deste item trazemos as teorias de Manuel Castells acerca da sociedade em rede. Sociedade que, conforme o autor é resultado do que ele designa como a revolução da tecnologia da informação e a reestruturação do capitalismo. Cenário marcado pela globalização das atividades econômicas; pela forma de organização em redes; pela flexibilidade e instabilidade do emprego e a individualização da mão de obra. Nesse panorama social se constrói a cultura da virtualidade a partir de um sistema de mídia onipresente, interligando e altamente diversificado.

Na sociedade contemporânea, as redes envolvem dimensões das relações sociais. E no universo empírico selecionado para estas reflexões, o contingente migratório senegalês em Lajeado, destacam-se as redes sociais que se fundamentam nas relações de parentesco, de amizade, de trabalho, religiosas e de origem comum. Em alguns casos essas relações são criadas pelo processo migratório, mas na sua maioria são reforçadas pela experiência comum da migração (ASSIS, 2007). Nesse sentido, “a migração pode ser entendida como processo social, organizado por meio de redes forjadas por conexões interpessoais diárias, que caracterizam todos os grupos humanos” (MASSEY, 1987, p. 169 apud SOARES, 2002).

A teia de relações sociais mantida por um conjunto de expectativas e de comportamentos mútuos, que apóia o movimento de pessoas, bens e informações. É uma rede que une migrantes e não migrantes, liga as comunidades de origem ao lugar de destino. (ASSIS, 2007). Em razão do tempo e do capital social, essa rede torna autosuficiente e faculta ao migrante contato com seus parentes e conterrâneos, oportunizando aos novos migrantes

hospedagem e assistência financeira no local de destino (MASSEY, 1987 apud SOARES, 2002).

A natureza das redes de apoio é percebida como instrumento essencial ao processo migratório, pois é através das redes que o futuro migrante é influenciado e estimulado na sua decisão de migrar. Além das redes estarem presente na articulação da interação e instalação no país de migração e na manutenção de vínculos com o país de nascimento, mediando o contato com migrantes da mesma nacionalidade e a participação em ambientes de convívio comuns. (PASCUAL DE SANS, 2007 apud BRIGNOL, 2015).

Entendem Tedesco e Grzybovski (2013), que as redes são canais que produzem e alimentam os fluxos migratórios, em termos de fatores como localização, regionalização, amizade e conhecimento mútuo. Os autores observam ainda, que as redes existem em formato circular, havendo ponto de origem e de destino e assim sucessivamente. As redes possibilitam trocas formais e informais, tanto no espectro cultural, como no econômico e no religioso.

O modelo de rede é o que costuma garantir ao migrante a proteção necessária básica em território desconhecido, impedindo que o mesmo tenha sido colocado em ambiente inóspito por conta do desconhecimento local (MOCELLIN, 2015).

As redes de apoio, além de auxiliarem a permanência em novo território, fomentam associações e espaços da cultura nacional, mesmo que geograficamente não se encontrem no mesmo espaço. (COSTA, 2017)

O migrante, ao longo da sua permanência no local de destino, constroi um campo social que vincula as sociedades de origem e de acolhida, assim como fortalecem as redes sociais nos locais de destino criando organizações informais e associações que buscam compreender as necessidades e demandas dos atores migrantes (SOUZA, 1999 apud ASSIS; SASAKI, 2000).

As associações de migrantes ocupam um lugar central na dinâmica migratória. Conforme compreende Brignol (2015, p. 101/102):

As associações atuam na organização migrante, na acolhida dos recém-chegados, na organização para a busca de emprego e moradia (na maioria das vezes compartilhadas com outros senegaleses), na ajuda diante das dificuldades com o idioma ou no percurso em busca da regularização da situação jurídica no país.

Estabelece o contato inicial com redes de apoio a outros senegaleses que se encontram instalados no Brasil é o caminho comum percorrido por todos os migrantes. Essas redes, mesmo que informais, se articulam em associações organizadas por meio de laços comunitários e religiosos construídos entre os migrantes, na sua maioria, muçulmanos ligados à confraria Mouride. (BRIGNOL, 2015)

Castells (2000, p. 41) afirma que, “em um mundo de fluxos globais de riqueza, poder e imagens, a busca da identidade coletiva ou individual, atribuída ou construída, torna-se a fonte básica de significado social”. Nesse sentido, os migrantes constroem através das redes de apoio, além da identidade senegalesa, um espaço em que compartilham o mesmo sentido de pertença com o país de origem e também com o local de destino, nesse caso o Brasil (BRIGNOL; COSTA, 2016).

No trabalho de campo desenvolvido na cidade de Lajeado/RS, percebe-se que as redes sociais e outras associações de migrantes senegaleses estão estabelecidas em torno da religião muçulmana, mais especificamente da confraria Mouride, fundada pelo líder religioso Cheick Ahamadou Bamba Khadin Rossollou – “esse líder religioso teve grande influência política no Senegal e é responsável pela escrita de sete toneladas de poemas em louvar a *Allah*” (ROSSA, 2018, p. 22).

Essas associações auxiliam nas práticas religiosas e nas celebrações de datas especiais para os Mourides, evocando o elo de pertencimento não só com o país de origem, mas com todos os senegaleses espalhados pelo mundo. Assim, acompanhando o pensamento de Handerson (2015, p.125), as associações “têm por finalidade atender as necessidades e objetivos comuns” dos migrantes, constituindo-se num espaço de fortalecimento de laços, além de possibilitar e ampliar os “recursos relacionais de redes sociais já existentes”. O autor compreende que as associações auxiliam o acesso aos “direitos de cidadania dos que escolhem viver no país, reivindicando seus direitos humanos plenos e não somente direitos restritos como trabalhadores migrantes”.

Através da pesquisa, obteve-se conhecimento que os senegaleses residentes em todo o Brasil estão organizados em associações. Cada Associação conta com Presidente, vice-presidente e secretário, sendo que no Rio Grande do Sul cada região ou cidade possui um representante vinculado a essa Federação. Esse representante é convocado para reuniões, onde tratam de assuntos relacionados a festas religiosas e outros movimentos sociais. O representante é responsável pela comunicação das decisões aos conterrâneos. O líder, representante dos senegaleses de Lajeado/RS mora na cidade de Garibaldi/RS – localizado a cerca de 63 km de Lajeado.

As reuniões da Associação ocorrem em diferentes localidades do estado do Rio Grande do Sul, sendo que na pesquisa de campo fomos informadas que no dia 01 de julho de 2016 a cidade de Lajeado/RS sediou uma reunião com representantes de várias cidades desse estado, dentre eles: Nova Araçá, Porto Alegre, Novo Hamburgo, Rio Grande, Sapucaia, Guaporé, Marau Tapejara Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Garibaldi e Passo Fundo. Os

senegaleses moradores de Lajeado que se fizeram presentes eram quatro homens e duas mulheres (essas se encarregaram da elaboração das refeições). Os migrantes se reuniram para organizarem a “Jornada Cultural Khassida” ou “Journée Khassida” (Khassida são os poemas escritos pelo Cheick Ahamadou Bamba), festa que aconteceu na cidade de Nova Araçá/RS (distante 150 km de Lajeado) e reuniu a comunidade senegalesa de todo o Brasil.

Nesse sentido, as redes informais e as associações são espaços de sociabilidade, no reconhecimento da diáspora, nas atividades culturais e na aproximação com as comunidades locais. Segundo Brignol e Costa (2018, p. 14/15), que “a experiência migratória envolve uma série de negociações, que partem dos costumes e culturas do sujeito migrante, e que também envolvem as novas associações desenvolvidas pelo mesmo durante sua experiência de migração”.

Os senegaleses residentes na cidade de Lajeado reúnem-se semanalmente para a Dahira (funciona como um modelo de associação religiosa), os encontros são realizados normalmente aos domingos, e neles ocorrem as práticas religiosas como a recitação dos poemas escritos por Bamba. As Dahiras recebem, mensalmente, contribuição financeira dos Mourides.

No entanto, no decorrer da pesquisa também coletamos algumas reclamações dos migrantes, principalmente quando questionados sobre o apoio oferecido pela prefeitura Municipal de Lajeado/RS à migração senegalesa. Nessas ocasiões, informaram que os senegaleses reúnem-se na Dahira em suas próprias casas, pois não possuem um local específico para essa reunião, tampouco conseguiram apoio da prefeitura a fim de que essa cedesse um espaço ou auxiliasse na locação de um.

A reclamação pela falta de políticas públicas de apoio aos senegaleses que chegam a cidade de Lajeado é um assunto recorrente na fala dos migrantes. O desconhecimento dos nativos sobre essa migração também é objeto de insatisfação, pois todos migrantes de pele negra que se encontram em Lajeado/RS são considerados “haitianos” (grupo de migrantes que possui um contingente aproximado de 500 pessoas residindo na cidade).

Queixaram-se que as prefeituras de Porto Alegre, Caxias do Sul e Santa Maria auxiliam os migrantes senegaleses que se encontram nessas cidades, empresatando locais para as práticas religiosas, no entanto, em Lajeado/RS a administração pública negou até o pedido de Peregrinação religiosa que seria feito em uma das ruas da cidade. Portanto, quando recebem senegaleses de outras regiões para as reuniões, precisam alugar, com recursos próprios, algum salão comunitário que esteja disponível na data solicitada.

Percebe-se que as associações e as redes sociais estabelecidas em outras cidades,

como Caxias do Sul, Santa Maria e Porto Alegre, encontram-se fortalecidas e articuladas em favor da migração senegalesa, pois recebem apoio da administração pública, do CAM (Centro de Atendimento ao Migrante Caxias do Sul) e em Santa Maria o associativismo é feito através do Migraidh (Grupo de pesquisa, Ensino e Extensão Direitos Humanos e Mobilidade Humana Internacional da Universidade Federal de Santa Maria / UFSM) – “suporte e apoio construídos com os integrantes do grupo Migraidh ou por meio da rotina deles mesmo, enquanto grupo, estabelecem entre si, apoiando-se nas vendas diárias, nas buscas, nas orações ou na própria companhia” (COSTA, 2017, p. 141).

Na cidade de Lajeado, somente no final do ano de 2018, tomamos conhecimento que os migrantes muçulmanos residentes na localidade (senegaleses, árabes, bangladechianos e outros) projetam formalizar uma associação em torno da religião islâmica, fortalecendo laços de apoio social e político, a fim de reivindicarem junto à Prefeitura uma sede para as suas práticas religiosas. Assunto sobre o qual discorreremos mais adiante.

Contudo, a solidariedade entre conterrâneos é intensa. Os migrantes senegaleses alocados em Lajeado recebem apoio de outras associações de senegaleses e grupos que apoiam migrantes. As manifestações de solidariedade são eloquentes entre eles: *“quando um senegalês precisa de ajuda, todos ajudam!”* – palavras de um entrevistado. Nessa narrativa, o interlocutor contou que um senegalês faleceu no estado do Rio Grande do Sul e todos contribuíram financeiramente (independente da cidade em que estavam estabelecidos) para o envio do corpo para o país de origem, a fim de que recebesse o funeral de acordo com a cultura senegalesa. Percebe-se, nesse sentido, que a experiência migratória senegalesa é fundamentada na solidariedade entre conterrâneos, seja nas dimensões sociais, religiosas, residenciais ou de trabalho.

Outra situação que evoca o espírito de solidariedade e identidade coletiva é nas práticas esportivas. Em um dia aleatório, observamos num dos parques da cidade de Lajeado/RS um grupo de senegaleses jogando futebol. Questionados sobre essa prática esportiva, nos informaram que costumam se reunir para jogar futebol entre eles, ou com pessoas do trabalho ou ainda, com outros migrantes. Nesse sentido, o futebol é uma prática de integração dos senegaleses com brasileiros e migrantes de outras nacionalidades.

Com o advento da Copa do Mundo de 2018, tivemos outra oportunidade de presenciar a relação dos senegaleses com a prática esportiva que evoca uma identidade nacional; a seleção nacional futebol. Depois de 16 anos o time senegalês voltou a participar de uma Copa do Mundo, esse momento foi um momento significativo para os senegaleses. No jogo entre Colômbia e Senegal, partida que classificaria um dos times para as oitavas de final, o grupo

de senegaleses - “homens” (aqui também percebemos a relação de gênero desses migrantes, o que abordaremos em capítulo subsequente) reuniram-se para assistir ao jogo em um estabelecimento comercial (lancheria) de Lajeado. Fomos convidadas para assistir ao jogo com o grupo e após para um almoço na residência de Miro (nome fictício – nosso principal contato no grupo).

Nesse dia, o time de futebol do Senegal foi eliminado dos jogos da Copa do Mundo pela seleção colombiana. A consternação dos senegaleses era notória. Todos estavam usando acessórios ou roupas com as cores da bandeira do seu país, assim como havia bandeiras e faixas penduradas indicando que o grupo assistia e torcia pelo time do Senegal. Observamos também que estudantes brasileiros se encontravam sentados junto aos senegaleses e torcendo pelo mesmo time.

Foto 1 – Jogo de Futebol entre Colômbia e Senegal (Copa do Mundo 2018)



Fonte: Acervo da Pesquisa

Foto 2 – Bandeira do Senegal (Copa do Mundo 2018)



Fonte: Acervo da Pesquisa

3.2 O USO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA MIGRAÇÃO SENEGALESA

As redes migratórias e organizações sociais utilizam as mídias para comporem diferentes mobilizações transnacionais - seja de cunho social, político, cultural e/ou identitário, voltadas para as origens de seu grupo e concentradas na sua integração com a sociedade de acolhimento, bem com o local de origem (ELHAJJID, ESCUDERO, 2016).

A diversidade nos usos das tecnologias de informação e comunicação tem ampla utilidade. Facilitam a comunicação com migrantes que se encontram em outros destinos, parentes e amigos no país de origem, notícias da terra natal e a manutenção dos vínculos culturais e identitários com o país de origem. Também possibilitam aos migrantes informações relevantes sobre o país de acolhimento (regras sociais, jurídicas e administrativas) e permitem, ao mesmo tempo, um sentimento de pertencimento local, transnacional e global (ELHAJJID, ESCUDERO, 2016).

Cogo (2015) observa em suas pesquisas que:

“(...) como esses imigrantes constroem, em seu cotidiano, espaços de relativa autonomia para agenciar seus processos de inserção no novo contexto de imigração no que se refere ao engendramento de redes de sociabilidade e apoio para o planejamento e implementação de seus projetos migratórios, o enfrentamento das políticas brasileiras de controle e regulação dos fluxos migratórios e a recriação multiterritorial da experiência da diáspora nas vinculações com os países de origem. Nesses espaços, os imigrantes constituem um heterogêneo espectro de experiências individuais e coletivas sobre ser imigrante na atualidade no contexto do recente posicionamento do Brasil como país de imigração.” (COGO, 2015, p. 92).

O migrante incorporou as redes e usos de tecnologias de informação e comunicação no processo migratório. O barateamento do transporte aéreo, a facilidade no uso de internet e acesso aos telefones celulares ampliou a dimensão transnacional das migrações contemporâneas. Nesse contexto, tornou-se possível a experiência de estar aqui e lá ao mesmo tempo, não fisicamente, mas através da mediação tecnológica. Os usos das redes e das tecnologias de informação implicam em questões de pertencimento e modos de participação social dos migrantes, passando a ser importante para a construção de vínculos entre territórios, culturas e identidades (BRIGNOL; COSTA, 2016).

Portes (2004, p.74), assinala que o fenômeno do transnacionalismo “recebeu um forte impulso com o advento das tecnologias na área dos transportes e das telecomunicações, que vieram facilitar enormemente a comunicação rápida das fronteiras nacionais e a grandes distâncias”. Nesse sentido, Brignol (2015, p. 104) alerta para que “a emergência de

tecnologias tanto de transporte quanto de telecomunicações facilita a comunicação rápida, que atravessa as fronteiras nacionais”.

Da ótica de Scopsi (2009), as tecnologias de informação e comunicação proporcionaram e facilitaram ao migrante a partilha da experiência migratória com aqueles que vivenciam a mesma condição de migrante e, assim com aqueles que ficaram no país de origem. Em outros termos, essas experiências são compartilhadas de diferentes maneiras e de ambos os lados (destino e origem). O avanço da mídia digital possibilitou a troca de informações em ambos os sentidos, através vídeos, fotos, áudios ou videoconferência.

Nesse sentido, as mídias digitais têm se mostrado um importante espaço transnacional para os migrantes internacionais, pois é através de diferentes atores (migrantes, instituições sociais e governamentais e acadêmicos) que se compartilha “narrativas relacionadas ao reconhecimento e debate público sobre essa nova migração como realidade e a proposição de modos de vivenciá-la com alteridade” (COGO, 2015, p. 93).

No trabalho de campo desenvolvido na cidade de Lajeado/RS e em outros locais em que estivemos presentes para acompanhar festas religiosas dos senegaleses, observou-se o uso constante das mídias digitais, sendo o telefone celular o recurso mais utilizado entre os senegaleses para se comunicar com a família e amigos que se encontram no Senegal ou em outra parte do globo. O telefone móvel permite a conexão constante e a comunicação imediata. Os aplicativos hoje disponíveis permitem que o migrante partilhe com seus parentes e afins, em tempo real, a vivência da experiência migratória.

As primeiras observações levantadas sobre o uso das tecnologias de comunicação e informação pelos senegaleses foram no espaço comercial montado por Miro (nome fictício) no centro (parte antiga) da cidade de Lajeado. O estabelecimento desse senegalês existe desde o ano de 2014 e nele são vendidos vários produtos, dentre eles capinhas de proteção para celulares, bolsas, luvas, toucas, tênis, roupas femininas e masculinas – mercadorias que são compradas em São Paulo e revendidas tanto na sua loja, como nas ruas da cidade (comércio ambulante). Nesse espaço comercial, Miro instalou duas cabines telefônicas que funcionam como uma central de telefonia – “*call center*” – utilizada por migrantes de diversas nacionalidades para se comunicarem com seus familiares no estrangeiro ou com outros migrantes. Também observamos que o espaço dispõe de rede *wifi* e, por diversas vezes, percebemos migrantes utilizando a rede de internet disponibilizada por Miro.

A loja de Miro representa um espaço transnacional, pois os migrantes mantêm constante conexão com o país de origem através de ligações (a baixo custo), e a partir dessas ligações reforçam e consolidam dinâmicas de redes sociais entre as comunidades migrantes e

dessas com seus países de nascimento através da mediação tecnológica.

Além das cabines telefônicas para chamadas internacionais e nacionais, assim como a disponibilização de conexão por rede *wifi* e venda de cartões de telefone, encontram-se imagens que remetem à religião muçulmana e a cultura senegalesa, roupas típicas do Sengal e diversos produtos ditos como “importados”. O local também é um ponto de encontro de migrantes de diferentes nacionalidades, onde circulam informações sobre acesso aos direitos dos migrantes, atividades comerciais e eventos culturais.

Foto 3 – Cabines de telefonia da loja de Miro (*call center*)



Fonte: Acervo da Pesquisa

O expressivo uso de aparelhos celulares para comunicação pelos migrantes também é percebido pelas ruas de Lajeado/RS. Os senegaleses que praticam o comércio ambulante estão constantemente usando os aparelhos móveis – em ligações nacionais ou internacionais, escutando os versos do alcorão (disponíveis no youtube, como ex: Alcorão Sagrado 1. Parte –

Legendado em Português ou em aplicativos para smartphones)². Eles acompanham noticiários e telenovelas que estão sendo transmitidas no Senegal. Observamos a conexão e o sentimento de pertença ao país de origem em uma das entrevistas realizadas com senegaleses enquanto exibiam seus produtos nas ruas de Lajeado. Esta entrevista foi interrompida pelo senegalês argumentando que estava assistindo no celular “*a novela que está passando no Senegal*”.

Um dos principais instrumentos de comunicação com nossos interlocutores foram os celulares, através de aplicativo, o *whatsapp*. Por meio desse aplicativo partilhamos informações, fotografias e convites para eventos – de ambas as partes. Eram convites realizados para os migrantes participarem de eventos acadêmicos que aconteceram na UNIVATES, a fim de que compartilhassem com os brasileiros suas experiências e cultura, convites para que participassem de aulas de português, assim como fomos convidadas para festas religiosas, batizado e até para solicitar, em alguns momentos, consultoria jurídica.

As observações mais eloquentes sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação aconteceram em duas festas que estivemos presente e que são muito significativas para os senegaleses, a *Jornada Cultural Khassida* (Dia da Khassida, poemas escritos pelo líder religioso Cheik Ahmadou Bamba) e o *Grand Magal de Touba* (festa que faz referência ao exílio de Cheik Ahmadou Bamba no Gabão - que será explicado em capítulo subsequente). O uso das mídias digitais para transmitir ao vivo para o Senegal e outros locais do mundo os acontecimentos nas festas configuram-se um evento transnacional. Os senegaleses partilham coletivamente com seus conterrâneos as festas que ocorrem em todos os locais do globo, no mesmo dia. As orações, rituais religiosos e de comensalidade, e todas as práticas que compõe a festa são compartilhadas em tempo real por fotografias, vídeos e áudios. A cobertura midiática é realizada pelos próprios senegaleses.

A primeira festa que fomos convidadas a participar foi a *Jornada Cultural Khassida* que aconteceu no dia 19 de agosto de 2017, em Nova Araçá/RS. A cidade de Nova Araçá fica localizado no interior do Estado, acerca de 230 km da capital – Porto Alegre/RS e possui aproximadamente 4.700 habitantes, conforme dados do IBGE³. A festa iniciou às 7 horas e terminou às 19 horas. Quando chegamos a festa por volta das 10 horas da manhã, direcionamo-nos para praça principal da cidade que fica em frente à igreja matriz. Percebemos imediatamente que se tratava de um grande evento, pois naquela localidade havia grande concentração de senegaleses vindos de diversos estados do Brasil e de diferentes cidades do Rio Grande do Sul. Havia muitos ônibus, vans e carros que indicavam nas suas

² Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ToE-JysrujI>>

³ Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/nova-araca/panorama>>

placas os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, e cidades como Novo Hamburgo, Caxias do Sul, Santa Maria, Passo Fundo, Porto Alegre, Guaporé, Lajeado dentro outras. Importante ressaltar que essa festa recebeu o apoio do frigorífico instalado em Nova Araçá/RS, empresa que emprega um grande número de senegaleses – conforme nos informaram.

Passado o primeiro impacto da grandiosidade da festa organizada pelos senegaleses naquela pequena cidade, começamos a circular pelos diversos espaços que compunham a festa e a vivenciar tudo o que acontecia, simultaneamente, em diferentes lugares da cidade de Nova Araçá/RS. Na praça central, no salão paroquial e no clube da cidade, em cada um dos locais havia uma expressão diferente de religiosidade.

Primeiramente nos detemos na praça da cidade onde se encontravam senegaleses com vestimentas coloridas, usando colares e cabelos rastafári. Alguns deles se movimentavam em círculos, cantavam muito alto seus hinos e batiam em suas próprias cabeças (para ter força, segundo um informante senegalês), enquanto outros tocavam instrumentos de percussão.

No decorrer dos acontecimentos da Festa, identificamos dois grupos distintos dentro do Mouridismo, representados, principalmente, pela vestimenta que usavam e pela maneira que praticavam a religião. Aqueles que observamos inicialmente na praça cantando alto e com vestimentas coloridas são denominados *Baye Fall* – “*que tem como raiz o líder Cheick Ibrahima Fall, um contemporâneo de Cheick Ahmadou Bamba, considerado seu primeiro discípulo*” (ROSSA, 2018, p.80). Essa prática dos *Baye Fall* relaciona-se com o estilo de vida, são mais dinâmicos e informais, fato que reflete no uso dos trajes mais coloridos. Os que se dizem Mourides – não identificamos outra denominação – são mais sóbrios, usando vestimentas de cores neutras, parecendo uma túnica longa, com mangas compridas, mais elaboradas, sendo que ficam descalços, sentados em tapetes, recitando os poemas de Bamba, sem tanta exaltação como os *Baye Fall*. Fomos informadas que existe uma espécie de hierarquia entre as duas confrarias, em vista de que os *Baye Fall* escutam e obedecem os Mourides.

Foto 4 – Senegaleses *Baye Fall* na Praça Matriz de Nova Araçá/RS



Fonte: Acervo da Pesquis

Foto 3 – Senegaleses *Baye Fall*



Fonte: Acervo da Pesquisa

Foto 6 – Senegaleses Mourides sentados e *Baye Fall* em pé e em círculo



Fonte: Acervo da Pesquisa

No salão paroquial da Igreja Católica foi praticado o ato de comensalidade, serviram comida, bebidas (não alcoólicas – pelos preceitos islâmicos é proibido o uso de álcool) e frutas para um número aproximado de 1000 pessoas – dentre senegaleses e convidados. A elaboração de toda a comida foi dos próprios senegaleses, havendo participação das mulheres nesses preparativos. Toda a alimentação que foi servida na festa, almoço, cafés, lanches e balas foram custeadas pelos senegaleses. Nenhum dos convidados pagou pelo que comeu ou bebeu. Questionados sobre essa prática, nos informaram que os senegaleses fazem uma espécie de “caixinha” que é utilizada nessas ocasiões a fim de custear as festas.

No clube de Nova Araçá se concentrava a maior parte dos Mourides, no palco desse salão estava pendurada uma imagem do Cheick Ahmadou Bamba, no chão do palco e no chão do centro do salão havia muitos tapetes espalhados para os senegaleses sentarem e fazerem suas orações. Ainda no palco, havia muitos microfones colocados em círculos para espalharem o som das orações daqueles que lá estavam sentados. Também estavam direcionadas câmeras de filmagem para esse grupo e para os demais senegaleses que se encontravam no centro do salão. Havia um telão com conexão via internet, onde estava sendo transmitida ao vivo toda a festa para o Senegal e para o restante do mundo. Logo na entrada do salão havia mesas com muitas folhas escritas em árabe - eram folhetos com os poemas de Bamba que estavam sendo comercializados. Na lateral do salão estavam dispostas cadeiras plásticas para os visitantes e esposas de senegaleses sentarem e assistirem aos atos religiosos.

Foto 7 – Senegaleses Mourides recitando as orações no palco do salão



Fonte: Acervo da Pesquisa

Acerca das mulheres senegalesas, as mesmas não participam dos rituais religiosos. Algumas acompanham seus maridos e assistem os Mourides recitarem os pemas de Bamba e aos *Baye Fall* entoarem seus cânticos. Sentadas nas laterais do grande salão do clube, a participação das mulheres nessa festa restringiu-se a elaboração das comidas e em acompanhar seus maridos. A forma de participação de nossa principal interlocutora foi ficar em Lajeado tomando conta da filha e da loja, de maneira que o marido pudesse ir para a Festa sem problema.

Foto 8 – Ato de Comensalidade, festa em comemoração ao dia das Khassidas



Fonte: Acervo da Pesquisa

Durante a festa percebemos a organização dos senegaleses e a preocupação com os seus convidados, frequentemente nos perguntavam: “tudo bem?”, “querem tomar alguma coisa?”, a receptividade e a alegria de dividirem aquele momento com pessoas de outras nacionalidades e culturas era evidente. Para atender um número tão grande de pessoas, os senegaleses estavam divididos em equipes. Cada uma delas usava uma camiseta devidamente identificada com a tarefa que desempenhava. Havia uma equipe encarregada da alimentação - cozinha, outra do café, outra da limpeza dos banheiros, outra do registro audiovisual.

Foto 9 – Prática religiosa dos senegales com transmissão ao mundo via internet



Fonte: Acervo da Pesquisa

Observamos também, que havia uma equipe de profissionais contratados pelos senegaleses fazendo a cobertura midiática da festa, com equipamento apropriado para produção midiática – caixas de som, mesa de som, câmeras de filmagens e de fotografias, estruturas para canhão de luz e telão. Além disso, os senegaleses usavam seus celulares a fim de filmar, fotografar, transmitir e partilhar aquele momento vivenciado na diáspora com seus familiares e amigos do Senegal ou de qualquer lugar do planeta. O compartilhamento do conteúdo produzido integra o caráter transnacional da festa a partir da comunicação social em rede, permitindo que migrantes espalhados pelo mundo, amigos e familiares no Senegal pudessem acompanhar os atos religiosos praticados pelos senegaleses reunidos em Nova Araçá/RS.

A outra festa que participamos foi a do *Grand Magal de Toubá* (*Magal*, no idioma *wolof*, significa “honrar”, “comemorar”) que ocorreu no dia 08 de novembro de 2017 - uma

celebração religiosa de agradecimento em referência ao exílio do Cheick Ahmadou Bamba no Gabão. Em que pese essa comemoração estar centralizada na peregrinação a cidade de Touba (cidade fundada pelo líder religioso Bamba, a segunda maior do Senegal e onde se localiza uma das mais importantes mesquitas do mundo), esta ocorre em todos os locais do mundo onde há concentração de senegaleses. É uma festa que une senegaleses de todo mundo em um dia de orações e comemorações.

O pequeno grupo de senegaleses residentes em de Lajeado/RS reuniu-se para essa celebração num dos salões de festas dos funcionários da BRF (empresa frigorífica). Assim que chegamos ao local da festa fomos recepcionadas por Miro (nome fictício), sempre sorridente e alegre pela nossa presença. Percebemos no decorrer do trabalho de campo que os senegaleses sentem-se felizes e orgulhosos em compartilhar com os brasileiros a sua cultura, a sua história e o seu modo de vida, principalmente em partilhar esse dia sagrado para os Mourides.

Após a recepção inicial, fomos convidadas a sentar. Tão logo sentamos, pratos com frutas e garrafas com água e refrigerante foram colocados a nossa frente - restou evidente que o *Grand Magal* é um dia de celebração e abundância para os senegaleses. Durante todo o tempo em que estivemos no local da festa nos foi oferecido comida e bebida. Miro e outros senegaleses sentaram-se conosco e algumas cópias de um material compilado sobre a história do Cheick Ahamadou Bamba, da Confraria Mouride, da cidade de Touba, do *Grand Magal* e da filosofia islâmica da paz nos foi entregue, a fim de que pudéssemos ler e compreender aquele momento e a importância do Líder religioso e seus ensinamentos para os senegaleses adeptos da confraria Mouride.

No centro do salão havia um banner pendurado com a imagem do Cheick Ahamdou Bamba, e logo à frente estavam dispostos cinco tapetes para que os senegaleses pudessem sentar-se (em círculo) e alguns livros e folhas escritas em árabe com os versos de Bamba para que pudessem fazer as suas orações. Também havia uma caixa de som que ecoava constantemente os poemas escritos por Bamba. A única mulher senegalesa que se encontrava no local da festa estava na cozinha cuidando da elaboração das refeições. Quando lhe perguntamos a ela porque não se juntava aos homens para fazer as orações respondeu que ela não podia.

Foto 10 – Senegaleses no *Grand Magal de Touba*, Lajeado/2017.



Fonte: Acervo da Pesquisa

Na Festa do *Grand Magal* que ocorreu na cidade de Lajeado/RS o número de senegaleses presentes não era expressivo, contava apenas com os moradores da cidade – cerca de trinta e cinco senegaleses homens e uma mulher, e pouquíssimos visitantes brasileiros, ou seja, foi um evento de menor porte nessa localidade. No entanto, logo fomos informadas que a festa estava ocorrendo, nesse mesmo dia, no Senegal e em todos os locais do planeta onde havia concentração de senegaleses. Ou seja, é um dia celebrado por todos os Mourides em qualquer do mundo. Todos vestiam trajes típicos e estampavam alegria e emoção pela celebração daquela data sagrada e compartilhavam fotografias e vídeos com os familiares no Sengale e amigos em outras locais do globo.

Conforme Brignol e Costa (2018):

A presença das tecnologias móveis e a transmissão ao vivo do Magal de Touba no contexto observado, assim como a circulação de imagens da celebração ao redor do mundo, aludem aos sentidos de co-presença e de mobilidade, evidenciando o caráter transnacional do próprio Mouridismo e de suas ressignificações a partir do passado colonial do Senegal e em sua dimensão diaspórica (BRIGNOL; COSTA, 2018, p. 25).

No contexto observado, ficou evidente o caráter transnacional na experiência migratória e desse evento para os senegaleses. Partilha da celebração, costumes, orações e solidariedade vivenciadas por aqueles que se encontram em diáspora, assim como para aqueles que residem na terra de origem.

4 TRANSNACIONALISMO NAS ESFERAS RELIGIOSA, ECONÔMICA E FAMILIAR NO PROCESSO MIGRATÓRIO DOS SENEGALESES

Conforme mencionado anteriormente, as associações de migrantes senegaleses fomentam a identidade, a visibilidade e o reconhecimento público do grupo. Socializam problemas e auxiliam na resolução dos mesmos, bem como facilitam contatos e acessos às informações. O caráter transnacional da migração senegalesa também se revela na criação de redes alimentadas pelo aspecto religioso, uma vez que na sua grande maioria os migrantes identificam-se como adeptos da confraria Mouride.

No caso dos senegaleses vinculados à confraria Mouride, a migração também é impulsionada por questões relacionadas aos ensinamentos do Cheick Ahmadou Bamba (líder religioso da Confraria Mouride), que liga trabalho e religião. Segundo a doutrina de Bamba, o trabalho é libertador, é um ato de fé e de obrigação (HERÉDIA; TEDESCO, 2015). A ideologia Mouride exalta a importância de seguir os ensinamentos do seu líder, o trabalho duro e os sacrifícios (MOCELLIN, 2015).

Alicerçados por questões religiosas, aliadas a crise socioeconômica no Senegal, a migração laboral é a fonte principal de migração por parte dos senegaleses. Atividade que está vinculada a questões religiosas e familiares. A migração de um membro da família torna-se uma estratégia familiar, de natureza masculina e transnacional. O membro da família que migra torna-se responsável pela remessa de valores àqueles que ficam no país de origem, a fim de melhorar a situação econômica da família.

Conforme Herédia e Tedesco (2015):

Com a emigração, e mesmo no espaço de destino como imigrantes, redefinem-se relações e produzem-se novas dinâmicas relacionais e de integração da família. A emigração dinamiza a diferenciação dos formatos familiares, as relações de gênero, a esfera econômica, a paternidade, principalmente, aquela que se processa a distância. Os novos espaços e as novas situações objetivas da vida como imigrante, em geral, produzem relativizações nos formatos e nos papéis familiares. Novos cenários induzem mudanças mais amplas, ainda que possam ser temporárias (HERÉDIA; TEDESCO, 2015).

4.1 A CONFRARIA MOURIDE E A SUA INFLUÊNCIA NA MIGRAÇÃO SENEGALESA

A partir de 2012 o Rio Grande do Sul passou a ser um local de acolhida dos novos

fluxos migratórios vindos de diferentes países da África do Sul e da América Central. Na cidade de Lajeado/RS o maior contingente de migrantes é oriundo do Haiti. Enquanto que o pequeno grupo de senegaleses residentes na cidade não passa despercebido pelos nativos, uma vez que a diferença linguística, o modo de vestir-se, a cultura, a religião e o comércio ambulante desenvolvido nas ruas da cidade, causa estranhamento por parte da população lajeadense, “tomadas, por vezes, como exóticas” como afirmam Gonçalves e Koakoski (2015).

É a estranheza dos migrantes, a convivência entre etnias, culturas e diferentes religiões, que provoca os debates sobre multiculturalismos, inter-religiosidade. As migrações incentivaram o pluralismo religioso e acrescentaram a diversificação étnica e cultural, desencadeando uma verdadeira disputa por identidade. (MARINUCCI, 2016).

A experiência migratória pode levar o migrante a reafirmar a sua religiosidade e suas práticas religiosas ligadas ao local de origem. Nesse prisma, a pertença religiosa possui o condão de estabelecer fronteiras simbólicas que garantem a identidade e o sentido de pertencimento dos migrantes na sociedade de acolhida. (MARINUCCI, 2016). Em outros termos, as práticas e sentimentos religiosos influenciam diretamente nas formas de inserção dos migrantes nos locais de destino, tornando-se fundamentais no processo migratório dos senegaleses. Compreende Marinucci (2016), que a prática da religião de origem no local de destino cria fronteiras simbólicas com a sociedade de acolhida, reforçando a identidade e sentimento de pertencimento à cultura do país de origem.

Nesse sentido, no âmbito da comunidade de migrantes senegaleses residentes na cidade de Lajeado/RS, a principal expressão cultural ocorre através da religião islâmica. Fenômeno, manifesto através de irmandades que possuem o poder de união entre os senegaleses. Nessa cidade e também em todo o estado do Rio Grande do Sul, a irmandade/confraria que possui maior visibilidade é a Mouride (MOCELLIN, 2015).

O islamismo não se constitui numa prática uniforme, ao contrário, ela possui diversas expressões e dentre elas as vertentes *sufis*, de caráter místico, assim como o Mouridismo.

A doutrina islâmica tem por base *Allah* (seu único Deus), que criou os homens e enviou-lhes profetas para guiá-los pelos melhores caminhos. Os mais importantes profetas enviados por Deus são Abraão, Moisés, Jesus Cristo e Maomé, ou seja, líderes religiosos das principais religiões monoteístas da Terra, Judaísmo, Cristianismo e Islamismo.

O profeta árabe Muhammad ibn’Abd Allâh, conhecido no mundo ocidental por Maomé, nasceu na cidade de Meca na Arábia Saudita, por volta de 570 d.C. A religião islâmica foi difundida a partir do livro sagrado Alcorão, que foi revelado e ditado por Deus a

Maomé, através do anjo Gabriel por volta de 600 d. C. (conforme calendário Cristão), com a ordem de pregar aos seus irmãos humanos seus ensinamentos (ROSSA, 2018).

O livro sagrado do Islã (o Alcorão) é para os muçulmanos o “Verbo de Deus, cujos ensinamentos são de natureza global, com o objetivo de guiar a humanidade em suas relações com Deus e com a sociedade humana” (ROSSA, 2018, p. 35). Sendo que os fundamentos da fé islâmica encontram-se alicerçadas em cinco princípios, cujos pilares são:

1) *Shahâda* (testemunho): o muçulmano deve dar o testemunho de que Deus é absoluto e único: “Atesto que não existe divindade afora de Deus e Mohammad é o enviado de Deus”.

2) *Salât* (oração/reza): a obrigação de cada muçulmano de realizar o ritual de orações cinco vezes ao dia, em solo puro e virados para a direção de Meca.

3) *Zakât* (esmola/contribuição): é o dízimo obrigatório e consiste em ajudar o próximo necessitado, é o gesto concreto de ajudar o Outro que se apresenta pra mim.

4) *Siâm* (jejum): ocorre no nono mês do ano lunar, é o período que se chama Ramadã, o jejum inicia na aurora até o por do sol e preceitua a privação de alimentos, bebidas, relações sexuais e outros prazeres materiais.

5) *Hadij* (Peregrinação a Meca): é a peregrinação até a cidade de Meca que o muçulmano deve realizar ao menos uma vez na vida, desde que tenha condições financeiras para tanto.

O Alcorão, além dos princípios religiosos, também orienta o modo de vida do muçulmano em sociedade. Impõe restrições como a proibição de ingerir bebidas alcoólicas, cigarro e a ingestão de carne de porco. Ao mesmo tempo em que permite o casamento de um homem com até quatro esposas, desde que esse tenha condições financeiras de sustentá-las adequadamente.

A religião islâmica difundiu-se no continente africano, até o século XVIII, através do comércio e da imigração. A influência do comércio na África Ocidental facilitou a difusão do islamismo em muitos países dessa região. As notícias de práticas islâmicas no Senegal remontam ao século XV entre a nobreza do povo *Wolof*, especialmente entre governantes e seus seguidores. No entanto, no Senegal a islamização possui características mais específicas, a das confrarias *sufis*, um conjunto de correntes místicas do Islã, tendo seus preceitos no Alcorão, apresentando um caráter pacífico, com aspecto sincrético e que se adaptou ao modo e funcionamento das sociedades africanas (GONÇALVES, KOAKOSKI, 2015).

Os membros das confrarias *sufis* acordam votos de obediência aos seus *marabus* (ou *marabouts*), que são seus líderes espirituais. Grande parte dos *marabus* descende dos

fundadores das confrarias, tendo forte dominação sobre seus discípulos, Os *marabus* são considerados herdeiros do *baraka* (dom divino) e de todo o conhecimento religioso adquirido e transmitido por seus antecessores (ROSSA, 2018).

No Senegal as confrarias *sufis* desempenham importante papel de ordem econômica, social, política e cultural, além do significativo papel que tiveram na expansão do Islã (ROSSA, 2018). As confrarias, nos séculos XVIII e XIX, constituíram-se uma das principais barreiras contra o caráter arbitrário da aristocracia dominante, representando para o povo senegalês a busca de liberdade ante o colonialismo e o imperialismo francês (OGOT, 2010).

Nesse processo histórico que conecta Estado e as confrarias, os *marabus* exerceram, assim como hoje, forte representação junto aos seus seguidores, principalmente pelo seu exemplo moral e ético, tornando-se eficazes elos entre o Estado e as populações senegalesas, ou seja: atores essenciais no jogo político senegalês (GONÇALVES, KOAKOSKI, 2015).

A figura do marabu é fundamental dentro das práticas murides, como exemplo moral e intelectual, e de ligação direta ao líder maior. Os murides apresentam especial respeito pelos seus marabus. A relação entre marabus e discípulos refletiu na forma como ocorreu o processo de que culminou a independência do Senegal (ROSSA, 2018, p. 40).

A confraria *sufi* Mouride é uma das mais populares e influentes no Senegal, segundo as pesquisas realizadas por Do Carmo; Moojen; Ndiaye (2015), aproximadamente 93% da população senegalesa é seguidora do islamismo, e uma grande parcela é adepta do mouridismo.

A confraria Mouride foi fundada por Cheikh Amadou Bamba Mbacke no final o século XIX, um senegalês nascido em 1853, no seio de uma proeminente e respeitosa família de estudiosos muçulmanos, na Aldeia de Khuru Mbakke, no reino *wolof* (ROSSA, 2018).

O líder religioso dos Mouride – Cheikh Ahmadou Bamba - tem por princípios e ensinamentos aos seus discípulos a glorificação ao trabalho, a obediência absoluta em seu *marabus*, a unicidade de *Allah*, a transmissão pessoal do conhecimento do *marabus* aos seus seguidores e no correto desempenho dos rituais e comportamentos religiosos. “Sua reputação de piedade e erudição atraiu para junto dele grande massa de discípulos” (ROSSA, 2018).

Foto 11 – Única imagem real de Cheikh Ahmadou Bamba



Fonte: wikipedia (https://en.wikipedia.org/wiki/Amadou_Bamba)

Em 1887, Bamba fundou a aldeia de Touba, a 193 km de distância de Dakar (capital do Senegal). Touba se tornou um local sagrado e de peregrinação para os Mourides. Em virtude de conflitos entre o líder dos Mourides com a administração pública, o mesmo foi acusado de subversão pela administração colonial francesa, levando ao seu exílio por duas vezes, a primeira no Gabão, entre 1895-1902, e a segunda na Mauritânia em 1902-1907 (TEDESCO; MELLO, 2015).

A confraria possuía uma organização móvel, baseada nas chamadas *dahiras*, pequenos grupos com reuniões periódicas de reza e discussão de problemas, com referência de um líder espiritual constante e migrante. Esses fatores, aliados a um discurso baseado no trabalho, na obediência e na cooperação, auxiliaram na rápida expansão do número de participantes, e, também, chamou a atenção das autoridades imperialistas, que não viram com bons olhos o surgimento de um grupo coeso no centro produtor do amendoim. Foi para reprimir a ação de Ahmadou Bamba, que os franceses lhe enviaram para o exílio em dois momentos (TEDESCO; MELLO, 2015).

As provações vivenciadas por Bamba e a trajetória de migração forçada (exílio) além de adquirirem características místicas, aumentaram ainda mais a admiração dos seus seguidores. A essas provações, o líder religioso chamou de “benefícios”, esses testes fizeram,

segundo a lógica *sufi*, com que Bamba acessasse as mais altas graças divinas, aproximando-o de Deus e de seus anjos (ROSSA, 2018).

Para celebrar esses benefícios recebidos por Bamba, o líder religioso deixou para os seus seguidores o *Grand Magal de Touba*, a mais importante comemoração dos senegaleses. Foi um pedido do próprio líder a seus seguidores, que esses celebrassem o aniversário da sua partida para o Gabão. Ao longo do tempo a data transformou-se num feriado religioso, de grande exaltação coletiva e com diversas práticas religiosas, ou seja: o *Grand Magal* tornou-se um ato global que une toda a irmandade Mouride em devoção e agradecimento.

Com a expansão da confraria Mouride no Senegal, os *marabus* reuniram funções espirituais e políticas, fortalecendo a estrutura do grupo. Assim, mesmo após a morte do líder Cheick Ahamdou Bamba no ano de 1927, a irmandade continuou crescendo, tornando-se uma das maiores e mais participativas confrarias religiosas do Senegal. O que conferiu a confraria um poder político centralizado na cidade de Touba (TEDESCO; MELLO, 2015).

A partir da década de 1980 fatores climáticos prejudicaram a produção do amendoim em zonas rurais e a densidade demográfica nas regiões urbanas tiveram como consequência altos índices de desemprego. Desestabilizando, dessa forma, a base econômica da confraria Mouride. Nesse contexto, a migração surge como uma das principais alternativas como fonte de renda para a cidade de Touba, a confraria Mouride e de seus adeptos (TEDESCO; MELLO, 2015).

A trajetória de exílio do líder religioso é uma fonte de inspiração para os Mourides migrantes, uma vez que Bamba viveu sozinho e isolado do seu grupo, relacionado ao um discurso de trabalho, obediência e não violência. A migração também é vista como um prestígio para aquele que migra, pois além de poder auxiliar a família que fica no Senegal é, sem sombra de dúvidas, um vetor de expansão do islamismo e da própria confraria. (TEDESCO; MELLO, 2015).

Nos locais de destino os migrantes se organizam em *dahiras*, realizando reuniões semanais a fim de praticar sua fé, dividir problemas e buscar auxílio mútuo, vivenciando a migração em situação de comunidade e solidariedade. O transnacionalismo do migrante também se percebe através do auxílio da confraria no processo de saída do migrante de seu país natal, da estruturação dos grupos migrantes e na circulação dos seus *marabus* nos locais onde se encontram Mourides. Também presente no compromisso daquele que migra em enviar remessas de valores as lideranças da confraria e a própria família que ficou no país de origem, bem como nas redes de apoio que se articulam em todo os locais em que se encontram senegaleses Mourides (TEDESCO; MELLO, 2015).

As redes organizadas em torno da irmandade tornaram-se uma ferramenta eficaz a fim de orientar e apoiar a migração, no fornecimento de recursos econômicos para a viagem do migrante e apoio nos locais de destino. As redes auxiliam na acolhida do migrante no local de destino, principalmente com relação à moradia e ao trabalho (esse relacionado ao comércio de rua). Também são essenciais para a manutenção da identidade coletiva, da cultura e das práticas religiosas, tanto dentro da comunidade migrante quanto em relação ao país de origem (ROSSA, 2018).

Na realidade, a religião migra junto com os sujeitos e as instituições. Ela faz parte da cultura migratória e se alimenta por processos transnacionais para poder vincular os imigrantes em seu interior. Esses precisam “se sentir em casa”, referenciar horizontes do mundo já vivido anteriormente. A possibilidade de expressar as crenças e/ou produzi-las no interior do cenário migratório, em dimensões coletivas, reforça a coesão, a identidade de grupos e demonstra conhecimento social (TEDESCO; MELLO, 2015, pg. 21).

Foto 12 – Visita de um “Marabus” a cidade de Porto Alegre/RS (2016)



Fonte: Acervo da Pesquisa

4.2 O MIGRANTE SENEGALÊS E A SUA OCUPAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO NA CIDADE DE LAJEADO/RS

Conforme já mencionado, os fluxos migratórios do século XX se diferenciam dos processos migratórios do século passado. Os novos fluxos não são marcados por acordos entre

Estados nacionais, tampouco de ocupação ou colonização de zonas rurais, ou mesmo de migrações familiares. Diferenciam-se também pela individualidade do sujeito migrante, pela origem e pela religião. No caso específico da migração senegalesa, o sujeito migrante geralmente é jovem, solteiro e muçulmano (TEDESCO, 2018).

Conforme Bauman (2015, p. 40), as “forças de mercado em movimento livre contribuem muito para a crescente mobilidade dos migrantes econômicos”. A liberdade entre empregador e força de trabalho do migrante nem sempre acarreta relações de trabalho saudável do ponto de vista legal e de cidadania, uma vez que os migrantes ainda se deparam com o mercado exploratório, com baixos salários, informalidade e locais insalubres (HERÉDIA; TEDESCO, 2015).

O imigrante sempre foi visto como um trabalhador dependente, que se vincula no mercado de trabalho remunerado, contratado por alguém, num espaço de baixa qualificação. Ele é visto, concebido e projetado para ser, acima de tudo, força de trabalho não autônoma, como dependente, alguém que tem de trabalhar para outro alguém e tornar o trabalho otimizador para quem emprega. No caso de senegaleses na região, um empresário afirmou que a vontade de realizar o desejo de ganhar dinheiro supera barreiras (TEDESCO; GRZYBOVSKI, 2013, p.321).

O fato do migrante ser um sujeito de e para o trabalho, em razão da sua mobilidade se fundamentar nisso, estando o migrante em situação de desemprego no país de destino, perde-se todo o sentido de ser do migrante (SAYAD, 1998). Assim, o migrante sempre é visto no mercado de trabalho como uma força laboral disposta a tudo, inclusive disposta a se submeter a situações exploratórias de trabalho pelo empregador.

Um dos motivos que determina a migração econômica está intimamente ligada a desigualdade socioeconômica, tornando-se a migração uma estratégia para melhorar a condição de vida de uma família inteira. Um membro da família é escolhido para migrar a fim de proporcionar uma qualidade de vida aqueles que ficam (HERÉDIA; TEDESCO, 2015).

No caso dos migrantes senegaleses instalados Na cidade de Lajeado/RS, predominam maioria jovens, do sexo masculino e muçulmanos, com idade entre 20 e 40 anos. O estado civil a maior parte solteiros, há outros casados e com filhos no Senegal. Apenas dois senegaleses residentes em Lajeado estão acompanhados de suas esposas, ambas migraram para o Brasil quando os maridos no Brasil estavam com condições financeira de trazê-las.

Mesmo que a cultura senegalesa esteja diretamente associada a mobilidade humana, seja por questões de reorganização dos territórios após o período colonial, conflitos internos, questões ambientais e climáticas ou religiosas, os senegaleses residentes em Lajeado/RS têm como principal motivação de migração a questão econômica, a busca por trabalho e melhores condições de vida. Tanto, que muitos desses senegaleses possuem jornada dupla de trabalho,

ou seja, em um dos turnos trabalham em atividades formais, empregados em frigoríficos ou outros setores, e no turno oposto complementam suas rendas trabalhando como vendedores ambulantes pelas ruas da cidade.

Os fatores que maximizados, para os dois lados, é o do trabalho, da dinâmica, dos ganhos e da redução de custos; isso sem falar na dimensão política e organizativa do trabalho. Porém, a vida do migrante está para além das, em média, oito horas trabalhadas (HERÉDIA; TEDESCO, 2015, p. 144).

Nesse sentido, percebe-se na análise empírica que o migrante senegalês trabalha muito além da jornada legal de oito horas dias. A opção pelo trabalho informal, vendendo produtos como roupas, bijuterias e relógios nas ruas da cidade, combinados ao trabalho formal, é uma forma de complementar a renda e, conseqüentemente, conseguir aumentar as remessas de valores para o país de origem.

Ainda, temos o caso de um senegalês – Miro (nome fictício) - que abriu sua própria loja onde implementou uma espécie de “*call center*” – central de telefonia para chamadas nacionais e internacionais, aliando no mesmo espaço o comércio de produtos “importados”. Na loja de Miro são vendidos os mais variados produtos, desde tênis, bonés, biquínis, roupas em geral até cartão para telefone celular.

Foto 9 – Interior do estabelecimento comercial de Miro



Fonte: Acervo da Pesquisa

O senegalês do *Call Center* é um líder entre a comunidade senegalesa na cidade de Lajeado/RS, é um eixo de referência para novos migrantes vindos do Senegal. Muitos dos produtos vendidos no comércio informal pelas ruas de Lajeado/RS são fornecidos por Miro, são provenientes de São Paulo. Para comprar as mercadorias às vezes Miro viaja até São Paulo/SP para comprá-las e outras seu primo que reside naquela cidade as envia por transportadora. Na análise empírica, verifica-se que Miro é um empreendedor no Brasil, contribuindo para as redes de apoio a migração através da “empregabilidade informal” que oferece aos senegaleses que pretendem complementar suas rendas mensais vendendo os produtos fornecidos por Miro nas ruas de Lajeado/RS. Além do estabelecimento comercial e do fornecimento de produtos para as vendas informais, Miro participa das feiras municipais que ocorrem em diferentes localidades do Estado do Rio Grande do Sul, sempre vendendo produtos “importados”.

A informalidade do comércio de rua é uma questão a ser debatida, pois está presente na realidade do migrante senegalês e é pouco ou nada discutida nas administrações municipais. O que se percebe na cidade de Lajeado/RS são apenas repressão e fiscalização por parte dos agentes públicos. Não há números precisos sobre a informalidade do trabalho migrante, mas é perceptível o número de senegaleses que ocupam postos de comércio informal na rua.

No transcorrer da pesquisa empírica ficou claro que o comércio informal “ambulante” é uma prática comum entre os senegaleses, o que corrobora com outras pesquisas desenvolvidas em outras cidades. O senegalês Miro, em uma das entrevistas, manifestou que os senegaleses que trabalham nas ruas estão “acostumados” com a perseguição que sofrem no exercício dessas atividades. Que possuem habilidade para recolher os produtos quando os fiscais os abordam e depois retornam para os pontos de vendas – *“assim é em qualquer lugar do mundo em que realizam esta atividade”* – disse ele. No entanto, também revelou que gostariam de ter um espaço (camelô) na cidade de Lajeado/RS para comercializar seus produtos.

Sobre os empregos formais, com carteira assinada, desenvolvidos pelos senegaleses na cidade de Lajeado/RS, observamos que o setor que mais contrata migrantes é o industrial ligado a produção de carnes. Empresas desse nicho normalmente oferecem serviços insalubres e braçais, os quais os nativos não querem desenvolver ou então possui uma grande rotatividade de mão de obra. *“O imigrante é visto nesse mercado de trabalho como força de trabalho disposta a tudo, ou seja, a trabalhar em turno noturno, em turnos extensivos, em*

trabalhos com grande aplicação de mão de obra” (TEDESCO; HERÉDIA, 2015, p. 149).

Associado a necessidade de trabalhar do migrante e a sua aceitação a qualquer tipo de trabalho, a fim de justificar o sentido de ser migrante, existe a particularidade, no caso dos senegaleses muçulmanos, de que muitos frigoríficos possuem a Certificação Halal.

Muitos senegaleses foram atraídos para o Rio Grande do Sul devido à oferta de trabalho em frigoríficos. Tem-se a informação de que o Brasil exporta carne de frango para os países árabes e que estes países exige uma certificação que se chama Halal, emitida seguindo os preceitos do Islã. As indústrias que atuam nesse setor, sob essa condição, devem seguir o ritual no momento de abate do animal. A certificação Halal abriu um mercado para o Brasil de países que valorizam essa prática, como uma ação religiosa, necessária para seguir o rito estabelecido (HERÉDIA; TEDESCO, 2015, p. 150).

As informações obtidas na pesquisa de campo desenvolvida em Lajeado/RS vão ao encontro da pesquisa realizada por Herédia e Tedesco (2015). Os padrões da Certificação Halal além de “envolverem uma ampla cadeia produtiva e comercial irmanada nas noções de garantias, confiança, qualidade e ritualismo religioso para atender às exigências, em particular dos consumidores muçulmanos” (TEDESCO, 2018), estão inseridas em diversos segmentos como, o da produção industrial de carnes, de alimentos, produtos farmacêuticos, cosméticos, entre outros.

Conforme dados disponibilizados no site da FAMBRAS⁴ (Federação das Associações Muçulmanas do Brasil), a certificação Halal é um atestado reconhecido por países islâmicos, o qual comprova que a empresa seguiu os critérios e requisitos legais determinados pelo islamismo em todo o processo de produção.

O conceito da certificação Halal quer dizer lícito ou permitido. No entanto, tal conceito não se limita apenas ao abate do animal e ao seu ritual Halal. Esse ritual sustenta-se em um padrão moral e ético de ações lícitas do muçulmano, que envolvem os seus atos sociais, suas vestimentas, sua alimentação e o seu trabalho, ou seja: o modo de vida do muçulmano.

Na pesquisa de campo desenvolvida em Lajeado/RS, entrevistamos Sidi (nome fictício), fiscal da empresa Cdia Halal (empresa certificadora Halal). Sidi é natural do Marrocos, muçulmano e formado em Biologia no país de origem. Migrou para o Brasil em razão de trabalho, mais especificamente a convite da empresa Cdia Halal – empresa em que trabalha desde sua chegada ao Brasil em 1993.

Sua primeira estada no Brasil foi em São Paulo/SP, nessa cidade ficou aproximadamente um ano. Sidi conta que não se adaptou ao local e requereu a sua chefia para

⁴ FAMBRAS – Federação das Associações Muçulmanas do Brasil, site: www.fambrashalal.com.br

retornar ao Marrocos, momento em que lhe ofereceram transferência para a cidade de Lajeado/RS, a fim de fazer uma experiência nesse local. Assim, Sidi foi transferido para o Rio Grande do Sul em meados de 1994, onde se encontra estabelecido desde então. Em Lajeado constitui família, casou com uma brasileira que se converteu ao islamismo e tiveram um filho, hoje com dezenove anos.

Com base na sua formação acadêmica (professor em Biologia) e na sua língua franca (francês), Sidi chegou a ministrar, paralelamente as atividades que desenvolve na Cdial Halal, aulas de francês na Univates e no CEAT (Colégio Evangélico Alberto Torres). Bem como especializou-se em tecnologia do ambiente pela universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC.

Uma situação que nos chamou atenção foi a informação de que a empresa Cdial Halal desenvolve atividades de certificação no mercado de exportação de frango, na cidade de Lajeado/RS, desde o ano de 1975. Nessa época e até meados de 2010, o abate Halal era realizado por brasileiros católicos ou judeus – todos de religião monoteísta. Nos cargos de chefias (fiscais e auditores) existem brasileiros trabalhando, no entanto, todos são muçulmanos.

Questionado sobre a forma de contratação dos senegaleses, Sidi nos informou que o sistema se sustenta nas leis trabalhistas brasileiras – CLT. O entrevistado, na posição de empregador, uma vez que é ele quem realiza as contratações e demissões em nome da Cdial Halal, nos conta que existem muitas reclamações trabalhistas, principalmente por parte dos funcionários senegaleses. Eles reclamam todo tipo de indenização e citou como exemplo o caso em que um senegalês buscou indenização trabalhista porque possuía alergia ao sangue. Outra situação que se apresentou foi a de que os migrantes mudam constantemente de empresa e conseqüentemente de cidade, havendo uma grande rotatividade e mobilidade por parte desses trabalhadores.

Percebeu-se no decorrer da entrevista com Sidi que este não leva em consideração que os trabalhos desenvolvidos dentro de um frigorífico normalmente são de movimentos repetitivos, de grande esforço físico, de condições insalubres – tanto de umidade, periculosidade e de baixas temperaturas – além de uma vigilância constante e de controle sanitário. Ou seja, o migrante como sujeito de e para o trabalho, submete-se a inúmeras situações de trabalho precárias a fim de justificar seu projeto migratório. Disposto a velas pelas expectativas individuais e coletivas sobre o envio de remessas de dinheiro para o país, atendendo a migração como um projeto familiar que melhora as condições daqueles que estão no Senegal.

A partir da entrevista com Sidi, também tivemos maior conhecimento acerca das

particularidades que envolvem o processo de produção e o abate Halal. Foi possível perceber que o mercado que envolve a certificação Halal é de ordem global, contempla mercados modernos e concorrentes, os quais denotam dimensões religiosas e históricas do islamismo, combinando modernidade e tradição (TEDESCO, 2018).

Fomos informadas também por este interlocutor que o abate de qualquer animal (frango, boi, ovelha) passa pelo ritual Halal, somente para o abate de peixes não há exigência de nenhum ritual. No Rio Grande do Sul o setor de frigoríficos de frangos é o que mais exporta para países islâmicos, já no Paraguai e Uruguai a concentração de exportação e certificação Halal ocorre no setor de frigoríficos de gado e ovelha. A certificação Halal também envolve os setores de alimentos industrializados (azeite, arroz, óleos e outros). Percebe-se que o mercado de exportação com certificação Halal engloba diversos setores industriais, é economicamente forte, bem como envolve empresas de diversos países.

As empresas exportadoras de produtos com certificação Halal, obrigatoriamente, precisam estar “adaptadas” para o fim de cumprirem todas as regras que envolvem tanto o processo produtivo como o abate Halal. O abate possui alguns princípios a serem cumpridos, como por exemplo: os funcionários que fazem o abate – preferencialmente – são muçulmanos homens. Segundo as regras islâmicas, na falta de muçulmanos é permitido a contratação de homens judeus ou católicos – “são religiões monoteístas”.

Sobre a questão de gênero, Sidi explicou que as mulheres podem trabalhar em qualquer outro setor da indústria. Mas no abate Halal não é permitido em razão dos rituais exigidos pelas leis islâmicas, uma vez que no período da menstruação a mulher é considerada “suja”. O muçulmano precisa estar limpo para a prática dos rituais, tanto no abate Halal como nas orações que realiza durante o dia. Ele explica que as mulheres quando estão no seu período não podem fazer as orações, tampouco jejuar no mês do Ramadã, mas possuem a obrigação de compensar os dias que não praticaram os rituais.

Para a certificação Halal, a empresa deve dispor de uma sala/vestiário para as orações que os funcionários realizam durante o dia. A alimentação servida pela empresa aos que fazem o abate Halal é diferenciada a dos outros funcionários, pois o muçulmano não come carne de porco, tampouco alimentos que possuam em sua produção álcool. A sala onde se faz a sangria deve estar virada para Meca, o peito do frango quando entra na sala para a sangria também precisa estar virado para Meca; na entrada da sala é colocada uma frase: “Em nome de Deus, Deus é maior”. No início de cada abate o funcionário deve proferir essa frase, entendida como *“é uma forma de pedir perdão pelo sacrifício daquele animal”* - disse o entrevistado. O animal não pode sofrer, a faca utilizada deve ser bem afiada para passar

apenas uma vez no animal. Todas as ferramentas utilizadas no abate Halal não podem ser usadas em outros abates ou outros fins, devem ser usadas exclusivamente no ritual Halal.

A empresa que emite o certificado Halal fiscaliza toda cadeia produtiva, a fim de que as normas e regras do processo halal sejam cumpridas desde a produção até a embalagem e estocagem. É importante frisar que o processo de industrialização deve atender às normas mediante fiscalização.

Como fiscal para certificação Halal, Sidi acompanha todo o processo, todas as etapas, desde o abate, temperatura do frango (mínima de -18°C , temperatura que garante que o frango chegue em boa conservação no país de destino, assim como para assegurar o bem estar daqueles que estão consumindo) e carregamento. O fiscalizador do processo de abate Halal também exerce controle sob as condições da criação do frango. O animal não pode ser alimentado durante a sua criação com ração animal, somente com ração vegetal. As condições dos aviários também são vigiadas, pois o animal não pode ser criado em estado de sofrimento, tudo com o intuito de respeitar a vida desse ser. O abate Halal não envolve apenas questões sanitárias, mas também princípios de vida e de respeito a vida de qualquer outro ser, humano e não humano.

Além de toda essa fiscalização realizada por Sidi na cadeia produtiva e industrial do frigorífico em que trabalha, as empresas que emitem a Certificação Halal possuem auditores que visitam as indústrias e os produtores. Essa auditoria ocorre no mínimo uma vez por ano, sem prévio aviso, a fim de averiguar se tudo está ocorrendo dentro do exigido.

Na cidade de São Paulo/SP concentram-se várias empresas que são autorizadas a emitirem a Certificação Halal, todas reunidas em uma associação – FAMBRAS (Federação das Associações Muçulmanas do Brasil).

Os muçulmanos residentes no Brasil não precisam consumir produtos certificados, tais certificações são para garantir que o produto exportado cumpriu os requisitos exigidos pelo islamismo. Os muçulmanos que vivem no Brasil não consomem nada que possua bebida alcoólica ou derivado de carne de porco. É permitido ao muçulmano consumir a comida de um cristão ou de um judeu. Nesse caso, percebe-se que não é permitido consumir a comida de quem não acredita em Deus.

No decorrer da conversa, Sidi informou que o frigorífico de Lajeado/RS em que ele atua como fiscal, emprega – especialmente para o abate Halal - dezenove muçulmanos (dentre eles: senegaleses, bangladeshianos e paquistaneses). No total dos empregados, seis são senegaleses. Questionado sobre as outras nacionalidades que a empresa emprega, Sidi observou que em de Lajeado/RS encontra-se um número maior de migrantes de Bangladesh,

mas que os senegaleses são mais visíveis em razão das vendas de produtos “importados” que realizam nas ruas da cidade. Nessa oportunidade, reforçou que todos os seis empregados pelo frigorífico, no turno oposto trabalham como vendedores ambulantes.

Os migrantes senegaleses trabalham em jornadas duplas, fazendo economias a fim de enviar remessas de dinheiro para o Senegal, contribuindo com a economia da família que ficou na origem, vinculando o migrante a uma ordem transnacional social, ética e moral com o núcleo familiar, mantendo viva as relações e as trocas de informações, a cultura e a própria aprendizagem (AMBROSINI, 2010 apud TEDESCO, 2018).

De acordo com Tedesco (2018)

A esfera de trabalho revela ao imigrante sentidos múltiplos, ou seja, está inserido no campo simbólico-religioso, sociocultural, familiar e de gênero. Há identidades sociais em jogo, papéis de homem/mulher, marido/esposa, pai/mãe, pertencimentos religiosos transnacionalizados e em redes que viabilizam vínculos e processos de solidariedade no interior do grupo e uma expressão de adequação aos princípios de fé em ação (TEDESCO, 2018, p. 144).

Os migrantes que trabalham no setor destinado para o abate Halal são contratados por uma empresa certificadora, não diretamente pelo frigorífico como os demais funcionários. Esses funcionários podem ser enviados para outras sedes de diferentes cidades a fim de atender a necessidade daquela empresa. Portanto, existe certa mobilidade dos migrantes em razão das atividades laborais.

O interlocutor comenta que, de um modo geral, os migrantes gostam de trabalhar e morar em Lajeado, pois não sentem dificuldades em residir na cidade. A maioria dos senegaleses não possui suas esposas aqui no Brasil, diferente dos bangladeshianos que já trouxeram suas famílias. O que torna mais fácil a permanência desses migrantes na cidade.

Conforme as informações de Sidi, o senegalês trabalha em média de dois a três anos no Brasil e depois retorna para o país de origem – sua permanência se prolonga somente quando consegue trazer a família para o Brasil. O entrevistado informa que, de acordo com os seus conhecimentos, os senegaleses migram para o Brasil por questões econômicas, que a intenção é trabalhar, juntar dinheiro, enviar remessas para a família no Senegal, melhorar a situação de vida de todo o núcleo familiar e depois retornar para a terra natal, os senegaleses são migrantes temporários. Mas em nosso trabalho de campo identificamos senegaleses que moram na cidade de Lajeado/RS desde 2012.

Durante a entrevista Sidi faz uma observação que chama a atenção, ele diz: “*a conexão do senegalês com o país de origem é muito intensa!*”. Explica que o sistema de trabalho no abate Halal funciona em duas equipes de trabalhadores. Enquanto uma trabalha (uma hora) a outra faz intervalo (uma hora). Nesse período de intervalo, os senegaleses

passam o tempo “conectados” – através dos celulares – com o país de origem, seja conversando com seus familiares e amigos, ou assistindo noticiários e telenovelas do Senegal. Observa-se que os funcionários do abate Halal teoricamente trabalham oito horas e quarenta minutos dia porque incluem na jornada de trabalho os intervalos, mas de fato trabalham ao redor de 4 horas por dia.

Outra situação que chama atenção é a quantidade de muçulmanos de diferentes nacionalidades, residentes em Lajeado/RS. Dentre eles senegaleses, bangladeshianos, árabes e outras, todos unidos em torno da religião islâmica. Percebe-se que há uma solidariedade e estreitamento na convivência entre eles fortalecida pela própria condição de migrante, mas principalmente pela prática da religião muçulmana.

Os migrantes de origem muçulmana se reúnem, atualmente, todas as sextas-feiras na sede da empresa Minuano para a realização de suas orações. Sidi comenta que o grupo de migrantes muçulmanos tenciona montar uma mesquita em Lajeado/RS, um centro religioso para os muçulmanos. No entanto, as dificuldades para concretizarem esse desejo são muitas, principalmente de ordem administrativa municipal. Comenta que ele e outros dois migrantes, um de Bangladesh e outro do Senegal (refere que esse último possui um estabelecimento comercial na cidade e é uma espécie de líder entre os migrantes – referindo-se a Miro, nossa principal fonte dentro do grupo de senegaleses) estão se mobilizando para conseguir essa mesquita. Nessa oportunidade oferecemos nossos conhecimentos na área jurídica, uma vez que a pesquisadora possui formação acadêmica em Direito, a fim de colaborar na empreitada dos migrantes, bem como retribuir todo o conhecimento e informação que nos foi passado ao longo da pesquisa de campo.

Diante das informações transmitidas por Sidi, foi possível verificar que os migrantes senegaleses na cidade de Lajeado/RS conectam-se por redes de interesses, apoio e amizade. Existindo forte relação de trabalho com a cultura muçulmana e as atividades que os migrantes desenvolvem no Brasil.

4.3 FAMÍLIA E RELAÇÃO DE GÊNERO NA MIGRAÇÃO SENEGALESA EM LAJEADO/RS

Ao analisar o perfil da migrante, se observa que a mobilidade populacional é essencialmente dominada pelos homens. A migração feminina tem sido historicamente invisível, enquanto sujeito migrante é sempre o homem. No entanto, a presença da mulher

migrante vem crescendo progressivamente nos últimos anos. Nas últimas décadas se reconhece que a mobilidade internacional é também protagonizada por mulheres (ASSIS, 2007).

A questão das mulheres nas migrações não diz respeito apenas em reconhecer a importância proporcional das mulheres ou sua contribuição econômica e social, mas sim em considerar o papel delas nesses processos migratórios, seja com relação àquelas que migram ou àquelas que permanecem no país de origem. As migrações contemporâneas, hoje articuladas em redes, estão deixando de ser apenas uma decisão racional do indivíduo tornando-se uma estratégia de grupos, em que as mulheres participam ativamente (ASSIS, 2007).

Ao dirigir a atenção para a migração senegalesa no Brasil, como base na experiência dos senegaleses no interior de Rio Grande do Sul. Observamos vínculos transnacionais presentes em redes religiosas, comerciais e de amizade que dão suporte à vida dos migrantes senegaleses neste estado brasileiro. Redes nas quais a presença feminina é escassa. Um levantamento feito por Uebel (2017), apoiado em dados oficiais, indica que no Rio Grande do Sul, 1,6% dos migrantes senegaleses é mulher. E na cidade de Lajeado/RS, onde focamos a pesquisa de campo, dos 38 senegaleses, apenas duas são mulheres. A pouca representatividade das mulheres no contingente migratório senegalês no RS despertou nosso interesse em refletir sobre as formas de participação feminina neste processo migratório, destacando a presença das ausentes e a ausência das presentes.

Na pesquisa realizada em Lajeado/RS percebe-se que, no caso das mulheres migrantes, existe o predomínio dos laços de conjugalidade, ou seja, as mulheres migraram para se encontrar com seus cônjuges. Tal situação corrobora as reflexões apresentadas por Gláucia de Oliveira Assis (2007), que ensina que homens e mulheres usam as redes de parentescos e amigos no processo migratório, no entanto, em ocasiões diferentes e nem sempre da mesma forma, indicando que as mulheres estão mais vinculadas aos laços conjugais e às redes de parentesco do que os homens.

As mulheres geralmente são vistas como as que carregam marido e filhos, nunca percebidas como sujeitos atuantes nos projetos migratórios. O papel das mulheres que ficam no país é negligenciado pelos estudos de migração, apesar de ser determinante. Na contemporaneidade, a mulher migrante tornou-se protagonista das ações migratórias – protagonismo decorrente de interesses econômicos, mudanças no mercado de trabalho internacional, bem como das transformações nas relações de gênero. Nas abordagens analíticas das experiências migratórias, de modo geral, as mulheres permanecem invisíveis,

estado da arte que limita a compreensão desse acontecimento. Não se consideram as especificidades da migração das mulheres, pois a tratam como uma variável do padrão migratório masculino (MARINUCCI, 2016).

A maior parte das mulheres senegalesas participa da migração permanecendo no país de origem. Esposas, mães e irmãs adultas ficam no Senegal tomando conta dos filhos e idosos, das unidades domésticas e dos empreendimentos econômicos deixados por quem emigra. Essa situação se confirma na pesquisa realizada em de Lajeado/RS, dos trinta e cinco homens residentes nesta cidade, apenas dois estão com suas esposas no Brasil, os demais deixaram mães, esposas e até filhos no Senegal.

Além de desempenhar o papel de apoio psicológico e econômico, as mulheres que permanecem no Senegal atuam como membros das famílias transnacionais no país de origem, onde ficam protegidas das penúrias que enfrentam os migrantes, como dormir no chão, passar fome e dividir o mesmo teto com inúmeras pessoas, argumento utilizado por um senegalês para justificar os motivos pelos quais o universo feminino entre o contingente de migrantes senegaleses no Rio Grande do Sul é bem menor do que o masculino.

Conforme Do Carmo; Moojen; Ndniaye (2015), no Senegal é comum os núcleos familiares serem muito grande e se ampliarem além dos vínculos sanguíneos. Sendo as mulheres senegalesas comparadas a árvores robustas e de raízes firmes, traduzindo fortaleza, beleza e dignidade, as mulheres são pilares que cuidam da família em todos os aspectos.

No Senegal elas recebem mensalmente uma remessa de dinheiro dos esposos, irmãos ou pais que se encontram em processo migratório. O dinheiro que vem do exterior contribui no acréscimo do PIB nacional, que em 2015 correspondia a 19% e era utilizado para cobrir as despesas das famílias na manutenção da casa (TEDESCO, 2017). Neste contexto, a categoria “casa” refere-se à unidade doméstica na qual convive várias gerações.

O casamento na lei islâmica é poligâmico e os casados podem ter mais de uma esposa, não podendo ultrapassar o número de quatro. No entanto, o número de esposas restringe-se a possibilidade de sustentá-las, uma vez que o homem é o provedor da casa, “quem tem a responsabilidade de sustentar a família e de lhe garantir a segurança econômica é o marido” (ABDALATI, 1998, p.179).

As mulheres casam muito jovens e, habitualmente, vivem na casa do marido, o que significa que devem respeitar-se. As necessidades básicas devem ser supridas pelo marido, o que inclui alimentos, moradia e roupas. Caso ocorra a morte do marido, as mulheres podem tornar-se herança da família e devem ser sustentadas por um membro masculino do grupo. O grupo familiar normalmente é composto por pais, irmãos, avós, tios, esposas e filhos

(HERÉDIA; PANDOLFI, 2015).

Já os relacionamentos que os migrantes senegaleses estabelecem com mulheres brasileiras não tem a mesma consideração. As esposas que estão no país de origem são respeitadas por seus maridos senegaleses no Brasil, uma das manifestações de respeito observadas é não incluir na família transnacional as “namoradas” brasileiras. Ou seja: os senegaleses não contam para as esposas que se encontram no Senegal que moram e/ou namoram uma brasileira. Mas da brasileira não escondem o vínculo marital no Senegal.

Outro fato que revela o prestígio da mulher senegalesa que participa da migração no país de origem são os casamentos celebrados a distância. Conforme relatam Do Carmo; Moojen; Ndiaye (2015) são considerados eventos muito especiais para uma família senegalesa os casamentos e nascimentos, sendo que estas festas costumam durar o dia inteiro. As mulheres casam em cerimônias religiosas realizadas no Senegal com a participação da família do noivo, enquanto o noivo acompanha o ritual de casamento desde o Brasil, e se prepara para visitá-la no Senegal. Viagem que como estes informam precisa de dinheiro suficiente para pagar as passagens e cobrir todas as despesas da família enquanto estiver lá.

A única situação em que se almeja a participação da mulher senegalesa na condição de migrante é quando ela se mobiliza para ficar junto ao marido diáspora para o país onde ele se encontra. É o caso das duas mulheres Mamdor e Mamcir (nomes fictícios), estabelecidas em Lajeado/RS. Através de suas trajetórias migratórias nos aproximamos ao conhecimento das formas da participação feminina da perspectiva da mulher que migra.

A aproximação ao conhecimento da trajetória de vida de Mamdor como migrante senegalesa em Lajeado/RS iniciou em 2016 quando ela era uma das alunas do curso de português para estrangeiros, no qual atuávamos como professoras. Ela assistia às aulas enquanto gestava seu primeiro filho. Frequentou o curso de português até o mês de agosto daquele ano, momento em que a gravidez avançada exigiu que parasse de ir as aulas. Nesse primeiro contato, observamos um fato indicador da relação de gênero: ao ser questionada sobre qual nome daria ao filho(a) - ainda não sabia o sexo, disse que quem daria o nome seria o marido.

Desde então, nos interessamos em indagar pelo protagonismo das mulheres na migração senegalesa tomando como base a trajetória de Mamdor. Ela tem 34 anos, nasceu em Koure Mbattar. Provém de uma comunidade rural do Senegal: Thiés, a 70 km da capital Dakar. Em seu corpo carrega as marcas de identidade da cultura de origem como o turbante colorido, as roupas e as faixas de tecido nas costas onde carrega a filha. Essa prática, à luz das teorias de Salazar e Shiller (2014), é um indício da conexão dos migrantes com o modo de

vida na localidade de origem, reconfigurado no local de assentamento. O que se mobiliza não são apenas pessoas, mas representações sociais acerca de práticas culturais.

Antes de vir ao Brasil morava em Ngaye-Meckhe, uma região próxima ao local de seu nascimento e onde sua família mora ainda. Sua língua é o *wolof*, a mais falada no Senegal. Casou-se em 2006 com Miro (nome fictício) de quem é prima, segundo os padrões de parentesco brasileiros, a mãe dele e o pai dela eram irmãos. Um ano após o casamento, o marido de Mamdor migrou para a Argentina, permanecendo no país até 2011 quando foi para São Paulo e logo depois para a Serra Gaúcha – Caxias do Sul/RS onde, segundo Miro, “*era mais fácil conseguir documentação*” do que na Argentina. Trabalhou em Caxias do Sul numa empresa, e saiu quando mudou o proprietário e este modificou as condições de trabalho. Parou de oferecer alojamento e alimentação para os imigrantes senegaleses. Em 2014 deslocou-se para Lajeado/RS.

Uma vez estabelecido em Lajeado, com empreendimento comercial na localidade, Miro teve recursos suficientes para que a esposa migrasse do Senegal para o Brasil. Mamdor migrou para o Brasil em outubro de 2015, acompanhada de um amigo do marido que havia ido para o Senegal a fim de buscar o seu filho e trazê-lo para morar no Brasil. Assim, os três viajaram juntos para o Brasil. Nesse sentido, percebe-se que a mulheres senegalesas são protegidas por homens.

Mamdor e Miro reproduzem social e biologicamente a família para além das fronteiras do país de origem. Um ano após Mamdor se estabelecer em de Lajeado/RS, nasceu a primeira filha deles, Ariane. O pai lhe deu dois nomes, fato que percebemos na pesquisa entre migrantes em Lajeado: as crianças de migrantes que nascem no Brasil recebem dois nomes: um na língua do país de origem e outro em português, nome com o qual a apresentam perante a sociedade brasileira. Fenômeno que traduz o interesse das famílias de migrantes em vincularem as crianças “brasileiras” à cultura dos países de origem dos pais. Um nome vincula o filho(a) ao Brasil e outro ao país de origem dos pais. Mencionamos este fato porque esta prática também ocorre entre migrantes de outra nacionalidade, haitianos.

Com o nascimento da filha, Mamdor e Miro podem permanecer residindo no Brasil. Mamdor toma conta da filha e ajuda no estabelecimento comercial do marido, quando este se ausenta da loja a fim de vender seus produtos em feiras municipais, Mamdor assume o papel de administradora da loja e dos afazeres domésticos. Observamos em certa ocasião, que Mamdor atende as freguesas haitianas com um “*oi amiga*” (a senegalesa não sabe falar fluentemente o idioma português), recebe o dinheiro de uma delas, anota num caderno e faz sinal de que a dívida foi quitada. Enquanto isso, as outras freguesas observam as mercadorias

da loja.

Mamdor contribui para estreitar os laços entre senegaleses, visitando as conterrâneas que moram em cidades próximas de Lajeado (nessas situações, Mamdor sempre viaja acompanhada de um senegalês homem – percebemos que elas não transitam desacompanhadas da figura masculina). Participa então no fortalecimento das redes de amizade que dão suporte aos migrantes senegaleses.

Em 2018 Mamdor engravidou do segundo filho(a), questionados sobre o sexo, responderam que era uma menina. Ao perguntar pelo nome Miro disse: “*ainda não sabemos*”, a escolha do nome é consultada com outros membros da família no Senegal, pois procura-se dar a toda criança senegalesa que nasce o nome em homenagem a algum de seus antepassados. Seu nome é anunciado publicamente somente mediante apresentação da criança sete dias depois do nascimento. Das filhas de Miro, a primeira recebeu o nome da madrinha de casamento do casal e no caso da segunda filha, que nasceu em janeiro de 2019, recebeu o nome da mãe de Miro. Os filhos dos senegaleses recebem nomes de parentes próximos, uma homenagem feita a pessoas queridas.

O batizado da segunda filha de Miro e Mamdor ocorreu sete dias após seu nascimento, um momento de alegria para os senegaleses, uma comemoração que durou o dia todo. A filha foi apresentada para amigos e convidados, alguns senegaleses residentes de Lajeado/RS estiveram presentes e outros vindos de Caxias do Sul/RS (dessa cidade, o grupo de senegaleses veio de van). Comida e bebida típicas da cultura senegalesa foram servidas durante o dia todo.

Os senegaleses vestiam trajes típicos do Senegal e Mamdor usava um vestido colorido que seu irmão, costureiro, enviou do Senegal especialmente para a ocasião. Mesmo os que ficam também habitam o que Glick Schiller e seus colegas chamaram de "campo social transnacional" (SALAZAR; SCHILLER, 2014).

Foto 14 – Mamdor no batizado da filha



Fonte: Acervo da Pesquisa

Foto 15 – Mamdor troca de vestimenta no batizado da filha



Fonte: Acervo da Pesquisa

A interlocução com a outra senegalesa, Mamcir, tem sido difícil. Enfrenta resistência para se comunicar, como no dia em que lhe perguntamos se podíamos tirar uma foto com ela e disse que não porque estava resfriada. Conhecemo-la em março de 2018 e em diversas situações quando queríamos falar com ela colocou barreiras na comunicação. Não fala português, mas consegue vender nas ruas, conhece o dinheiro e o preço das mercadorias. Tanto Mamdor quanto Mamcir entendem mais português do que falam. Com o objetivo de ajudá-la no problema de comunicação em português lhe oferecemos as aulas gratuitas que a Universidade ministra. Aulas nas quais Mamdor assiste, mas Mamcir só compareceu a uma aula, foi no dia em que fomos buscá-la em sua casa e a levamos na escola. Depois não voltou nem manifestou interesse em estudar. O pouco que conseguimos saber dela foi através da narrativa do marido. O qual trabalha não só nas ruas de Lajeado, mas também nas ruas de cidades próximas.

Mamcir nasceu na cidade de Dakar, capital do Senegal, em 1988. Chegou a Lajeado/RS em 2017 para se juntar ao marido, líder dos senegaleses residentes na cidade de Garibaldi/RS (60km próxima a Lajeado/RS). Deixou dois filhos no Senegal, um de 13 (treze) anos e outro de 7 (sete) anos, ambos aos cuidados da mãe/avó materna. Em Dakar era comerciante, administrava o negócio do marido. Atualmente vende mercadorias diversas numa esquina movimentada de Lajeado, tais como: bermudas, panos de prato, produtos eletrônicos - objetos que o marido lhe ajuda a carregar. Observamos numa das ocasiões que o marido a protege enquanto ela vende. Ele expõe suas mercadorias numa rua em diagonal à esquina em que a esposa vende, de forma que consegue visualizá-la enquanto ambos comercializam na rua. Em uma das conversas, o marido de Mamcir disse que gostaria que a esposa trabalhasse numa empresa, mas que é difícil para ela conseguir emprego formal. Mas ao ser questionada sobre a possibilidade de trabalhar num dos frigoríficos da cidade de Lajeado/RS, Mamcir não fala nada. Momento em que Mamdor intervém e responde que ela prefere trabalhar na rua que no frigorífico, porque nesse tipo de empresa *“faz muito frio”*.

Soubemos pelo marido que ela estava grávida. Acompanhamos a gestação da criança ao longo de 2018 ao observá-la sentada na rua, enquanto vendia suas mercadorias. Em janeiro de 2019 observamos que Mamcir mudou seu ponto de vendas, passando a comercializar no local aonde seu marido costumava vender. Paramos para perguntar quando nasceria a criança e onde estava o marido, nesse momento, o senegalês que a acompanhava, traduziu sua resposta: *“que de acordo com a cultura dela essa informação do dia do nascimento não se revelava”*. Que no dia que for nascer o marido irá ligar e comunicar. Sobre o marido, respondeu que se encontrava no litoral do Rio Grande do Sul vendendo suas mercadrias, pois

a estação é verão Até o presente momento não nos comunicaram nada acerca dessa apresentação do bebê de Mamcir. No dia da apresentação da filha de Mamdor, Mamcir andava trabalhando na cozinha de uma família.

As articulações entre esferas produtivas e reprodutivas vinculadas à divisão sexual do trabalho se organizam de maneira específica nos espaços de migração (MIRANDA, 2014). Neste estudo, percebemos que as mulheres são as principais responsáveis pela realização das tarefas domésticas. Fazem a limpeza das moradias, lavam roupa e preparam os pratos da culinária senegalesa que os aproximam simbolicamente do país. Nos relacionamentos, reproduzem os códigos culturais nos quais se sustenta a vida conjugal. No Brasil almejam se vincular ao mercado de trabalho e contribuir assim com a renda da família. Quando as mulheres não têm emprego, os maridos se mobilizam para procurá-lo.

Através das trajetórias de vida das senegalesas, percebe-se que estas não manifestam sinais de autonomia, se por autonomia se entende a capacidade de agir e de decidir sobre suas vidas de maneira independente de seus companheiros, bem como destoa de situações que apontam o empoderamento das mulheres, em decorrência da migração. A migração não as liberta dos vínculos religiosos/culturais familiares. De acordo com a religião muçulmana, “a principal obrigação da esposa é contribuir o melhor que puder para o êxito e a felicidade do matrimônio. Ela deve cuidar do conforto e bem-estar do marido; nunca poderá ofendê-lo ou ferir-lhe os sentimentos” (ABDALATI, 1998, p. 183).

Há uma desigualdade instituída culturalmente, que se concretiza no cotidiano das relações entre homens e mulheres. A voz das mulheres tem menos impacto que a dos homens em decisões que moldam suas vidas (SOARES, 2005). O protagonismo feminino na migração senegalesa se observa na sua aceitação das desigualdades de gênero numa sociedade patriarcal reproduzida no país de acolhida, fundamentada no Mouridismo. Como foi exposto antes lhes é proibido participar no Abate Halal, ritual praticado nas indústrias de produção de frango, que exportam para países onde se pratica a religião muçulmana. Mulher não pode usar faca, também não pode ler o alçarão quando está menstruada porque é considerada suja. Nem quando após as relações sexuais.

Durante as festividades religiosas do Mouride e *Bay Fall*, a participação das mulheres é no preparo das comidas que são servidas no ato de comensalidade (RODRIGUES E VASCONCELOS, 2012). As senegalesas se submetem ao domínio masculino como um fenômeno natural. A divisão entre os sexos parece estar na “ordem das coisas”. Ordem presente no mundo social, incorporada nos corpos e nos *habitus* dos agentes, que funciona como sistemas de percepção e de ação (BOURDIEU, 2003, p. 17).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa centrada no grupo de senegaleses residentes na cidade de Lajeado/RS, no marco do transnacionalismo, tem sido um grande desafio. A aproximação ao grupo de senegaleses, as conversas informais, a observação e a coleta de material de pesquisa nos indicam que ainda temos muito para conhecer sobre esse grupo de migrantes contemporâneos. O universo religioso, cultural e socioeconômico que envolve a migração senegalesa é excepcionalmente rico em história, misticismo, fé, rituais e solidariedade, que se integram a um processo de globalização de economia e de mercados de trabalho. Além de intensificar redes transnacionais de apoio e identidade.

Ficou evidenciado num primeiro momento que os fluxos migratórios contemporâneos são cada vez mais circulares e alimentados por um mundo globalizado de bens, serviços e capitais, o que fomenta o processo migratório laboral. O acesso facilitado às tecnologias de comunicação e ao transporte também são fatores que contribuem para a experiência de multirritorialização. A formação de comunidades migrantes, com fontes econômicas diferenciadas, festas e cultos religiosos próprios, produzidos em espaços diversos do seu de origem, é a prova dos deslocamentos identitários na experiência diaspórica, intensificadas e compartilhadas com o país de origem através das redes de apoio e do uso das tecnologias de informação e comunicação. As redes sociais tecidas em torno do migrante são um suporte no processo migratório, tanto para aqueles que permanecem no país de origem como para aquele que migra.

Constatou-se, num segundo momento, que a migração senegalesa está profundamente associada a questões históricas, culturais e religiosas, uma vez que o Senegal sofreu, ao longo da história, modificações geográficas em razão de ocupação estrangeira, migrações forçadas - comércio de escravos, exploração e domínio colonial francês. Associados, a recente independência do país que ainda não conferiu tempo suficiente para resoluções de problemas econômicos e sociais, o que incentiva os senegaleses a buscarem recursos financeiros no exterior. A migração senegalesa para o Brasil resulta, principalmente, em razão da crise financeira mundial ocorrida a partir de 2008, ao fechamento de fronteiras nos países Europeus, aliadas ao crescimento socioeconômico brasileiro e a inserção do Brasil na globalização de mercado. Nesse sentido, o migrante senegalês possui um desprendimento e

uma mobilidade geográfica como modo de vida, o que facilita a sua reterritorialização vivenciada na trajetória de migrante.

Em outro momento da pesquisa, verifica-se que as redes de apoio e associações são canais que alimentam e auxiliam nos processos migratórios, possibilitando e fortalecendo laços de amizade, localização e conhecimento mútuo, assim como trocas culturais, econômicas e religiosas. Tendo por finalidade atender necessidades e objetivos comuns dos migrantes. Ainda, o uso das tecnologias de informação e comunicação ampliou a dimensão transnacional da migração contemporânea, facilitando ao migrante a partilha da experiência migratória àqueles que vivenciam a mesma condição de migrante, assim como para aqueles que ficaram no país de origem, possibilitando a troca de informações de ambos os sentidos. Nesse contexto, tornou-se possível a experiência de estar aqui e lá ao mesmo tempo, senão fisicamente, através da mediação tecnológica. Os usos das redes e das tecnologias de informação implicam nas questões de pertencimento e modo de participação social dos migrantes, passando a ser importante para a construção de vínculos entre territórios, culturas e identidades.

Verificou-se, também, que a migração senegalesa tem como principal motivação de migração - associada à religião islâmica, a cultura e ao seu modo de vida - a questão econômica, a busca por trabalho e melhores condições de vida. A migração de um membro da família torna-se uma estratégia familiar, de natureza masculina e transnacional. O membro da família que migra torna-se responsável pela remessa de valores àqueles que ficam no país de origem, a fim de melhorar a situação econômica da família. Alguns migrantes desempenham jornadas duplas de trabalho, associando atividades laborais formais e informais (comércio de rua) a fim de complementar a renda e fazer maiores economias.

Nas questões familiares e de gênero, percebe-se que as mulheres migrantes viajaram para o Brasil para encontrar com seus cônjuges, ou seja, há o predomínio dos laços de conjugabilidade no processo migratório feminino. A maior participação das mulheres no processo migratório dos senegaleses se dá no país de origem, com a participação das esposas, mães e irmãs que ficam no Senegal tomando conta dos filhos, das unidades domésticas e dos empreendimentos econômicos deixados pelos maridos/filhos migrante.

Por fim, o trabalho de campo realizada nessa dissertação merece destaque, pois foram nos momentos vivenciados juntos aos migrantes senegaleses que a troca de conhecimento ocorreu de forma mais intensa e significativa. As práticas religiosas e o modo de vida dos migrantes senegaleses são imbuídos de significados históricos e culturais. A religião islâmica, sem sombra de dúvidas, se traduz na expressão identitária do senegalês; é a

crença e a obediência aos preceitos islâmicos que conduz toda a vida do migrante, seja de ordem pessoal, social ou moral. A devoção dos senegaleses as suas crenças, a solidariedade exercida entre eles e com os conterrâneos, o apoio fomentado através de redes, o compartilhamento das suas práticas com o país de destino e o de origem, a relação com o trabalho e as questões familiares, foram o motivo da minha paixão nessa pesquisa, fico feliz porque acredito ter concluído os objetivos propostos, mas o coração apertado porque tenho a noção de que há muito mais para aprender, pesquisar e compreender. O universo desse povo é rico em todos os sentidos, e deve ser alvo de muitas outras pesquisas.

REFERÊNCIAS

ABDALATI, Hammudah. **O islam em foco**. São Bernardo do Campo: CDIAL, 1989.

ABREU, Haroldo. **Para além dos direitos: cidadania e hegemonia no mundo moderno**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2008.

ACNUR. **Breve Histórico do ACNUR**. Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/informacao-geral/breve-historico-do-acnur/>>. Acesso em: 23 de maio 2013.

_____, **Convenção Relativa ao Estatuto do Estrangeiro**. Org. das Nações Unidas. 28.07.1951. Disponível em: http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf. Acesso em: 23 de jul. 2017.

ANDRADE, Vera Regina de. **Cidadania: do direito aos direitos humanos**. São Paulo: Acadêmica, 1993.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. **Revista Estudos Feministas/UFSC**, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 745-772, setembro/dezembro, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2007000300015&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 03 de set. 2018.

_____, Gláucia de Oliveira; SASAKI, Elisa Massae. **Teorias das Migrações Internacionais**. In: XII Encontro Nacional da ABEP 2000., Out./2000. Caxambu. **Anais...**Caxambu: ABEP, 2000. Disponível em : <<http://www.abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/issue/view/32/showToc>>. Acesso em: 16 de jan. 2019.

BAGGIO, Roberta Camineiro; NASCIMENTO, Daniel Braga. Do Estatuto do Estrangeiro à nova Lei de Migração no Brasil: breves apontamentos. In: MEJÍA, Margarita Rosa Gaviria (org.). **Migrações e Direitos Humanos: problemáticas socioambientais**. Lajeado/RS: UNIVATES, 2018. p. 19-26.

BARACHO, José Alfredo de Oliveira. **Teoria geral da cidadania: a plenitude da cidadania e as garantias constitucionais e processuais**. São Paulo: Saraiva, 1999.

BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira. A Lei Brasileira de Refúgio. In: BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira (org.). **Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas**. 1. ed. Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça, 2010. p. 12-21.

BARROSO, Luís Roberto. **A dignidade da pessoa humana no direito constitucional contemporâneo: a construção de um conceito jurídico à luz da jurisprudência mundial**. Belo Horizonte: Fórum, 2014.

BASCH Linda Green; SCHILLER Nina Glick; BLANC Cristina Szanton. **Nations Unbound: Transnational Projects, Postcolonial Predicaments and Deterritorialized Nation-States**. New York (USA): Gordon and Breach Science Publishers, 1994.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

_____, Zygmunt. **A cultura no mundo líquido moderno**. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

BELLOSO, Nuria Martín. **Os novos desafios da cidadania**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

BOAHEN, Albert Adu (Ed). **História geral da África VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2. ed. Brasília (DF): Unesco, 2010.

BOURDIEU, Pierre; TOMAS, Fernando de. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kuhner. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRASIL. **Estatuto do estrangeiro**: Lei n. 6.815, de 19-8-1980 (alterada pela Lei n. 6.964, de 9-12-1981): atualizado de acordo com a Constituição de 1988. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____, Decreto Lei nº 7.967 de Setembro de 1945: Dispõe sobre a Imigração e Colonização. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del7967.htm>. Acesso em: 01 de agost. 2017.

_____, Decreto Lei nº 6.815 de 19 de Agosto de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66689-11-junho-1970-408279-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 01 de agost. 2017.

_____, Lei nº 9.474 de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do **Estatuto dos Refugiados de 1951**, e determina outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm>. Acesso em: 10 de março 2019.

_____, Lei nº 13.445 de 24 de Maio de 2017. **Lei das Migrações**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm>. Acesso em: 17 de agost. 2017.

BRIGNOL, Liliane Dutra. **Migrações transnacionais e usos sociais da internet: identidade e cidadania na Diáspora latino-americana**. Tese de Doutorado. Universidade do Vale do Rio do Sinos, Unidade de Pesquisa e Pós-Graduação, Programa de Pós-Graduação em Ciências da

Comunicação. São Leopoldo/RS: UNISINOS, 2010.

_____, Liliane Dutra. Usos sociais das TICs em dinâmicas de transnacionalismo e comunicação migrante em rede: uma aproximação à diáspora senegalesa no sul do Brasil. **Revista Comunidade Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 12, n. 35, p. 89-109, set./dez. 2015. Disponível em: < <http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/1099>>. Acesso em 17 de out. 2018.

_____, Liliane Dutra; COSTA, Nathália Drey. Migrações e usos sociais do facebook: uma aproximação à webdiáspora senegalesa no Rio Grande do Sul. **REMHU – Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, Brasília, v. 24, n. 46, p. 91-108, jan/abr. 2016. Disponível em: < <http://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/579>>. Acesso em 20 de out. 2018

_____, Liliane Dutra; COSTA, Nathália Drey. Diáspora senegalesa e mediação tecnológica: entre tempos e lugares na observação do Magal de Touba. **Revista Contracampo**, Niterói, v. 37, n.1, p. 09-29, abri/jul 2018. Disponível em: < <https://periodicos.uff.br/contracampo/about>>. Acesso em 02 de fev. 2019.

CASTRO, Therezinha de. **África: geohistória, geopolítica e relações internacionais**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____, Manuel; MAJER, Roneide Venancio; GERHARDT, Klauss Brandini. **A sociedade em rede**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTLES, Stephen. Entendendo migração global – uma perspectiva desde a transformação social. **REMHU - Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**. Brasília, v. 18, n. 35, p. 11-43, jul.-dez 2010. Disponível em: <<http://www.csem.org.br/remhu/index.php/remhu/article/view/227>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

CHEMIN, Beatris Francisca; SCHNEIDER, Dalia. **Manual da UNIVATES para trabalhos acadêmicos**. 3. ed. Lajeado: Univates, 2015.

COSTA, Nathália Drey. **Mídias e Migrações: a representação de si e a representação midiática da identidade senegalesa em diáspora**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Linha e Identidade Contemporânea. Santa Maria/RS: UFSM, 2017.

COGO, Denise. Internet e redes migratórias transnacionais: narrativas da diáspora sobre o Brasil como país de imigração. **Revista Novos Olhares – USP**. São Paulo, v.4, n.1, p.91-104, 2015. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/view/102224>>. Acesso em: 03 de fev. 2019.

CONFORTO, Marília. A Cosmovisão Africana: considerações sobre o mundo africano. In: HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti (org.). **Migrações Internacionais: o caso dos senegaleses**

no sul do Brasil. Caxias do Sul: Belas-Letras, 2015. p. 51-64.

CUCHE, Denys; RIBEIRO, Viviane. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002.

DIALLO, Mamadou Alpha. **A construção do estado no Senegal e integração na África ocidental**: os problemas da Gâmbia, de Casamance e da integração regional. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas do Instituto de Filosofia e de Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/35077>>. Acesso em: 15 de abr. 2018.

DIADIOU, Diodio; DIOP, Rosalie Aduayi; MBOUP, Bara; SAKHO, Pape. A emigração internacional senegalesa: das casas no campo às cidades litorâneas. In: HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti (org.). **Migrações Internacionais**: o caso dos senegaleses no sul do Brasil. Caxias do Sul: Belas-Letras, 2015. p. 23-49.

ELHAJJI, Mohammed. Migrante, uma minoria transnacional em busca de cidadania universal. In: MEJÍA, Margarita Rosa Gaviria (org.). **Migrações e Direitos Humanos**: problemáticas socioambientais. Lajeado/RS: UNIVATES, 2018. p. 89-102.

_____, Mohammed; ESCUDERO, Camila. Webdiáspora: Migrações, TICs e memória coletiva. **Revista Observatório - UFT**, Tocantins, v. 2. n. 5, p. 334/363, set./dez. 2016. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/2401>>. Acesso em 20 de nov. 2018.

ÉVORA, Iolanda. De emigrante / imigrante a migrantes transnacionais; possibilidades e limites de uma nova categoria de análise da identidade e migração cabo-verdiana. In: **3º Congresso da APA – “Afinidade e Diferença”**, Lisboa, 6 a 8 de abril de 2006. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/2941>>. Acesso em: 15 de jan. 2019.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIDDENS, Anthony; FIKER, Raul. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GONÇALVES, Maria do Carmo dos Santos; KOAKOSKI, Yan Cássio. “Salaam Aleikum”: o aspecto religioso na dinâmica migratória dos senegaleses para Caxias do Sul, RS. In: HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti (org.). **Migrações Internacionais**: o caso dos senegaleses no sul do Brasil. Caxias do Sul: Belas-Letras, 2015. p. 239-261.

_____, Maria do Carmo dos Santos; MOOJEN, Vanessa Perini; NDIAYE, Abdou Lahat. Terenga! Impressões construídas numa viagem ao Senegal. In: HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti (org.). **Migrações Internacionais**: o caso dos senegaleses no sul do Brasil. Caxias do Sul: Belas-Letras, 2015. p. 263-284.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 3. ed. Tradução de Tomaz Tadeu Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____, Stuart; SOVIK, Liv; RESENDE, Adelaide La Guardia. **Da diáspora identidades e**

mediações culturais. Belo Horizonte / Brasília (DF): Editora UFMG / UNESCO, 2003.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HANDERSON; Joseph. Diáspora, sentidos sociais e mobilidades haitianas. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 21, n. 43, p.51-78, jan/jun. 2015. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832015000100051&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 30 de jan. 2019.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 23. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti (org.). **Migrações Internacionais:** o caso dos senegaleses no sul do Brasil. Caxias do Sul: Belas-Letras, 2015.

_____, Vânia Beatriz Merlotti; GONÇALVES, Maria do Carmo. Deslocamentos populacionais no sul do Brasil: o caso dos senegaleses. In: TEDESCO, João Carlos; KLEIDERMACHER, Gisele (orgs.). **A imigração senegalesa no Brasil e na Argentina:** múltiplos olhares. Porto Alegre: EST Edições, 2017, p. 209-228.

_____, Vânia Beatriz Merlotti; PANDOLFI, B. Migrações Internacionais: o caso dos senegaleses em Caxias do Sul. In: HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti (org.). **Migrações Internacionais:** o caso dos senegaleses no sul do Brasil. Caxias do Sul: Belas-Letras, 2015. p. 95-113.

_____, Vânia Beatriz Merlotti; TEDESCO, João Carlos. O lugar do imigrante nos espaços de trabalho em Caxias do Sul: o caso dos senegaleses. In: HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti (org.). **Migrações Internacionais:** o caso dos senegaleses no sul do Brasil. Caxias do Sul: Belas-Letras, 2015. p. 137-168.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. **A África na sala de aula:** visita à história contemporânea. 4. ed. São Paulo: Selo Negro, 2008.

HUGON, Phippe. **Geopolítica da África.** Rio de Janeiro: FGV, 2009.

KALY, Alain Pascal. **O ser preto africano no paraíso terrestre brasileiro:** Um sociólogo senegalês no Brasil. Paris: Karthala, 2001.

LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos:** um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

MACKENZIE, J. M. **A partilha da África:** 1880-1900. São Paulo: Ática, 1994.

MARINUCCI, Roberto. A Migração dos Deuses: as migrações internacionais e a questão religiosa contemporânea. In: PEREIRA, Glória Maria Santiago; PEREIRA, José de Ribamar Souza. (Orgs). **Migração e Globalização:** um olhar interdisciplinar. Curitiba: EDITORA CRV, 2016, p. 189-207.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Técnicas, identidades, alteridades: mudanças e opacidades

da comunicação no novo século. In: MORAIS, Dênis de. (org.). **Sociedade Midiatizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. p. 51-59.

MEJÍA, Margarita Rosa Gaviria; CAZAROTTO, Rosmari; ROGERIO, Marcele Scpain. O direito à cidade de migrantes contemporâneos: o caso de Lajeado – Rio Grande do Sul - Brasil. In: MEJÍA, Margarita Rosa Gaviria (org.). **Migrações e Direitos Humanos: problemáticas socioambientais**. Lajeado/RS: UNIVATES, 2018. p. 173-196.

MENDES, Arthur; SALÇA, Natália. Os muros institucionais que prejudicam a migração. **Revista Consultor Jurídico – CONJUR**, 27 de junho de 2017. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2017-jun-27/opiniao-muros-institucionais-prejudicam-migracao>>. Acesso em: 13 de agos. 2017.

MIRANDA, Adelina. Femme em migration: travail, famille. **Revue européenne des migrations internationales - REMI**. França, Editorial v. 31, n. 1, p. 7-14, 2015. Disponível em: < <https://journals.openedition.org/remi/7119>>. Acesso em: 17 de maio 2018.

MINCHOLA, Luís Augusto Bittencourt; REDIN, Giuliana. Imigrantes senegaleses no Brasil: tratamento jurídico e desafios para a garantia de direitos. In: HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti (org.). **Migrações Internacionais: o caso dos senegaleses no sul do Brasil**. Caxias do Sul: Belas-Letras, 2015. p. 201-217.

MOCELLIN, Maria Clara. Senegaleses na região central do Rio Grande do Sul: deslocamentos, trabalho, redes familiares e religiosas. In: HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti (org.). **Migrações Internacionais: o caso dos senegaleses no sul do Brasil**. Caxias do Sul: Belas-Letras, 2015. p. 115-134.

NDIONE, Babacar; LALOU, Richard. Tendences recentes des migrations dans la vallée du Sénégal urbain: existe-t-il une dynamique de quartier? Les exemples de Dakar, Touba et Kaolack. **Colloque international AIDELF de Budapest**, Universidade de Provence, Hungria, de 20-24 de set.2004. Disponível em: <<http://v3.lped.fr/IMG/pdf/lped-midden-dr1-2.pdf>>. Acesso em: 10 de fev. 2019.

NOLASCO, Carlos. **Migrações internacionais: conceitos, tipologia e teorias**. Coimbra: Oficina do CES, 2016. E-book. Disponível em:< https://ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/14615_Oficina_434.pdf //>. Acesso em: 12 de julho 2017.

OGOT, Bethwell Allan (Ed). **História geral da África V: África do século XVI ao XVIII**. Brasília (DF): Unesco, 2010.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. Nova lei brasileira de migrações: avanços, desafios e ameaças. **Revista Brasileira de Estudos de População**. São Paulo, v.34, n.1, p.171-179, jan./abril., 2017. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982017000100171>. Acesso em: 15 de jan. 2019.

OLIVEIRA, Eliane Dias de. Migrações, Identidade Cultural e História Oral: Percurso Possível de Pesquisas. **MONÇÕES - Revista do curso de História da UFMS**. Coxim/MS, v. 2, n. 2, 2014/2015, p. 170/181. Disponível em: < <https://periodicos.ufms.br/index.php/moncx/article/view/680>>. Acesso em: 29 de nov. 2018.

PATARRA, Neide Lopes. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 20, n. 57, 2006, p. 7-24 nº57. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200002>. Acesso em: 14 de jan. 2019.

PIMENTEL, Paula Cristina Teixeira. **Imigração e Identidade**. Dissertação de Mestrado. Universidade Aberta, Porto/PT, 2006.

PORTES, Alejandro. Convergências teóricas e dados empíricos no estudo do transnacionalismo imigrante. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra, v. 69, 2004, p. 73-93. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/rccs/1339>>. Acesso em: 17 de nov. 2018.

RAMOS, André de Carvalho. Direitos humanos são eixo central de nova Lei de Migrações. **Revista Consultor Jurídico – CONJUR**, 23 de nov. 2017. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2017-mai-26/andre-ramos-direitos-humanos-sao-eixo-central-lei-migracao>>. Acesso em: 13 de agos. 2017

RAMOS, Maria da Conceição Pereira. **Migrações, Desenvolvimento e Dinâmicas Locais e Regionais, Grandes Problemáticas do Espaço Europeu**. Porto: FLUP, 2012.

RANGEL, Larissa. Onde Está a África no Brasil? Um retrato da recente imigração senegalesa sob o olhar da mídia brasileira. In: HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti (org.). **Migrações Internacionais: o caso dos senegaleses no sul do Brasil**. Caxias do Sul: Belas-Letras, 2015. p. 67-92.

REIS, Rossana Rocha; MENEZES, Thais Silva. Direitos humanos e refúgio: uma análise sobre o momento anterior à determinação do *status* de refugiado. **Revista de Sociologia e Política**, vol. 22, n. 49, p.61-83, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782014000100004>>. Acesso em: 21 de maio 2017.

RISSO, Luciene Cristina. Os conceitos de percepção e território como lentes para o entendimento cultural. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v.8, n.2, p. 309-319, jul/dez. 2014.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. **Das Migrações às Interculturalidades**. Porto/PT: Edições Afrontamento, Ltda, 2014.

ROCHA, Ir. Ana Paula F. da. Identidade e Migração. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 18, n. 34, p. 240-243, jan./jun. 2010.

RODRIGUES, Franciele dos Santos; VASCONCELOS, Iana Santos. Migração, gênero e empoderamento das migrantes na Pan-Amazônia. In: SILVA, Sidney Antônio da. (Org.) **Migrações na Pan-Amazônia: fluxos, fronteiras e processos socioculturais**. São Paulo: Hucitec; Manaus, Papeam, 2012. p. 221-257.

ROSSA, Juliana. **Contos religiosos de senegaleses murides: escrita, leitura, poética vocal e performance**. Tese de Doutorado – Universidade de Caxias do Sul em associação ampla UniRitter, Programa de Pós-Graduação em Letras. Caxias do Sul, 2018.

SALAZAR, Noel B.; SCHILLER, Nina Glick. **Regimes of Mobility: Imaginaries and**

Relationalities of Power. New York (USA): ed. Routledge, 2014.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 25. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. Prefácio Pierre Bourdieu; tradução Cristina Murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SASSEN, Saskia. Formación de los condicionantes económicos para las migraciones internacionales. **Revista Ecuador Debate**, Quito, n. 63, p. 63-87, dez. 2004. Disponível em: <<http://repositorio.flacsoandes.edu.ec/bitstream/10469/3791/4/RFLACSO-ED63-05-Sassen.pdf>> Acesso em: 21 jan. 2019.

SCHILLER, Nina Glick; CAGLAR, Ayse (Eds). **Locating migration: rescaling cities and migrants**. New York (USA): Cornell University Press, 2011.

SCOPSI, Claire. Les sites web diasporiques: um nouveau médiatique? **Revista TIC & Société**, Paris, v. 3, n.1-2, p. 80-100, 2009. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/ticetsociete/640>>. Acesso em: 29 jan. 2019.

SEYFERTH, Giralda. A Dimensão Cultural da Imigração. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 26, n. 77, p. 47-62, out./2011.

SILVA, César Augusto S. da. **A Política Brasileira para Refugiados (1998-2012)**. Tese do Programa de Pós Graduação em Ciência Política, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 292f. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004

SOARES, Weber. **Para Além da Concepção Metafórica de Redes Sociais**: fundamentos teóricos da circunscrição topológica da migração internacional. Ouro Preto/MT. In: XIII Encontro Nacional da ABEP. **Anais...**Ouro Preto/MG: 4 a 8 de nov. 2002. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/issue/view/33/showToc>>. Acesso em: 03 de fev. 2019.

TALLI, S.M. L'Immigration Internationale sénégalaise d'hier à demain. In: DIOP, Momar-Coumba (Ed). **La société sénégalaise entre le local et le global**. Paris, 2002, p. 549-578.

THIAM, M.T.; CROWLEY, J. **Impact des changements environnementaux sur les migrations humaine**. tude de cas: Sénégal et Côte d'Ivoire. Unesco: Jerin, 2014.

TEDESCO, João Carlos; GRZYBOVSKI, Denise. Dinâmica migratória dos senegaleses no norte do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 317-324, 2013. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-30982013000100015&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 13 de agos. 2018.

_____, João Carlos; MELLO, Pedro A. T. de. Imigração e transnacionalismo religioso. Os senegaleses e a confraria Muride no centro-norte do Rio Grande do Sul. **Revista Nures**, São

Paulo, ano XI, nº 30, p. 1-27, maio-agosto de 2015. Disponível em:
<<https://revistas.pucsp.br/nures/article/view/27479>>. Acesso em: 15 de jul. 2017.

_____, João Carlos. Trabalho, religião e família: pilares do processo migratório senegalês. Apontamentos. In: MEJÍA, Margarita Rosa Gaviria (org.). **Migrações e Direitos Humanos: problemáticas socioambientais**. Lajeado/RS: UNIVATES, 2018. p. 127-148.

TOLENTINO, Magda Velloso Fernandes de, (org.). **Nação e identidade: ensaios em literatura e crítica cultural**. São João del Rei: Ed. da UFSJ, 2007.

TOURAINE, Alain. **Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

TRINDADE, Antonio Augusto Cancado. **A proteção internacional dos direitos humanos e o Brasil (1948-1997): as primeiras cinco décadas**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

VELASCO, Suzana de Souza Lima. **Imigração Na União Europeia: Uma leitura crítica a partir do nexos entre securitização, cidadania e identidade Transnacional**. Campina Grande/PB: EDUEPB, 2014. E-book. Disponível em: < <http://books.scielo.org/id/czm3m>>. Acesso em: 8 de fev. 2018.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. Senegaleses no Rio Grande do Sul: panorama e perfil do novo fluxo migratório “África-Sul do Brasil”. In: TEDESCO, João Carlos; KLEIDERMACHER, Gisele. (orgs.). **A imigração senegalesa no Brasil e na Argentina: múltiplos olhares**. Porto Alegre, EST Edições, 2017. p. 185-207.

VIEIRA, Liszt (org.). **Identidade e globalização: impasses e perspectivas da identidade e a diversidade cultural**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A África moderna: um continente em mudança (1960-2010)**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2010.

_____, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **Breve história da África**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

ZAMBERLAM, Jurandir et al. **Imigrante: a fronteira da documentação e o difícil acesso às políticas públicas em Porto Alegre**. Porto Alegre: Solidus, 2013.

WESSELING, Henk L. **Dividir para dominar: a partilha da África: 1880-1914**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 7-72.